

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

CARLA LUISA KEHL

**VIDAS EM REDE: ANALISANDO OS PERCURSOS JUVENIS NO PROGRAMA DE
OPORTUNIDADES E DIREITOS SOCIOEDUCATIVO DO RS**

Porto Alegre
2021

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

CARLA LUISA KEHL

**VIDAS EM REDE: ANALISANDO OS PERCURSOS JUVENIS NO PROGRAMA DE
OPORTUNIDADES E DIREITOS SOCIOEDUCATIVO DO RS**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Escola de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof^a. Dra. Fernanda Bittencourt Ribeiro

Porto Alegre
2021

Ficha Catalográfica

K26v Kehl, Carla Luisa

Vidas em rede : analisando os percursos juvenis no Programa de Oportunidades e Direitos Socioeducativo do RS / Carla Luisa Kehl.
– 2021.

132.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Fernanda Bittencourt Ribeiro.

1. Juventude. 2. Socioeducação. 3. Políticas públicas. 4. Projetos de vida. 5. Configurações sociais. I. Ribeiro, Fernanda Bittencourt.
II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

CARLA LUISA KEHL

VIDAS EM REDE: ANALISANDO OS PERCURSOS JUVENIS NO PROGRAMA DE OPORTUNIDADES E DIREITOS SOCIOEDUCATIVO DO RS

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Escola de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Defesa em: 31 de março de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Fernanda Bittencourt Ribeiro

Prof. Dr. Emil Albert Sobottka

Prof. Dr. Giovane Scherer

Porto Alegre
2021

AGRADECIMENTOS

Escrever agradecimentos é sempre algo muito delicado por envolver muitas emoções e pessoas importantes que fizeram diferença substancial ao longo de nossa jornada cujo sentimento não cabe em palavras, mas mesmo assim ainda vale o esforço e dever de tentar expressar e aproximá-las do sentimento que permaneceu/permanece dentro do nosso peito nessa caminhada.

Primeiro agradeço minha mãe por ter tanta paciência e amor em me fazer enxergar o potencial que havia em mim nos momentos em que não havia necessidade e mais ainda nos momentos que havia necessidade. A gente sempre pensa que consegue e precisa dar conta de tudo, e ela me mostrou que tudo bem aceitar ajuda e entender que com ela somos mais fortes e corajosos.

Deixo aqui também o meu afeto a minhas três irmãs queridas Maria, Odete e Luana, que me mostraram a importância da perseverança e do comprometimento com aquilo que é importante para nós. A essa família de mulheres fortes deixo sempre meu amor, carinho e saudade.

Adiciono a esse time de mulheres maravilhosas minha colega e amiga de mestrado e de vida Jaqueline Abreu pelo apoio incondicional. Foram muitas as noites regadas a conversas, risadas e preocupações trocados ao longo desses anos que criaram condições para vermos que é compartilhando sentimentos bons e não tão bons assim que conseguimos o que é necessário para seguir e acreditar que a caminhada vale a pena.

Não poderia ter construído essa dissertação sem minhas queridas amigas Mileny Gomes Pereira e Jéssica Pauli que dispuseram de tempo, paciência e afeto para me ajudar a pensar nas problemáticas desse programa me forçando a sair da minha zona de conforto. Aquelas noites na Pucs me faziam sentir menos solitária e mais esperançosa.

E falando em sentir menos solitária e mais esperançosa é com muito carinho que cito aqui Carolina Perrone, Victória Gwozdz e Gabriela Bueno pelos espaços de escuta proporcionados e também pelos espaços de descontração que foram essenciais para eu entender que é necessário saber dar lugar para os momentos de amor e alegria. Vocês me fizeram sentir

acolhida e amada. Não poderia deixar de incluir Brunno Loss por me fazer sentir mais viva ao proporcionar vários momentos de escuta, atenção e carinho.

Ainda cabe expressar afeto a Charliane da Rosa Santana, Luiz Acyoli Martis, Paula Kolling e Ana Severo por terem acreditado nessa pesquisa e por terem me dado condições para torna-la real. Os espaços de trocas fornecidos dentro da instituição durante minha formação possibilitaram o meu desenvolvimento pessoal e crítico e me fizeram ver na prática tudo aquilo que estudava. A abertura dada a cada um de vocês para que pudesse me posicionar e dialogar foram essenciais para construir essa pesquisa. Entrei como estagiária e sai logo no início do mestrado muito leve ao saber que fui parte importante de todas as construções feitas e que minha presença enquanto cientista social causa impacto significativo.

A minha orientadora professora Dra. Fernanda Bittencourt, agradeço muito por ter mostrado as potencialidades das ciências sociais e a importância de darmos a devida visibilidade e respeito as suas construções. Ainda agradeço por ter acreditado no meu potencial desde a época da graduação e ter continuado na pós-graduação. Não tenho palavras para expressar tamanha dedicação e empenho nessa nossa construção. Foi na graduação que admirei o teu intelecto e a maneira afetuosa e cuidadosa como conduzia as tuas aulas e pesquisas e foi essa condução que me fez querer ser melhor.

Agradeço também aos professores que compõem minha banca sendo o professor Dr. Giovane Scherer pela escuta ativa, paciente e cuidadosa além das ótimas colocações e o professor Dr. Emil Albert Sobottka pelas excelentes contribuições e também por ter me incentivado lá na graduação a seguir caminho na pós-graduação acreditando nas minhas capacidades.

Não poderia deixar de citar que sou “filha” do Programa Universidade Para Todos (Prouni) que me possibilitou ingressar no ensino superior oportunizando a participação em espaços excepcionais de ensino e aprendizagem que permitiram minha formação em ciências sociais na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e posterior ingresso no mestrado. As todos os funcionários da instituição deixo aqui minha profunda estima ao torá-la um lugar que pude chamar de casa.

Por fim, a todos/as aqueles/as que trabalham com políticas públicas para juventude, especialmente na área da socioeducação, dedico essa dissertação na expectativa e esperança que traga algum aporte na continuidade de um trabalho tão essencial para garantir condições e oportunidades reais de mudança social.

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”

“This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001”

*O curso de um rio, seu discurso-rio,
Chega raramente a se reatar de vez;
Um rio precisa de muito fio de água
Para refazer o fio antigo que o fez.
Salvo a grandiloquência de uma cheia
Lhe impondo interina outra linguagem,
Um rio precisa de muitas águas em fios
Para que todos os poços se enfrasem:
Se reatando, de um para outro poço,
Em frases curtas, então frase e frase,
Até a sentença-rio do discurso único
Em que se tem voz, a seca ele combate.*

(Melo Neto, 1999, p. 350-351)

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo analisar a permanência dos jovens que participaram do Programa de Oportunidade e Direitos Socioeducativo do Estado do Rio Grande do Sul nos anos de 2016 e 2017. Utilizando como norte teórico Norbert Elias busco através dos seus conceitos de configurações sociais e interdependência analisar o percurso de 33 jovens que permaneceram no programa dentro prazo máximo estipulado de 12 a 18 meses. Utilizando uma metodologia qualitativa baseada na análise documental dos relatórios produzidos pelos técnicos do programa na instituição O Pão dos Pobres de Santo Antônio foi possível verificar, em profundidade, a trajetória de cada jovem durante seu tempo de permanência. A hipótese está centralizada na perspectiva de que os jovens que estiveram presentes dentro do programa no tempo estipulado mantiveram sua permanência por conta da rede de relações construída. Busco ainda tentar visibilizar as construções realizadas dentro de seus percursos em torno dos conceitos de juventude, projetos de vida e socioeducação com intuito de tentar entender como são utilizadas. Foi possível confirmar a hipótese à medida que o programa atua como um espaço importante para acessar redes de relações e potencializá-las à medida que se pode visualizar quatro redes principais de relação que se fazem presentes e estão sempre em negociação durante a construção do projeto de vida de cada jovem junto ao programa.

PALAVRAS-CHAVE: Juventude. Socioeducação. Políticas públicas. Projetos de vida. Configurações sociais. Interdependência.

ABSTRACT

The present dissertation aims at analyzing the stay of young people that participated in the Opportunity and Socio-educational Rights Program in the state of Rio Grande do Sul in 2016 and 2017. Using as a theoretical horizon Nobert Elias, I intend to analyze through his concepts of social configuration and interdependence the journey of 33 young people that stayed in the program within the maximum stipulated deadline of 12 to 18 months. Using a qualitative methodology based on the documental analysis of the reports produced by the program's technicians in the institution O Pão dos Pobres de Santo Antônio, it was possible to verify, in depth, the trajectory of each young person during their time in the program. The hypothesis is centralized in the perspective that young people who participated in the program within the stipulated time kept their stay because of the built relationship network. Still, I aim at trying to make the constructions held visible within their journeys around the concepts of youth, life project and socio-education with the purpose of trying to understand how they are used. It was possible to confirm the hypothesis to the extent that the program acts as an important space to access networks of relationships and potentiate them to the extent that it is possible to visualize four main networks of relationships that are present and are always under negotiation during the construction of the life project of each young person in the program.

KEY WORDS: Youth. Socioeducation. Public policies. Life projects. Social configurations. Interdependence.

SUMÁRIO

Introdução	14
Capítulo 1 - CONSTRUINDO A REDE: LIGANDO FIO A FIO	24
1.1 Estranhando um caminho familiar	24
1.2 Mapeando possibilidades: aspectos metodológicos	26
1.3 Pod socioeducativo: analisando prerrogativas	34
Capítulo 2 – REDES DE CAPTURA: APRESENTANDO CONCEITOS	41
2.1 Juventudes e identidades	41
2.2 Juventudes e projetos de vida	46
2.3 Políticas públicas para juventude: o caso da socioeducação	49
2.3.1 <i>Socioeducação e termos associados</i>	49
2.3.2 <i>As medidas socioeducativas e suas aplicabilidades</i>	57
Capítulo 3 – REDES DE SUSTENTAÇÃO: TRAJETÓRIAS E PERSPECTIVAS	62
3.1 Ana Luiza	62
3.2 João Miguel	64
3.3 Matheus Henrique	67
3.4 Pedro Daniel	69
Capítulo 4 – REDES DE PERMANÊNCIA: TRAJETÓRIAS, ACORDOS E INTERDEPENDÊNCIAS	73
4.1 VISUALIZANDO A(S) REDES(S)	73
4.1.1 <i>A busca pela autonomia</i>	74
4.1.2 <i>Possibilidades de crescimento pessoal e profissional</i>	77
4.1.3 <i>Formação de família</i>	81
4.1.4 <i>Organização da rotina e demandas pessoais</i>	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91
APÊNDICES	96
Apêndice A- Ofício de autorização para pesquisa	96
Apêndice B – Termo de responsabilidade	97
Apêndice C – Sistematização das trajetórias juvenis	98

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 FLUXOGRAMA DA AMOSTRA PARA AVALIAÇÃO DE IMPACTO	17
--	----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – ACOLHIMENTOS REALIZADOS NO POD SOCIOEDUCATIVO PELAS ENTIDADES EXECUTORAS ENTRE JUNHO DE 2016 A DEZEMBRO DE 2017 POR NÚMERO DE VAGAS DISPONÍVEIS	28
QUADRO 2 – RELAÇÃO DE JOVENS SELECIONADOS PARA PESQUISA NO ANO DE 2016 A 2017 POR MUNICÍPIO – DADOS ABSOLUTOS.....	29
QUADRO 3 ESCOLARIDADE DE JOVENS SELECIONADOS PARA PESQUISA NO ANO DE 2016 A 2017 – DADOS ABSOLUTOS	30
QUADRO 4 ESCOLARIDADE DE JOVENS SELECIONADOS PARA PESQUISA NO ANO DE 2016 A 2017 POR IDADE (ANOS) – DADOS ABSOLUTOS	31
QUADRO 5 TEMPO DE PERMANÊNCIA NO POD DE JOVENS SELECIONADOS PARA PESQUISA NO ANO DE 2016 A 2017 – DADOS ABSOLUTOS.....	31
QUADRO 6 MOTIVO DE DESLIGAMENTO DE JOVENS SELECIONADOS PARA PESQUISA NO ANO DE 2016 A 2017 POR SEXO – NÚMEROS ABSOLUTOS	32
QUADRO 7 MOTIVO DE DESLIGAMENTO DE JOVENS SELECIONADOS PARA PESQUISA NO ANO DE 2016 A 2017 POR TEMPO DE PERMANÊNCIA – DADOS ABSOLUTOS.....	34

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CEP – Centro de Educação Profissional

CIEE – Centro de Integração Empresa-Escola

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DAER – Departamento Autônomo de Estradas e Rodagens

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FASE – Fundação de Atendimento Socioeducativo

FEBEM – Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor

FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

LA – Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida

MSE – Medida Socioeducativa

MSE-MA – Medida socioeducativa de meio aberto

PIA – Plano Individual de Atendimento

POD – Programa de Oportunidades e Direitos

PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

SJDH – Secretaria de Justiça e Direitos Humanos

SINASE- Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SPAS – Substâncias Psicoativas

Introdução

As medidas socioeducativas apresentadas no Art. 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e regidas pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), propõem, a partir de uma perspectiva que se define como pedagógica e ética, que jovens e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto e fechado tenham a oportunidade de participação ativa “para que o processo de responsabilização do adolescente possa adquirir um caráter educativo, (re)instituindo direitos, interrompendo a trajetória infracional e promovendo a inserção social, educacional, cultural e profissional” (SINASE, 2015).

O objeto de pesquisa dessa dissertação são percursos juvenis atravessados por uma política pública alinhada com o objetivo da lei e destinada a egressos de medida socioeducativa de meio fechado. Trata-se de um programa sob gestão da Secretaria de Justiça e dos Direitos Humanos (SJDH/RS), o Pod Socioeducativo, instituído pela Lei 14.228, de 15 de abril de 2013 e executado por organizações da sociedade civil (política de prevenção terceirizada). Esse programa integra o Programa de Oportunidades e Direitos – POD – que se destina a promover direitos humanos de grupos que se encontram socialmente vulneráveis.

O POD foi instituído em 2009 através da Lei nº 13.122, de 9 de janeiro de 2009, com o nome de “Programa RS Socioeducativo”, e sofreu alterações e atualizações através da Lei Estadual nº 14.227 e da Lei Estadual nº 14.228 de 15 de abril de 2013¹:

Uma das ações instituídas diante da implementação da Lei nº14.228 foi a criação do POD Socioeducativo, criado com objetivo de acompanhar adolescentes/jovens e jovens egressos da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Fase), com vistas a auxiliar na inserção social, familiar e comunitária, incentivar as atividades escolares e profissionais e incidir na diminuição dos índices de violência na juventude (Relatório Trimestral de Atividades, Entidade executora: Pão dos Pobres Santo Antônio, Período: 21 de Junho a 30 de Setembro de 2016).

¹ Para fins de contextualização política, quando foi instituído em 2009 com o nome de RS Socioeducativo e o Estado do Rio Grande do Sul tinha como governadora Yeda Crusius (2007-2011). No âmbito nacional o país estava no segundo mandato do governo Lula que afirmava compromisso com a garantia de direitos de orientação universalista. Em 2013 quando a lei passa por alterações e a nomenclatura muda para Programa de Oportunidade e Direitos tínhamos Tarso Genro (2011-2015) como governador do Estado do Rio Grande do Sul e Dilma Rousseff estava no primeiro mandato como presidenta da república.

A partir de então, o Programa de Oportunidade e Direitos Socioeducativo é um programa voltado a egressos da Fase na faixa etária de 12 a 21 anos que tenham cumprido medida socioeducativa de meio fechado ou que estejam em extinção de medida e queiram ingressar de forma voluntária em um espaço cujo intuito é fornecer auxílio, recursos e possibilidades de construção de novos projetos de vida.

O Programa, em sua concepção, busca auxiliar os jovens egressos provenientes da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Fase), na ressocialização no meio familiar, educacional, profissional, cultural entre outros, numa perspectiva de reflexão e responsabilização em relação ao ato cometido com intuito de reduzir a reincidência criminal e auxiliar na prevenção da violência juvenil no Estado.

Sua atuação se dá em três eixos principais: oportunidades de reinserção social, acompanhamento escolar e estímulo para o ingresso na profissionalização que são trabalhados durante um ano podendo ser postergado por mais seis meses. De forma geral, como bem observam Jacques e Gershenson (2016):

Ao ter como parâmetro a garantia dos direitos humanos, via acesso à educação regular, ao curso profissionalizante; ao acompanhamento de saúde; à cultura; ao lazer; entre outros, visando à integração social desses sujeitos, constata-se que a socioeducação também possui o caráter de educá-los para a convivência harmônica e produtiva no meio familiar e social, iniciando pela construção de novos projetos de vida que rompam com a prática do ato infracional (p. 279).

A proposta do programa é que neste período sejam ofertados aos jovens diversos cursos profissionalizantes, bem como atendimento psicossocial para ele e sua família. Também busca ofertar espaços de convívio social que possibilitem oportunidades de fortalecimento de vínculos e de ingresso no mundo do trabalho.

O programa orienta-se pelas diretrizes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) que preconizam responsabilização social e promoção do desenvolvimento integral de um sujeito de direitos. Como uma política pública preventiva de intervenção social, busca colocar essas diretrizes em prática.

As ações do programa visam incluir jovens e adolescentes em espaços sociais de integração social de modo a reduzir a criminalidade e reincidência juvenil e promover o que a

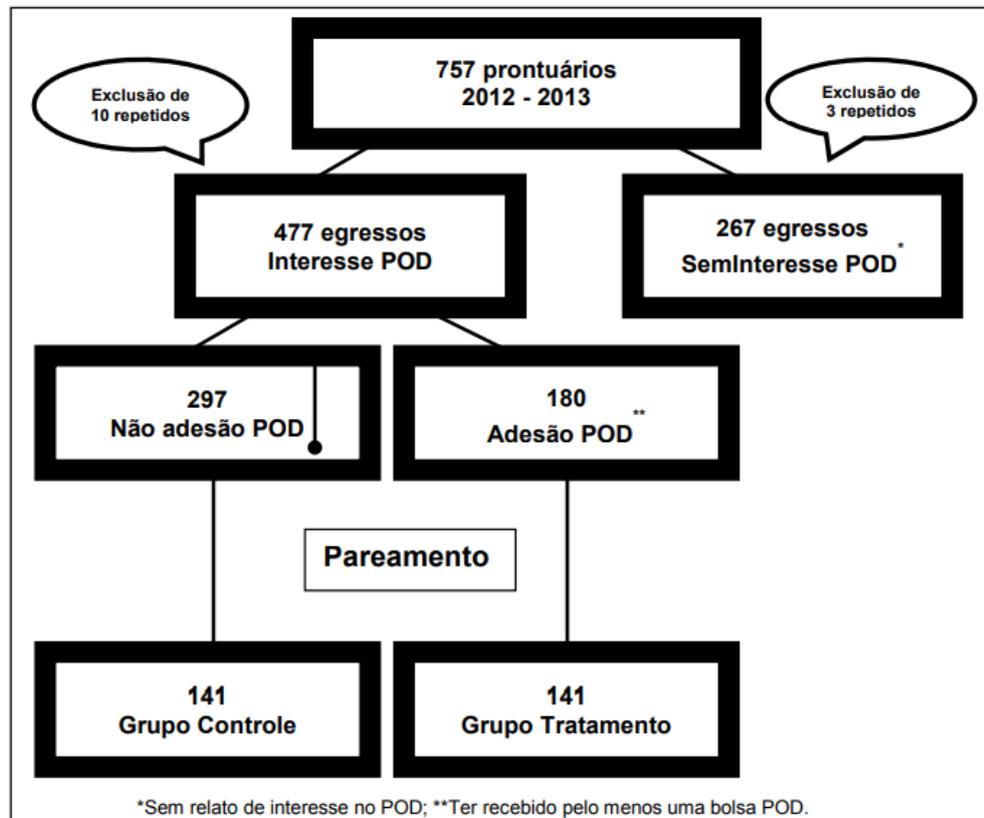
socioeducação tem como primordial que é o estabelecimento de uma relação cidadã entre os sujeitos e o meio social em que estão inseridos.

Segundo Rolin, Braga e Winkelmann (2017), o Pod Socioeducativo atua enquanto uma política de prevenção terceirizada que ganha potencial ao olhar para esses jovens sem o estigma social de “egresso da Fase”, e sim como sujeitos que têm necessidades e desejos a serem atendidos e valorizados.

O último relatório institucional da Avaliação de Impacto do Pod Socioeducativo, divulgado em 2018 pela Secretaria Estadual do Planejamento, Governança e Gestão do Estado do Rio Grande do Sul traz alguns dados que corroboram o interesse por uma pesquisa qualitativa com foco nos percursos dos jovens. A avaliação teve como objetivo verificar o impacto do programa nas trajetórias dos jovens de 12 a 21 anos no ano de 2018 comparando com jovens que não foram incluídos no Programa (grupo controle) e aqueles que foram incluídos no Programa (grupo tratamento) em um período de no mínimo cinco anos após o desligamento da Fase entre os anos de 2012 e 2013.

Utilizando-se da metodologia dos escores de propensão para identificar os jovens pertencentes ao grupo de controle e a técnica de pareamento para encontrar o grupo controle mais similar ao grupo tratamento temos um panorama da amostra utilizada para avaliação de acordo com a figura abaixo.

Figura 1 Fluxograma da amostra para avaliação de impacto



Fonte: Avaliação de Impacto do Programa de Oportunidades e Direitos (POD) Socioeducativo 2018.

A avaliação traz algumas conclusões a partir dessa amostra, sendo elas:

i) em relação ao índice de mortalidade, obteve-se que 17% dos jovens do grupo controle morreram, enquanto que no grupo tratamento esse percentual foi de 8%. A partir desses dados concluiu-se que “a chance de óbito é 41,3% menor entre os participantes do POD Socioeducativo. Em outras palavras, a chance de óbito é 2,42 vezes maior entre os que não participaram do programa” (p. 31).

ii) em relação a reincidência (reingresso na FASE ou ingresso no sistema prisional), obteve-se que 18% dos jovens do grupo controle não reincidiram em ato infracional, em contrapartida aos 30% do grupo de tratamento. Segundo os avaliadores: “A chance de reincidência é 53,2% menor entre os participantes do POD Socioeducativo. Em outras palavras, pode-se dizer que a chance de reincidência é 1,88 vezes maior entre os não participantes do POD” (p. 32).

iii) em relação a inserção em emprego formal (desde sua saída da FASE até o final de 2016,): obteve-se que 43% dos jovens do grupo controle foram inseridos de alguma maneira no mercado de trabalho formal, em contrapartida aos 64% do grupo de tratamento. Assim concluiu-se que “a chance de inserção no mercado de trabalho é 42% menor entre os não participantes do POD Socioeducativo. Em outras palavras, a chance de inserção no mercado de trabalho dos participantes do programa é 2,38 vezes maior” (p. 32).

Os dados apresentados indicam que o programa teve um impacto positivo na trajetória dos jovens nessas três dimensões e principalmente no que tange a proteção a sua vida. Considerando que o índice de reincidência (reingresso na FASE ou ingresso no sistema prisional) permanece elevado, a abordagem qualitativa proposta nessa dissertação visa dar visibilidade a características das trajetórias de passagem pelo programa e contribuir para que sejam pensadas novas possibilidades de atuação visando o aprimoramento de ações na execução do programa.

A realização dessa pesquisa parte de um interesse pessoal da pesquisadora que trabalhou durante dois anos no Pod Socioeducativo desenvolvendo atividades na interlocução com a rede de atendimento das instituições tercerizadas, nas quais era necessário compreender e aproximar-se das narrativas dos jovens para dar seguimento a demandas preventivas.

Diante dessa aproximação surgiu a inquietação relacionada à falta de uma observação que olhasse para esses jovens como sujeitos sociais que possuem experiências e demandas particulares, que estão sempre em negociação com os locais e serviços disponíveis pelas instituições, e que participam ativamente na construção de suas trajetórias: quais suas características? Como os jovens atuam nessas trajetórias? O que se produz a partir da passagem pelo programa? Essas são algumas inquietações a serem discutidas nessa dissertação.

Para abordá-las essa pesquisa se volta à análise dos percursos de jovens que completaram o período de 12 a 18 meses² de vínculo com o POD Socioeducativo da região metropolitana de Porto Alegre, nos anos de 2016 e 2017.³

Os relatórios de acompanhamento dos jovens provenientes da instituição O Pão dos Pobres Santo Antônio serão a principal fonte de dados para a análise. Nesse período atuaram

² O tempo de permanência estipulado é de 12 meses, podendo ser postergado até 6 meses.

no programa duas outras instituições: o Centro de Educação Profissional São João Calábria e a Sociedade Meridional de Educação SOME da Rede Marista.

A delimitação temporal nos anos 2016 e 2017 justifica-se pelo fato dos relatórios dos jovens terem sido digitalizados apenas a partir de 2016 o que possibilita o acesso à informação já que nos anos anteriores realizava-se o arquivamento físico em prontuários. Além disso, a delimitação temporal se deu também em função do contrato para execução do programa pelas parceiras ter validade de um ano, e a instituição do Pão dos Pobres obteve, dentre as outras conveniadas, um tempo de permanência mais longo mantendo um histórico mais consolidado de relação com o programa. A entidade realizava atendimento somente para os jovens da região metropolitana da capital, sendo assim achou-se conveniente manter esse recorte.

A análise será feita através de relatórios e demais documentos disponibilizados pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado do RS e redigidos pelos servidores da instituição Pão dos Pobres (coordenadores, assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, técnicos do programa entre outros), durante o tempo de permanência dos adolescentes no Programa, sendo eles: síntese de acolhimento, síntese informativa de seis meses, síntese de desligamento, relatório pós-círculo de compromisso e eventuais relatórios de corte de apoio financeiro temporário. A soma desses documentos possibilitará um panorama sobre o percurso do jovem e de suas decisões e vontades, na perspectiva dos técnicos do programa, dos familiares entre outros.

Dos 484 jovens acolhidos que passaram pelo POD no período 2016-2017, 150 estiveram vinculados à entidade Pão dos Pobres. Destes foram selecionados para análise trinta e três jovens (trinta do sexo masculino e três do sexo feminino) que permaneceram de 12 a 18 meses vinculados ao programa. A seleção dos 33 jovens levou em conta tanto a permanência, quanto o número de relatórios disponíveis para cada trajetória, o que possibilita uma análise mais completa.

Como buscarei demonstrar, meu argumento é que a possibilidade de permanência no programa no prazo de 12 a 18 meses está associada à inserção dos jovens em redes de relações diversas que puderam ser potencializadas pelo programa. A leitura dos relatórios produzidos pela instituição O Pão dos Pobres Santo Antônio, que descrevem as experiências e vivências dos jovens dentro e fora da instituição e do POD socioeducativo terá como objetivo geral analisar a rede de relações que contextualizam o percurso de cada um/a no programa.

Como objetivos específicos busquei: i) identificar os diferentes espaços de trânsito dos jovens e as relações construídas a partir desses deslocamentos e ii) perceber em que medida os objetivos do Pod foram incorporados pelos jovens em suas práticas e escolhas durante sua passagem no programa e se há contradições.

Na obra de Norbert Elias a noção de configurações sociais permite incorporar a análise, a premissa das dinâmicas relacionais que na sociedade estão em constante processo de mutação sendo construídas e desconstruídas pelos sujeitos, que são modificados pelas relações que caracterizam os espaços nos quais estão inseridos ao mesmo tempo que os situam numa rede de interdependência. Segundo Elias (1994):

O conceito de configuração foi introduzido exatamente porque expressa mais clara e inequivocamente o que chamamos de “sociedade” que os atuais instrumentos conceituais da sociologia, não sendo nem uma abstração de atributos de indivíduos que existem sem uma sociedade, nem um “sistema” ou “totalidade” para além dos indivíduos, mas a rede de interdependências por eles formadas (p. 249).

Essa rede de interdependência pode ser melhor compreendida ao verificar que os sujeitos ao longo de suas trajetórias realizam suas escolhas e necessidades pessoais utilizando-se de aparatos simbólicos e constituem relações afetivas em grupos diversos (famílias e instituições educacionais por exemplo) de forma consciente e inconsciente, visto que o trânsito de informações numa sociedade é uma fronteira aberta na qual ocorrem diversas trocas atemporais que foram constituídas antes do nascimento de cada um e que vão sofrer também influências do tempo social e histórico.

Uma maneira de compreender melhor essa noção de interdependência é através da obra “O Pintassilgo” da autora Dona Tartt. Nesse enredo, uma obra de arte importante é roubada por um jovem durante um incêndio em um Museu de Nova York. Esse acontecimento acaba por causar inúmeras alterações em sua vida e nas relações que estabelece.

No final do livro o personagem faz uma importante reflexão ao comparar a nossa trajetória de vida com a obra de arte roubada, pois ao ser concebida por um determinado pintor formou-se a partir de vivências próprias de sua época, e ganhou espaço ao atravessar o tempo. Já os expectadores acrescentam a ela percepções e sentimentos pessoais estabelecendo conexão com as relações do seu tempo. A partir disso uma relação de interdependência é formada, conexões vão sendo construídas e desconstruídas com a contribuição de inúmeros olhares e

vozes. O autor se coloca enquanto mais uma pessoa que foi modificada pela obra, mas que também exerceu influência na trajetória dela.

Através da noção de interdependência, Elias formula a crítica sobre a dicotomia indivíduo/sociedade. Ao explicar que as configurações sociais formam uma rede de interdependência em que os sujeitos contribuem e constituem a estrutura social com suas ideias e interesses pessoais, e por ela também são influenciados, sem que uma se sobreponha à outra, o autor tenta superar a percepção na qual uma rede exerceria maior poder. Segundo Natália Granato (2019):

A interdependência, em Elias, não considera o indivíduo como algo exterior à sociedade, nem considera a sociedade como entidade exterior ao indivíduo. A sociologia das relações de poder em Elias, demonstrada em obras como “A sociedade de corte”, assinala que as relações sociais mais profundas estabelecidas entre os indivíduos singulares formam-se através de figurações. Este conceito refere-se a redes ou cadeias de interdependências entre indivíduos em formas estruturais específicas, como a família, a escola, o exército, o Estado, etc. As figurações se modificam ao longo do tempo e são constituídas por indivíduos, “que se ligam, voluntária e involuntariamente, por meio de suas inclinações e necessidades” (p. 54).

Nesse trecho a autora nos mostra que Elias estabelece uma superação do pensamento dicotômico que tende a olhar a sociedade através dos pares sujeito/objeto, indivíduo/sociedade, natureza/cultura, eles/nós entre outros. Na perspectiva do autor, essas dicotomias são vistas como construções teóricas que não dão conta da realidade social.

Proponho nessa pesquisa abordar o objeto de estudo a partir dessa perspectiva de configurações sociais e interdependência. Com isso busco evidenciar as relações de trocas e a configuração de redes que são estabelecidas ao longo das trajetórias de cada jovem. Cada trajetória sendo permeada por uma rede de mediadores que não pode ser vista de forma isolada e que “se configura através de inúmeras cadeias invisíveis de relacionamentos, formando uma teia humana, onde o espaço de atuação de cada integrante é bem circunscrito” (Costa, 2007, p. 2).

Assim, trabalhar com a perspectiva da rede de relações e interdependências nos permite ampliar nosso campo de análise e visualizar o que é constituído nas interações, através de marcadores identitários e de relações afetivas nos espaços que os jovens podem considerar importantes para sua formação pessoal.

A partir dessa perspectiva teórica visou evidenciar os constructos formados em cada rede em que o programa funcionaria como um catalisador de recursos e possibilidades capaz de puxá-las e fazê-las funcionar juntas. É como uma aranha em sua teia, que de acordo com a necessidade, vai tecendo um novo caminho, mas sempre conectado ao anterior, pois sem essa conexão, a teia se desfaz, e perde seu propósito. Essa teia é constituída por fios que se interligaram formando conexões que interagem produzindo diversos sentidos. Nessa dissertação cada conexão terá um espaço de observação e análise.

A descrição contida nos relatórios feita pelos técnicos e pela equipe do programa servirá de norte para observarmos as conexões feitas e a importância dessas redes existirem e se mostrarem disponíveis e presentes na vida de cada jovem. De forma detalhada serão apresentados os percursos de quatro jovens cujas passagens pelo programa foram emblemáticas quanto a atuação das redes de apoio. A partir de suas vivências e experiências busco estabelecer alguns parâmetros para pensar as construções feitas pelos demais jovens que também permaneceram no programa.

No Apêndice C consta a esquematização produzida por mim em relação aos 33 jovens que permaneceram no programa no período estipulado a partir dos dados coletados nos relatórios produzidos. Essa esquematização é importante para uma visualização das redes estabelecidas por cada jovem que servirá como referência para a apresentação de alguns percursos no capítulo 4 que serviram para nossa análise e contemplação do objetivo geral.

Diante disso a primeira conexão apresentada é a rede institucional formada em um primeiro momento -pelo Estado e os funcionários responsáveis por administrar os recursos e definir as estratégias que tornam o programa visível e material. É através de sua gerência que é possível criar um espaço de inserção para o Programa se fazer possível.

Podemos definir a entidade responsável por executar esse programa, O Pão dos Pobres, como uma conexão importante que tem a responsabilidade de acertar junto a cada jovem quais são as possibilidades de mudança, que tipo de recurso será necessário utilizar, com quem se pode contar e acionar.

Essas redes integram os espaços de atendimento institucional municipal de Porto Alegre, que contemplam tanto abrigos e casas de acolhimento, como Centro de Referência de Assistência Social – Cras e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – Creas. Além da oferta de benefícios assistenciais aos familiares dos jovens, como Benefício de

Prestação Continuada da Assistência Social (BPC), Bolsa família entre outros benefícios eventuais.

Em segundo lugar, temos a conexão com a participação familiar, uma rede importante através da qual tenta-se (re)estabelecer vínculos afetivos com aqueles que fazem parte da trajetória dos jovens, que podem ser familiares consanguíneos, mas também companheiros e conhecidos que se interessem em fazer parte dessa nova etapa de vida.

A terceira conexão corresponde à inserção no mundo do trabalho através da qual se tenta construir projetos de vida que tenham como um dos pontos de sustentação a inserção no meio laboral ou em atividades que produzam alguma renda.

Em quarto lugar, mas não menos importante, se encontra o/a jovem, que escolhe de forma voluntária participar do programa, e que nesse voluntarismo possivelmente considera que esse Programa possa ser mais um recurso necessário a ajudá-lo a transformar sua realidade presente. Essa realidade que já foi passível de intervenção por outras experiências institucionais, a Fase como sendo uma delas, e que diante disso, nessa escolha, experiência outra forma de inserção.

Cabe aqui, em última palavra, voltar a Norbert Elias e explicar o que as autoras Helena Areias e Ana Paula Marques (2012) elucidam sobre a perspectiva a partir da qual visou abordar as relações estabelecidas no âmbito do programa:

Uma grande parte das teias de interdependência advém de necessidades recíprocas, socialmente geradas, tais como a divisão do trabalho. Os factos e os acontecimentos originam -se a partir de um fluxo contínuo da acção individual, imersa em contextos de interacção social nas teias de interdependência (p. 6-7).

Por conseguinte, se compreende que os sujeitos modelam e remodelam o seu estado de ser e suas percepções sobre o mundo no que Elias chama de “fenômeno de entrelaçamento” (2004, p. 43) a partir das relações que entra e sai, faz e desfaz, cria e recria. Assim os jovens do programa serão analisados em suas trajetórias no que tange a suas ações individuais no trânsito por redes diversas.

Capítulo 1 - CONSTRUINDO A REDE: LIGANDO FIO A FIO

Esse capítulo tem o objetivo de apresentar a proposta de pesquisa que deu origem a essa dissertação, bem como os caminhos que levaram a escolha do tema e como ele será estruturado. Está composto em três partes, sendo que a primeira intitulada de: “*1.1 Estranhando um caminho familiar*”, que se encarrega de contar um pouco da minha trajetória de vida e dos motivos que me trouxeram até essa pesquisa; a segunda: “*1.2 Mapeando possibilidades: aspectos metodológicos*”, que expõe as escolhas metodológicas e expressa dados e informações sobre o tema escolhido; e pôr fim a terceira: “*1.3 Apresentando o Programa de Oportunidades e Direitos Socioeducativo*”, que apresenta o Programa Socioeducativo, seus objetivos, abordagens e concepções.

1.1 Estranhando um caminho familiar

No ano de 2015, quando estava no terceiro semestre do curso de Ciências Sociais, comecei a estagiar na Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul - SJDH/RS (05/2015 a 05/2017) onde desenvolvia atividades ligadas ao programa Pod Socioeducativo (Programa de Oportunidades e Direitos) com os egressos da Fase. Como já foi observado, este programa é voltado à reinserção social de jovens de 12 a 21 anos egressos da Fase. Desde o início deste estágio tive acesso a uma série de dados qualitativos acerca da realidade desses jovens egressos além de fazer o acompanhamento mais de perto de suas demandas.

Aprendemos no curso de Ciências Sociais que é necessário ter um conhecimento sociocultural da realidade do nosso objeto de análise e o quão importante é observar a alteridade presente quando nos relacionamos diretamente com os sujeitos. Isso se tornou muito latente ao ler diariamente os relatórios de cada jovem da Fase e os relatórios das entidades que acolhiam esses jovens no Programa, relatórios esses que descreviam a trajetória de vida e a realidade social em que eles se encontravam.

No final do meu estágio fui convidada a permanecer na Secretaria, ganhando um cargo em comissão para atuar como assistente especial no desenvolvimento de um observatório de

políticas públicas que acompanhasse a efetividade do programa que desenvolvíamos, além de dar início a uma pesquisa acerca de seu impacto.

Permaneci nesta atividade até maio do ano de 2018, quando por motivos diversos tive que me retirar. Porém, nesse mesmo período iniciava minha trajetória no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUCRS, trajetória essa que me trouxe aqui.

Desvincular-me em um primeiro momento da visão institucional mostrou-se uma tarefa árdua e necessária à medida que o foco da pesquisa está além do programa em si. Meu trabalho por tantas vezes voltado às rotinas administrativas acabou por tornar minha visão da pesquisa um tanto rígida e voltada para uma defesa positiva e precipitada de suas práticas. Com o passar do tempo tive que aprender a re-olhar e por vezes distanciar-me.

Essa distância e desvinculação que me refiro é no sentido de repensar o lugar dessa política pública assim como do Estado que atua na sua gerência e todo os outros aparatos institucionais na tentativa de compreender qual seria seu espaço e importância nessa pesquisa. Como observam Guareschi, Laura, Azambuja e Gonzales (2011): “a pesquisa deve colocar o conhecimento e os saberes produzidos em questionamento, para compreender como tomamos algo como verdade e como essa verdade produz os modos de ser sujeito” (p. 200).

Para pensar sobre as trajetórias juvenis considero que ter me desvinculado da secretaria e retornado como pesquisadora foi importante para organizar melhor o espaço que havia dado anteriormente para essas trajetórias e que se tornou importante à medida que segundo as autoras apoiando-se em Foucault:

A pesquisa convoca o pesquisador a se exteriorizar quanto à cena da pesquisa, ou seja, descentrar-se da ‘cena’ para, de forma mais ampla, constituir as redes de alianças, de pontos de apoio, de domínios constituídos e inscritos nessa cena, para compreender como esse processo produz assujeitamentos na política da verdade. (p. 200)

Ao retomar compreendi, no entanto que a subjetividade construída durante os anos de trabalho junto ao programa é significativa a medida que tonar possível criar condições e possibilidades de olhar para meu objetivo de pesquisa com mais cuidado e atenção.

Ler os relatórios de cada jovem no meu dia-a-dia enquanto ainda era estagiária me fez entender que seria importante não fazer uma leitura rasa, como parte de processo burocrático e

sim ter presente que aquelas narrativas referem-se a vidas e como tais merecem ter sua visibilidade e atenção.

Sempre tive um espaço de aprendizado muito grande propiciado pelos coordenadores, e foi esse espaço que me permitiu discutir e dialogar sobre qual tipo de intervenção o programa estava realmente se propondo a fazer (e se realmente estaria intervindo em algo). Voltando a pensar em nossos diálogos sobre esse tema, percebo que nunca chegamos a uma definição, e agora considero que em parte, como órgão estatal, estávamos muito atados ao aspecto burocrático de cumprir com aquilo que foi estabelecido pelas normas do programa, ao menos essa era minha visão.

De maneira geral, a meu ver, ao longo da sua execução faltou-nos contar com informações e dados unificados sobre o alcance e atuação desse programa e também com uma produção de conhecimento qualitativo mais aprofundado, análise essa que me proponho a fazer nessa dissertação e que se apresenta a seguir.

1. 2 Mapeando possibilidades: aspectos metodológicos

Essa pesquisa será de natureza qualitativa porque não há como fazer uma análise em profundidade da realidade particular de cada jovem sem verificar atentamente a descrição do contexto em que está inserido e o que está sendo produzido nas narrativas presentes em cada relatório e documento. A análise documental é apropriada já que procura “compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas” (Chizzotti, 2000, p. 98) de modo a priorizar aspectos específicos de uma temática e transformá-los em categorias de análise, o que é nossa proposta nessa pesquisa.

A partir disso, os relatórios e documentos utilizados descrevem a trajetória dos jovens dentro do programa durante sua permanência no período entre 12 a 18 meses. São eles:

Síntese de Acolhimento: relatório produzido pela instituição O Pão dos Pobres e encaminhado para instituição, onde constam as informações básicas sobre o jovem e sua trajetória de vida, bem como as medidas que foram tomadas para auxiliá-lo no retorno a seu meio social e familiar. Este documento é dividido em três partes principais:

1. Dados de identificação contendo: nº do processo do jovem, nome do jovem, RG, CPF, data de nascimento, idade, filiação: mãe e pai, endereço, bairro, município, escolaridade, escola, medida socioeducativa e os técnicos de referência,
2. Síntese do círculo de compromisso que relata quais as combinações e acertos foram feitos durante a visita dos técnicos a Fase. Essa visita é feita através do que se chama “Oficinas conhecendo O POD”, onde os técnicos do programa e das entidades por ele responsáveis, apresentam aos jovens que estão prestes a concluir o tempo de cumprimento da medida socioeducativa em meio fechado, a possibilidade de participar do Programa. Nele são definidos quem será responsável (se a Fase, o POD, o Pense ou outro) por fazer os encaminhamentos que o jovem tem necessidade dentro da rede (saúde, assistência social, educação e outros). Da mesma forma se refere aos documentos que são necessários providenciar e quem será responsável por eles.
3. Síntese de acolhimento, descreve a trajetória do jovem até então, seu contexto familiar, seus interesses e vontades individuais e quais os encaminhamentos ainda serão necessários em relação à saúde, desenvolvimento educativo, cursos e atividades de trabalho ou estágio.
4. Cronograma de atividade semanais, tabela contendo a organização semanal por turno dos deveres que o jovem terá.
5. Considerações, análise parcial das demandas do jovem.

Relatório pós-círculo de compromisso, descrição detalhada das combinações feitas entre a entidade e o jovem no círculo de compromisso, dividido em duas partes: 1. Dados de identificação e, 2. Síntese do círculo de compromisso.

Síntese Informativa de 6 meses: documento descritivo que traz informações adicionais sobre os encaminhamentos realizados junto ao jovem bem como o seu progresso até então.

Síntese de Desligamento 12 meses: documento descritivo que resume as realizações feitas pelo jovem bem como a justificativa para saída do programa, dividido em duas partes: 1. Dados de identificação e, 2. Síntese de apoio e acompanhamento do egresso.

Corte de parcela do apoio financeiro/suspensão, documento descritivo que relata os motivos e implicações consideradas para suspender temporariamente o auxílio financeiro ao jovem, dividido em três partes: 1. Dados de identificação, 2. Breve entendimento do caso, e 3. Acompanhamento e justificativa de suspensão da parcela do apoio financeiro.

Nem todos os dossiês contêm todos esses documentos, porém, em todos os relatórios há uma descrição de como se deu o acolhimento do jovem, em qual contexto e quais foram os encaminhamentos realizados pelo programa, de maneira que, em todos os relatórios há uma repetição dessa informação que está contida na síntese de acolhimento. No total, em relação aos 33 jovens selecionados, somam-se mais de 160 relatórios para análise.

Apresento a seguir um panorama geral dos dados disponíveis e informações que servem como pano de fundo para os próximos capítulos. Os quadros apresentados a seguir possibilitam mostrar o perfil dos jovens participantes do programa a fim de contextualizar a amostra selecionada para pesquisa.

Quadro 1 – Acolhimentos realizados no POD Socioeducativo pelas entidades executoras entre junho de 2016 a dezembro de 2017 por número de vagas disponíveis

ENTIDADE EXECUTORA	Acolhimentos realizados	Acolhimentos realizados (%)	Proporção pelo número de vagas (%)	Número de vagas disponibilizadas
PÃO DOS POBRES – POA	150	31	36	65
RENAPSI – POA	263	54	60	90
RENAPSI - SANTA MARIA	71	15	14	25
Total Geral	484	100	100	180

Fonte: SJDH/RS/Dados produzidos pela autora.

Quadro 2 – Relação de jovens selecionados para pesquisa no ano de 2016 a 2017 por município – dados absolutos

MUNICÍPIO	ACOLHIMENTOS
Butiá	1
Eldorado do Sul	1
Porto Alegre	23
Viamão	4
Canoas	2
Alvorada	1
Gravataí	1
Total Geral	33

Fonte: SJDH/RS/Dados produzidos pela autora.

Nesses dois quadros temos um panorama geral dos acolhimentos realizados pelo programa por cada entidade executora. No total são disponibilizadas 180 vagas divididas entre cada entidade, sendo que o número de vagas é definido previamente no edital de chamamento para execução do programa. Por “acolhimento” se define o número de jovens que participou efetivamente do programa dentro do período descrito, concluindo ou não o tempo de permanência de 12 a 18 meses.

Com isso, o acolhimento corresponde ao número de jovens que compareceram à entidade e se comprometeram com as combinações propostas. Inclui-se nesse cálculo o reingresso no programa e por isso um mesmo jovem pode ser contabilizado duas vezes, primeira e segunda entrada no programa, sendo analisados os dados de acordo com a data de entrada.

De acordo com os quadros acima, temos um total de 484 acolhimentos realizados pelas três entidades com maior número de acolhimentos no município de Porto Alegre. Cada entidade tinha um número de vagas para atendimento estipulado pelo edital referente às 180 disponibilizadas para atendimento pelo programa. Como demonstrado pelo quadro 1, o Pão dos Pobres por exemplo, possui 65 vagas das 180 disponibilizadas, o que corresponde a uma proporção de 36% de jovens por vaga e um baixo nível de acolhimentos realizados no total.

Quadro 3 Escolaridade de jovens selecionados para pesquisa no ano de 2016 a 2017 – dados absolutos

ESCOLARIDADE	SEXO		Total Geral
	Feminino	Masculino	
4º ano do Ensino Fundamental	0	3	3
5º ano do Ensino Fundamental	0	1	1
6º ano do Ensino Fundamental	0	6	6
7º ano do Ensino Fundamental	0	6	6
8º ano do Ensino Fundamenal	0	7	7
9º ano do Ensino Fundamental	0	4	4
1º ano do Ensino Médio	1	3	4
2º ano do Ensino Médio	1	0	1
Ensino Superior em curso	1	0	1
Total Geral	3	30	33

Fonte: SJDH/RS/Dados produzidos pela autora.

A respeito da escolaridade desses 33 jovens analisando o quadro 3, temos que as três jovens da amostra estão presentes cada uma em um ano do ensino médio e uma no superior em curso. A escolaridade delas contrasta com a dos demais 30 jovens da amostra, dos quais 19 estão concentrados no ensino fundamental, entre o 5º, 6º e 7º ano e apenas 7 jovens se encontram entre o 9º ano do ensino fundamental e o 1º ano do ensino médio. Isso evidencia que os jovens da amostra estão localizados no nível médio dos anos do ensino fundamental, com parcela pequena nos anos iniciais de somente 4 jovens entre o 4º e 5º ano.

Quadro 4 Escolaridade de jovens selecionados para pesquisa no ano de 2016 a 2017 por idade (anos) – dados absolutos

ESCOLARIDADE	IDADE (ANOS)							Total Geral
	14 anos	15 anos	16 anos	17 anos	18 anos	19 anos	20 anos	
4º ano do Ensino Fundamental				1		2		3
5º ano do Ensino Fundamental					1			1
6º ano do Ensino Fundamental	1	2	1	1	1			6
7º ano do Ensino Fundamental		1	3		1	1		6
8º ano do Ensino Fundamental				3	1	2	1	7
9º ano do Ensino Fundamental		1		3				4
1º ano do Ensino Médio					2	2		4
2º ano do Ensino Médio					1			1
Ensino Superior em curso					1			1
Total Geral	1	4	4	8	8	7	1	33

Fonte: SJDH/RS/Dados produzidos pela autora.

Analisando o quadro de forma resumida podemos dizer que há uma concentração de jovens com idade entre 14 a 16 anos no 6º e 7º ano do ensino fundamental, bem como também de jovens com idade entre 17 a 19 anos no 8º e 9º ano do ensino fundamental.

Quadro 5 Tempo de permanência no pod de jovens selecionados para pesquisa no ano de 2016 a 2017 – dados absolutos

MESES DE PERMANÊNCIA	JOVES ACOLHIDOS
12 meses	4
13 meses	7
14 meses	7
15 meses	2
16 meses	5
17 meses	6
18 meses	2
Total Geral	33

Fonte: SJDH/RS/Dados produzidos pela autora.

No quadro 5, observa-se uma permanência concentrada de jovens entre o 13º e o 14º mês, somando 14 ao total, seguido de uma permanência entre o 16º e o 17º mês, somando 11 jovens ao total. Mas, ainda assim podemos dizer que há uma distribuição equilibrada entre os meses de permanência, e o que se destaca é que apenas dois jovens excederam o tempo máximo de permanência no programa que são os 18 meses (lembrando que o tempo máximo de permanência é de 12 meses com possibilidade de prorrogação de mais 6 meses).

Quadro 6 Motivo de desligamento de jovens selecionados para pesquisa no ano de 2016 a 2017 por sexo – números absolutos

Motivo de Desligamento	SEXO		Total geral
	Feminino	Masculino	
Conclusão do programa	1	4	5
Descumprimento das Combinações		1	1
Desinteresse		5	5
Evasão		1	1
Fim do convênio	1	19	20
Opção por trabalho e/ou outra atividade	1		1
Total Geral	3	30	33

Fonte: SJDH/RS/Dados produzidos pela autora.

Antes de analisar o quadro 6, se faz necessário explicar cada um dos motivos de desligamento listados acima. O que se considera como “conclusão de programa”, é caracterizado por aquele jovem que concluiu o programa no prazo de 12 a 18 meses, e que de acordo com o que é esperado pelo Programa e gestores, conseguiu estabelecer um equilíbrio pessoal e está no caminho de concretizar seus projetos de vida (como, por exemplo, ter conseguido constância em um emprego formal).

O termo “descumprimento das combinações”, remete às negociações e acordos feitos pela equipe do Pão dos Pobres com o jovem do programa. Caso essas negociações ou acordos não sejam mantidos, o jovem é desligado por descumprimento de combinações.

Já o termo “desinteresse” é utilizado quando o jovem não demonstra nenhuma vontade de permanecer ativamente nas atividades do programa ou ainda que as tentativas da equipe em auxiliar o jovem na construção de possibilidades de recomeço, não são levadas a sério. Desta maneira, o jovem que não desenvolve um senso de “responsabilidade” perante a sua permanência no programa e na sua vida, é desligado por desinteresse.

O termo “evasão” refere-se ao jovem que não comparece mais as atividades e oportunidades ofertadas pelo programa mantendo-se ausente ou ainda quando a equipe, os familiares e pessoas próximas ao jovem não conseguem contatá-lo.

O “fim de convênio”, é quando o jovem é desligado do programa por conta do término de convênio entre o Estado e a terceirizada, no prazo estipulado de um ano, podendo, retornar a parceira, caso a terceirizada seja selecionada através de edital para gerenciar o programa, podendo assim, as atividades serem retomadas junto aos jovens.

Como observa-se no quadro 6 quase 2/3 dos dos 33 jovens desligou-se do programa por conta do “fim de convênio”, ou seja, por conta do fim do contrato de serviços ofertadas pelo Pão dos Pobres e conseqüente encerramento de atividades e acompanhamentos.

Diante disso cabe abrir espaço para uma breve observação sobre a descontinuidade que esse funcionamento acarreta para a política pública já que a cada ano é realizado um novo chamamento público através de um edital com mudanças de vagas e ação territorial, entre outros objetivos a serem contemplados para além do elucidado fazendo com que o atendimento aos jovens sofra interrupções momentâneas.

Por fim, o termo “opção por trabalho e/ou outra atividade” é um desligamento que ocorre quando o jovem tem interesse em continuar apenas exercendo sua atividade laboral e se sente seguro o suficiente para não frequentar mais o acompanhamento realizado pelo programa.

Também podemos ver que há 5 jovens que se desligaram por “concluir o programa”, e 5 jovens que se desligaram pelo motivo de “desinteresse” em permanecer. Ainda temos 3 jovens dispersos em três categorias diferentes, “descumprimento das combinações”, “evasão” e “opção por trabalho e/ou outra atividade”. Como dito anteriormente, esse desligamento só ocorreu após o prazo mínimo de permanência de 12 meses no programa.

Fazendo um panorama geral desse quadro, temos que 26 dos jovens desligaram-se do programa cumprindo com os objetivos colocados e 7 jovens restantes que não permaneceram por motivos individuais de interesse externo, mas ainda assim cumpriram o período mínimo de 12 meses.

Quadro 7 Motivo de desligamento de jovens selecionados para pesquisa no ano de 2016 a 2017 por tempo de permanência – dados absolutos

Motivo de Desligamento	Meses de permanência							Total geral
	12 meses	13 meses	14 meses	15 meses	16 meses	17 meses	18 meses	
Conclusão do programa		3	2					5
Descumprimento das Combinações		1						1
Desinteresse	3	1	1					5
Evasão	1							1
Fim do convênio		2	3	2	5	6	2	20
Opção por trabalho e/ou outra atividade			1					1
Total Geral	4	7	7	2	5	6	2	33

Fonte: SJDH/RS/Dados produzidos pela autora.

No quadro 7 temos que os 20 jovens que se desligaram por fim de convênio estão dispersos a partir do 13º mês de permanência, sendo a maior incidência no 16º e 17º mês, com um pico mais alto no 13º e 14º mês que concentram 14 jovens. Aqueles que completaram o tempo mínimo de permanência de 12 meses correspondem a apenas 4 jovens. Diferente dos 20 jovens que se desligaram por fim de convênio, os outros 13 jovens se desligaram nas outras categorias entre o 12º a 14º mês, tendo maior índice de desligamento entre o 13º e 14º mês.

1. 3 Pod socioeducativo: analisando prerrogativas

Na execução de um programa como o POD Socioeducativo, temos por um lado o Estado cuja intervenção visa (re) configurar dinâmicas sociais e modificar realidades existentes. Por outro lado, temos os próprios sujeitos que agem sobre suas vidas independentemente e ainda

quando estão sob vigilância e regulação externa. Diante do tensionamento entre Estado, agentes sociais e os jovens quais relações são construídas ou como são produzidas?

Apesar do programa ser destinado apenas a jovens de 12 a 21 anos, a família ganha um espaço central para o programa como vínculo importante a ser (re) estabelecido. Na síntese de acolhimento de cada jovem, há um tópico exclusivo de “contextualização familiar”.

As famílias são pensadas como aquelas que passaram também pelo processo de institucionalização e tiveram suas trajetórias modificadas. Por conta disso, o vínculo funciona como uma forma de compreender como é para cada membro, essa retomada de espaço no ciclo de vida do jovem e como os familiares podem, talvez, contribuir para modificá-lo.

Schuch (2013) destaca em seu estudo sobre a inserção de famílias e adolescentes infratores em políticas públicas, o termo *sujeito político*. Segundo a autora: “A família passa a ser não apenas uma *instituição* a ser preservada (...), mas um *sujeito político* fundamental para a mobilização de práticas de governo, mas também de luta por recursos, reputações e novas posições sociais (...). E isso não apenas a coloca no centro da configuração de certas práticas de governo, mas também a configura como um agente e/ou recurso nas possibilidades de sua transformação e reinvenção” (p. 214). Aqui, utilizamos o termo *sujeito político* também em referência aos jovens participantes desse programa e adota-se uma perspectiva relacional que os percebe como sujeitos com capacidade de mobilizar ações e fabricar domínios sociais onde se cria e se reinventa, “elementos pelos quais novas associações, práticas e recursos são produzidos” (idem, p. 215).

Seja nas reuniões semanais, quinzenais ou mensais, nos atendimentos psicossociais ou individuais, observa-se os agentes do programa agirem em busca de algum vínculo com alguém com quem o jovem já teve algum tipo de intimidade ou proximidade, de maneira a construir e consolidar uma relação que não é de simples dependência ou “responsabilidade”, mas talvez de parceria, de olhar o outro e ver as potencialidades de construções futuras.

Através do programa tenta-se aproximar o jovem de seus parentes como mãe, pai, tio, irmãos entres outros, em consonância com o ideário segundo o qual “através da família, a pessoa constrói sua orientação pró-social” (Dias, 2016, p. 363).

Meyer, Klein e Fernandes (2012) afirmam que “a família nuclear que conhecemos – e hoje “naturalizamos” – aparece apenas no final do século XIX e passa a ser posicionada como local de proteção e cuidado por excelência, desde então” (p. 434). A família nuclear ligada por

laços consanguíneos e papéis de gênero naturalizados (representação de mãe [mulher] pai [homem]) é colocada como princípio estruturador das relações sociais historicamente ligada ao avanço e implementação do capitalismo que estabelece esse modelo como essencial para estruturar e organizar a vida social na perspectiva de manter uma certa coesão social onde cada um tem papel e função.

Diante disso as autoras discutem a centralidade desse tipo de modelo familiar nas políticas públicas enquanto relações de poder que são construídas e apresentadas a partir de duas dimensões segundo Meyer, Klein, Fernandes (2012):

a) nas proposições programáticas dos governos que as concebem e implementam, os quais, através de diversas instituições, propõem modos de administrar e conduzir a vida de sua população; b) nas ações assistenciais e educativas delas decorrentes, porque estas investem, concretamente e de muitas formas, sobre as famílias no sentido de instituir ‘modos de viver a vida’ que devem promover saúde, educação, acesso a bens e serviços e ao trabalho, que, em seu conjunto, compõem o que, ali, se entende como inclusão social (p. 435)

Destaca-se a palavra “administrar” que corresponde ao ideário de ordenamento, planejamento e controle seguido da frase utilizada na citação “modos de viver a vida” o que implicaria em uma relação direta entre estabelecer como as relações devem ser construídas de acordo com o que cada instituição ou sujeitos envolvidos achar correto, e que “assim no cotidiano das práticas, operam em sinergia, o contexto, o agente e o habitus, no sentido de transformar em disposições quase naturais – e inconscientes – aquilo que é fruto da cultura” (Oliveira, 2017, p. 197).

Uma das obrigatoriedades impostas para a permanência do jovem no POD é sua inserção e assiduidade escolar. A cada mês o jovem deve apresentar um atestado de frequência repassado pela entidade conveniada à secretaria para fins de conferência e controle.

Caso o adolescente deixe de apresentar esse atestado e não o traga ao menos até o próximo mês, sua bolsa é cortada temporariamente e ele fica sem receber o auxílio financeiro, mas ainda permanece no programa, sendo o seu total desligamento transcorrido após um mês de infrequência, posto que a equipe técnica fazia o que era chamado de “busca ativa”, tentativa de “resolver” a situação de infrequência junto ao jovem.

Essa é uma das obrigatoriedades que está ligada ao apoio financeiro ofertado pelo programa de acordo com a Lei 14.228:

§ 1º - O apoio financeiro de que trata esta Lei será concedido pela Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social, com a observância dos seguintes requisitos mínimos:

I - estar matriculado e freqüentar o ensino regular;

II - freqüentar os cursos de qualificação profissional e as oportunidades de trabalho que lhe forem oferecidos;

III - submeter-se aos atendimentos na área da saúde e da assistência social a que for encaminhado.

Aqui cabe importante informar que as contas abertas para a realização do repasse do apoio financeiro são feitas no nome do jovem, e não dos seus responsáveis, o que parece passar a ideia de um incentivo à promoção de características presentes nos conceitos utilizados pelos programas como “autonomia” e “protagonismo juvenil” numa perspectiva que fomenta a busca por independência.

Os cursos profissionalizantes ofertados respondem a essas exigências fornecendo, para além do que foi colocado acima, espaços onde o jovem possa melhorar melhor o seu aprendizado para aumentar sua chance de inserção no mercado de trabalho.

O mundo do trabalho ainda se apresenta como o princípio organizador das relações sociais, sendo ele outro eixo central do programa. A inserção dos jovens em cursos ofertados pela instituição é um norteador para ajudar a organizar a vida social desses jovens, mas também visto como oportunidade de crescimento pessoal e um estágio necessário para inserção no mercado de trabalho.

São ofertados aos jovens os seguintes cursos de qualificação profissional (item obrigatório firmado no contrato de convênio): curso de auxiliar de pizzaria (carga horária de 40h), curso de lanches rápidos (carga horária de 40h), curso de informática (carga horária de 80h) e curso de auxiliar administrativo (carga horária de 120h). Através do Centro de Educação profissional (CEP) Pão dos Pobres: curso de mecânica e curso de gastronomia.⁴

É importante observar que apesar deste eixo ser extremamente importante para o programa, ele não é o principal e só ganha força e visibilidade porque se compreende que a escolarização é um instrumento primário para a futura colocação no mercado de trabalho.

⁴ É interessante a leitura que as autoras Jacques e Gershenson (2016) fazem sobre essa oferta presente nas MSE ao analisar que não se pode colocar somente sob responsabilidade das MSE a “possibilidade de superação das vulnerabilidades sociais” (p. 289), visto que esses jovens viveriam dentro dos padrões de vida digna estipulados socialmente pelo capitalismo.

Mesmo que esse seja visto como o princípio norteador da lógica de nossa sociedade, no POD a escolarização é pensada como mais um dos mecanismos responsáveis pela integração do jovem na sociedade, assim como o estabelecimento de vínculos afetivos, cuidado e bem-estar mental e físico e, atenção à inclusão em projetos de socialização e integração.

De acordo com Ricardo Antunes (2000), o trabalho representa uma rede complexa de relações que acaba por criar um sentido valorativo central na sociedade, e esse valor produz expectativas de realização pessoal e ascensão profissional que vão de encontro à lógica mercantil de nosso modo de produção pautado na responsabilização individual de sucesso ou fracasso. Conforme o autor, esta lógica deixa de lado o contexto em que essas escolhas estão disponíveis e aquele que caracteriza a vida das pessoas.

Assim é válido refletir “em que medida ele, travestido de direito, tem sido pensado como meio de salvação e integração social do jovem pobre à ordem social para a manutenção do status quo” (Silva Junior e Mayorga, 2016, p. 300). Até a década de 80 o trabalho foi utilizado como uma maneira de ordenar a vida dos jovens considerados em situação vulnerável (pobres ou marginalizados), como modo de evitar uma desordem social vinculada a algum tipo de violência e também o que era considerado enquanto vadiagem (jovens que ficavam circulando pelas ruas). Com a promulgação do ECA o trabalho não é mais visto como um instrumento de socialização e ordenação social, e sim como um direito divergindo da lógica salvacionista.

Entretanto é importante analisar em que medida os resquícios dessa perspectiva salvacionista ainda estão presentes nas políticas públicas para juventude em contextos de “vulnerabilidade” quando temos a contrapartida de cursos profissionalizantes limitados a profissões de rápida inserção laboral, mas com condições precárias de inserção. Conforme os autores citados:

As limitações vivenciadas pelos jovens são vistas de modo naturalizado, onde os problemas sociais são tornados problemas individuais. Neste sentido, se o problema do jovem pobre é entendido como o de uma natureza carente, a solução possível para administrá-lo é oferecer oportunidades de salvação de suas deficiências. A salvação do jovem pobre parece, portanto, ser reforçada pelas instituições de aprendizagem profissional, ligada à criminalidade a sua carência natural. Vemos aqui uma reatualização desta salvação (...). Ao oferecerem o direito à profissionalização, as instituições oferecem também o trabalho da carência do jovem pobre, a fim de integrá-lo e adaptá-lo aos valores hegemônicos da nossa sociedade (p. 305).

De acordo com o ideário do programa, a escolha de curso não é imposta (apesar de ter opções limitadas), e sim construída de forma dialogada e optativa, sendo que o jovem pode desistir no meio do curso e optar por outro ou ainda em outro momento retomar as atividades junto a ele. Já as escolhas profissionais não estão diretamente relacionadas ao limite de cursos ofertados, pois os jovens, em sua maioria, optam ou se inserem em outros ambientes de trabalho que não diretamente relacionados ao que está sendo colocado pelo programa, de acordo com o que é evidenciado no Apêndice C.

Na proposta que vi sendo colocada em prática, os jovens ganham “um tempo dentro do tempo”, podem desenvolver os seus gostos e aprimorar habilidades, mas também podem ficar indecisos e descobrir o que querem fazer num leque de possibilidades. Há um claro incentivo para que terminem ao menos um curso e que aproveitem as oportunidades que lhes são ofertadas com todo o discurso de “pensar mais à frente”. No entanto, isto não era feito de forma autoritária, e sim participativa, inclusiva, colocando o jovem em espaço de experimentação, dando a alternativa de autodescoberta.

Os jovens compareciam às oficinas socioeducativas, espaço de mediação e integração que proporciona um ambiente lúdico, interativo e social com atividades que apresentavam em seu cerne a intenção de ajudar os jovens a desenvolver reflexão sobre suas práticas sociais e seu estar em sociedade. De acordo com Relatório Trimestral de Atividade Pão dos Pobres (2016), havia “propostas variadas, contemplando os temas: “Ética e Cidadania”, “Regras de Convivência Social”, “Grupo Reflexivo”, “Atividades Esportivas”, “Arte e Cultura”, “Mundo do Trabalho”, entre outras.

Nessas oficinas buscava-se trabalhar com a metodologia da justiça restaurativa⁵ (utilizando o diálogo como forma de resolver conflitos), com a estratégia dos círculos de paz (criação ou fortalecimento de vínculos), como uma maneira de construir relações baseadas no diálogo, na escuta ativa criando o costume de praticar uma ação para resolução de conflitos, baseada na conversa e no olhar o outro como alguém que tem uma necessidade a ser exposta e respeitada.

Diante disso, é imprescindível notar a tentativa de construção cidadã que é feita em cada uma dessas frentes, visto que não basta os jovens estarem inseridos em espaços que os ajudem

⁵ Sobre justiça restaurativa ver por exemplo: PRANIS, Kay. Processos Circulares. Teoria e Prática. Série da reflexão a prática. São Paulo: Palas Athenas, 2010.

a (se) reconhecer enquanto sujeitos com possibilidades reais de participação social, mas para além, fornecem os instrumentos necessários a isso.

A seguir será apresentado o papel da socioeducação nesse trânsito de relações e seus conceitos e aplicações na estrutura social como maneira de observar e compreender melhor seus significado(s).

Capítulo 2 – REDES DE CAPTURA: APRESENTANDO CONCEITOS

Este capítulo tem como objetivo apresentar alguns norteadores temáticos bem como conceitos importantes para análise dos percursos dos jovens no POD. A primeira intitulada: “2.1 *Juventudes e identidades*”, aborda a “juventude” como categoria plural e a “identidade” como um norteador de sua construção. A segunda parte intitulada “2.2 *Juventudes e projetos de vida*” discorre sobre juventude e projetos de vida individuais. E a terceira parte intitulada: “2.3 *Políticas públicas para juventude: o caso da socioeducação*” apresenta elementos para pensarmos os sentidos construídos em torno das políticas públicas voltadas para a socioeducação.

2.1 Juventudes e identidades

A juventude, e a fase propriamente dita da adolescência, esteve intimamente ligada a ideia de transição compreendida como um período de desenvolvimento prévio à vida adulta. Sua delimitação está relacionada a critérios sociais e econômicos da sociedade industrial do século XIX. Pappámikail (2010) observa a falta de um espaço temporal para essa categoria, posto que ela até então não era vista como categoria produtiva, e sim como um “trampolim” de um estágio de desenvolvimento para outro.

É interessante sua análise em torno do “paradigma linearista do desenvolvimento”⁶ que coloca a juventude como espaço instável, à medida que cria uma “representação da juventude ora como um risco (para a ordem social, dado a probabilidade desvio) ora como estando em risco (devido à fragilidade identitária que mais facilmente a colocaria na posição de vítima)” (p. 399), e como tal, seria marcada por um período de turbulências inevitável.

Para a autora, a juventude não pode ser analisada em relação a um único momento, de forma singular e dualista, como se fosse “isso ou aquilo”. Nesta perspectiva, os jovens constroem suas identidades em diferentes espaços. Apoiando-se em diferentes autores, Pappámikail (2010) introduz a ideia de que as identidades juvenis são construídas em diferentes territórios, pois são vários os espaços sociais em que os jovens circulam, e em cada um deles, diferentes alteridades são produzidas: “a identidade parece ser cada vez mais concebida como

⁶ Desenvolvido no século XX em torno dos estudos sobre adolescência de Stanley Hall.

um compromisso narrativo, provisório, que implica a articulação e a coordenação dos vários traços (heterogêneos e paradoxais, herdados e construídos) do sujeito que atua nesses diversos territórios (p. 400).” Em cada território identitário onde esses jovens circulam há uma produção de saber que pode servir ou não como recurso importante no desenvolvimento pessoal de cada um.

Analisando o tema da identidade e sua produção, Ruiz (2003) propõe que a identidade seja tomada como uma construção das possibilidades de ser na qual se distingue uma identidade de indivíduo e uma identidade de sujeito. À identidade de indivíduo corresponderiam as práticas voltadas para a reprodução das expectativas sociais que estão presentes em seu campo de circulação. O indivíduo poderá escolher formas de atuação e de ser que são colocadas a ele, e não por ele. A identidade construída a partir de um indivíduo, o sujeita aos referenciais construídos e elaborados pelo modelo social do qual faz parte, moldando sua prática aos objetivos esperados pelas estruturas sociais.

Já a identidade de sujeito corresponde à liberdade de criar suas próprias práticas e formas de atuação de acordo com o universo simbólico que para ele faz mais sentido. A identidade construída a partir de um sujeito fomenta práticas autônomas e referenciais simbólicos que possibilitam sua autoafirmação no mundo. O dilema apresentado pelo autor evidencia que nas sociedades contemporâneas o processo identitário apresenta o indivíduo como pessoa ideal para a reprodução do sistema e acaba por criar ferramentas para garantir sua sujeição enquanto os sujeitos são vistos como aqueles que possuem espaço de transformar o seu meio social, justamente por ter consciência de sua autonomia identitária numa práxis criativa, que questiona a estrutura em que estão inseridos pensando se ela é realmente válida.

Segundo Ruiz (2003) os mecanismos de poder presentes nas sociedades contemporâneas modelam atores sociais e tendem a evitar criar sujeitos históricos, visto que, atores sociais executam e reproduzem o que é projetado para eles cooperando com os imperativos requisitados pelas instituições sociais, tornando-se indivíduos com subjetividades flexíveis, já que “a sujeição (voluntária) dos indivíduos permite o encobrimento dos mecanismo do poder, na medida em que se aceitam como formas naturais de inserção” (p. 123). Enquanto os sujeitos históricos constroem sua subjetividade a partir da sua atuação nas estruturas sociais, e não para as estruturas sociais, pois: “se as pessoas conseguirem construir suas identidades de modo autônomo e constituírem-se como sujeitos sociais, proverão novas práticas de caráter crítico e transformador da ordem instituída” (idem).

Fortuna (1994) propõe que as identidades sociais “estão sujeitas a um processo de destruição criadora”, onde as narrativas sociais produzidas pela estrutura social não servem mais para pautar o imaginário social, ou seja, o coletivo não é mais o responsável por ditar regras e padrões que definem um condicionamento social do que fazer e como agir, “tanto nas suas concepções essencialistas (do tipo ‘eu sou eu’) como nas estruturalistas (do tipo ‘a vida fez-me assim’)” (p. 210-211). O autor faz uma importante contribuição ao analisar como os sujeitos constroem suas relações com o tempo e o espaço, visto que as análises em torno da construção identitária parecem não superar esse dualismo.

Há uma tendência teórica em instrumentalizar o tempo enquanto produtor social, à medida que é visto como aquele que define o que pode ser feito e o que pode ser construído. Não é à toa, que os conceitos de passado, presente e futuro fazem parte dessa lógica ao organizarem cada fase de desenvolvimento e as etapas necessárias à sua superação. Segundo Weisheimer (2009), a juventude foi pensada na modernidade como um instrumento de reprodução do social que precisa passar por diferentes instituições como a família, a escola e o trabalho imbuídos de uma série de interesses e expectativas para produção de um valor instrumental que conceda um lugar na próxima etapa evolutiva, a fase adulta. Entretanto, acaba-se por desconsiderar as vontades e desejos que essa categoria carrega por não se esperar que haja uma produção simbólica que acrescente algo relevante à sociedade. Por outro lado, segundo Augusto (2008):

“Não se estranha, como tal, que os comportamentos e as atitudes políticas dos jovens sejam frequentemente vistos como algo que “logo passa”, sem consequências, e não como uma reacção ao mundo social e político que experimentam. Na maioria dos casos, essa reacção é vista mais como uma patologia associada à condição juvenil do que como um sintoma da (fraca) capacidade por parte do sistema para integrar as novas gerações (p. 158).”

Essa desvalorização dos comportamentos juvenis é abordada por Ruggieri Neto (2015) a partir de textos funcionalistas dos séculos XIX-XX em que a juventude é concebida como uma categoria idealizada que não tem espaço para movimento de contestação ou resistência, e supera sua condição de transitoriedade sem grandes agravantes inserindo-se naquilo que é esperado pelas instituições sociais no mundo adulto.

O autor ainda observa que as expressões juvenis são normatizadas numa racionalidade funcionalista que as interpreta como um aspecto comum de uma cultura juvenil a ser superada, ou melhor dizendo, as manifestações e organizações sociais produzidas por essa categoria são

típicas de uma fase da vida pela qual todos passam e que no fim se torna necessária para chegar à vida adulta e ao convívio em sociedade. Não há espaço dessa maneira, para conceber as expressões juvenis como produtoras de sentidos próprios desvinculados das percepções produzidas pelo coletivo.

Na sociologia, essa corrente funcionalista traz a noção de “ator social” como aquele indivíduo produto do coletivo que possui um papel social a desempenhar dentro de um sistema de valores. Como bem analisa Regina de Souza (2006), esse “ator social”, “refere-se hoje em dia, àquele que trabalha pela consecução de objetivos pessoais numa dada conjectura social, e por extensão, àquele que trabalha pela resolução de seus próprios problemas e daqueles que afetam a coletividade, essa atividade do ator social, em prol de si mesmo e de grupo social, é o que faz dele um membro da sociedade civil (p. 63).”

A autora traz a noção de “protagonismo juvenil” ao defender a tese de que os discursos sociais em torno da juventude são fundados numa noção de atuação social a partir da qual concebe-se que esses indivíduos teriam condições de ser autossuficientes. Como aporte para essa defesa, através da análise da publicação *Políticas públicas de/para/com juventudes* (UNESCO, 2005), a autora traz à discussão termos como, “resiliência” como “uma suposta capacidade do indivíduo de resistir à adversidade e de aproveitá-la para seu desenvolvimento pessoal” (p. 66). Outra noção do mesmo léxico é “empoderamento”, tido como a capacidade de negociar e tomar decisões. “Capital social” corresponderia ao desenvolvimento de habilidades para materialização de anseios e vontades pessoais na realização de projetos de vidas.

Cada um desses termos resume uma perspectiva acerca do papel da juventude como sendo o de desempenhar “um tipo de ‘participação’ baseada na atividade, em realizações ‘concretas’, ou seja, em fazer” (idem, p.11). Esse tipo de participação não abre espaço para contestação ou resistência, na medida em que não enxerga essa categoria como sujeito de mudança que faz parte do mundo, e não apenas a parte desse mundo.

Em oposição, Mannheim (1976) afirma que “na linguagem da sociologia ser jovem significa, sobretudo, ser um ser marginal” (p. 21), à medida que na modernidade esses indivíduos cresceriam à sombra das instituições ditas como as únicas responsáveis pela integração e continuidade da vida social.

Assim, segundo o autor, podemos pensar que esse estar “a margem” também pode dar possibilidade de movimento para os jovens, pois esses jovens não crescem apenas à sombra das

expectativas das instituições sociais, e sim de outros espaços que lhe são significativos na vida pública, o que segundo o autor, sensibiliza essa categoria a criar expressões próprias de inserção e participação social.

O processo de “destruição criadora” proposto por Fortuna (1994) dialoga com a linearidade do tempo-espaço que não conseguiria dar conta da emergência identitária produzida pelas transformações políticas, sociais e econômicas. Conforme o autor:

Nas situações sociais do seu cotidiano, os sujeitos atuam de acordo com as suas competências identitárias que, ao contrário do que sucedia na pré-modernidade, não são mais estáveis e rígidas, mas se tornaram transitórias, plurais e auto-reflexivas. São objeto de escolhas e de possibilidades individuais, feitas de acordo com a própria percepção da estrutura das relações sociais e, portanto, desencadeadas em função dos recursos disponíveis e dos efeitos previsíveis (p. 210).

Ou seja, há um tipo de construção relacional que circula nos diferentes territórios de transição juvenil que não produz somente o que é esperado socialmente, mas aquilo que o jovem, dentro do seu campo de possibilidades, interpreta como importante para sua construção identitária. As vivências produzidas nesses territórios poderão confrontar as expectativas socialmente estabelecidas e produzir diferentes experiências.

Assim é fundamental que as análises não tomem a categoria *juventude* no singular. É necessário pluralizá-la e torná-la mais fluida, dinâmica e englobante. Se os jovens circulam por diferentes territórios deve-se levar em consideração o que é produzido por eles nesses territórios e se possível produzir uma análise que não se limite apenas em dar uma visão do que se espera, e sim do que eles percebem.

Segundo Roberta Ferreira (2010): “a juventude não é um dado, mas uma construção social e histórica. E nesse caso, a condição juvenil é vista como um processo, um constante tornar-se por si mesmo, no qual o ser se forma como sujeito à medida que se constitui como jovem e desenvolve suas potencialidades” (p. 31). A identidade juvenil, assim, é construída como uma forma de expressão individual com limites e fronteiras delimitados pelos espaços de circulação frequentados pelos sujeitos. Cada um desses espaços, desses territórios, auxilia na construção da subjetividade identitária. Le Breton (2010) fala do corpo enquanto uma “memória viva” em constante transformação, porque o seu mover-se no mundo é constante e dinâmico, e cria consciência sobre a sua existência justamente através da maneira como é visto, sentido e

percebido nesses espaços, do mesmo modo, que também conscientiza os outros sobre sua existência através de suas experiências e vivências pessoais.

Maia (2010) traz uma contribuição importante ao operacionalizar o conceito de juventude através da perspectiva de rede, de modo a analisar a juventude como uma categoria que não é apenas um receptor de informações, daquilo que é construído nos territórios que são do seu interesse, mas também é um construtor, um agente de transformação social. Dessa maneira, ela também tem a possibilidade de atuação e ação efetiva no seu coletivo e materializa isso na expressão de movimentos e organizações sociais que produzem conceitos, expressões e ideias sobre o que são e o que querem. Nestas perspectivas os jovens são eles mesmos constituintes de sua categoria social.

A perspectiva de rede ganha importância quando pensada como um espaço de relações mais dinâmico e fluido que permite contestações e constrangimentos sociais. As diferentes pessoas que constituem as redes relacionais levam de um território para outro, diferentes visões de mundo, possibilitando que cada um construa sua identidade de acordo com aquilo que faz sentindo para si.

Nas diretrizes socioeducativas do Sinase há diversos trechos que enfatizam a importância da construção de um “projeto de vida” que auxilie os jovens a formarem uma “identidade” própria; “as ações socioeducativas devem exercer uma influência sobre a vida do adolescente, contribuindo para a formação da identidade, de modo a favorecer a elaboração de um projeto de vida” (SINASE, 2006, p. 52).

Na construção desse “projeto de vida” há uma tentativa de levar em consideração todos os espaços sociais por onde o jovem circula, ou tem vontade de circular, e as pessoas que estão disponíveis e presentes acompanhando-o nesse movimento.

2.2 Juventudes e projetos de vida

Apoiados em Schutz (1979), os autores Leão, Dayrell e Reis (2011) consideram que, “o projeto de vida seria uma ação do indivíduo de escolher um, entre os futuros possíveis, transformando os desejos e as fantasias que lhe dão substância em objetivos passíveis de serem perseguidos, representando, assim, uma orientação, um rumo de vida (p. 1072).” A partir deste

conceito, podemos conceber que um projeto vida é a soma de vontades e desejos pessoais dos indivíduos que se materializam em objetivos de ação passíveis de se tornarem reais em algum momento da vida futura.

Segundo Gilberto Velho (1981), o sujeito cria um projeto através da memória que carrega consigo das experiências que teve ao longo de sua trajetória de vida. Como essas memórias são fragmentadas porque o sujeito interioriza aquilo que considera mais significativo, esse projeto vai se basear nos acontecimentos que fazem mais sentido. De acordo com o autor, trata-se de um projeto individual construído pelo sujeito, a partir da situação e condição que se encontra na sociedade. Sendo assim, sofre influência de projetos coletivos, presentes em campos culturais e sociais onde há estilos e modos de vida plurais. Portanto, em acordo com o que também observa Koury (2015), esse projeto individual:

(...) Não é um fenômeno puramente interno e subjetivo, mas, formulado e elaborado dentro de um campo de possibilidades, e circunscrito histórica e culturalmente, tanto em termos da própria noção de indivíduo no social, quanto às temáticas, prioridades e paradigmas culturalmente existentes (p. 14).

Esse “campo de possibilidades”, se configura como uma série de possibilidades disponíveis aos sujeitos em trânsito por espaços sociais do seu interesse ou que fazem parte da sua realidade social “e dão sentido em suas trajetórias, criando possibilidades de coexistência de espaços díspares e até antagônicos nos trajetos experimentados pelos indivíduos que os caminham” (Koury, 2015, p. 16).

Segundo Villas e Nonato (2014):

O campo de possibilidades compreende as alternativas possíveis de serem sonhadas e desejadas, individual ou coletivamente, no contexto sociocultural no qual os sujeitos estão inseridos. Assim, o campo de possibilidades delimita ou potencializa um projeto de futuro, pois diz respeito às possibilidades reais que os jovens têm para construir seus projetos (p. 21).

Os trânsitos entre diferentes espaços ajudam a construir um projeto individual que se mostra visível e concreto na interação com o meio. Segundo Velho (1981): “reconhece-se não existir um projeto individual ‘puro’, sem referência ao outro ou ao social, os projetos são elaborados e construídos em função de experiências socioculturais, de um código, de vivências e interações interpretadas” (p. 26).

Os projetos individuais não seriam, portanto, construídos a partir de uma racionalidade utilitária que tende a analisar e conceber as ações de forma coesa e assertiva de modo a garantir a efetivação do que seja o projeto, mas tem em seu cerne um caráter emocional, que pondera, que se deixa influenciar pelos sentimentos e memórias (acontecimentos biográficos) e que modifica suas ações de acordo com as sensações e impressões que podem servir para alterar as intenções presentes num projeto inicial.

Por conta disso, uma pessoa pode ter vários projetos que não estejam relacionados entre si e que apresentam contradições e conflitos, posto que a sociedade em que esses sujeitos se encontram é complexa e densa podendo exigir uma interpretação diferente em cada campo de atuação. Por conta disto, cada projeto pode ser constituído de uma maneira, em um espaço e tempo diferenciado.

Pensando nos projetos de jovens, pode-se assumir um caráter não linear do tempo, que estipula prazos e metas para realizar determinado objetivo. Mesmo que estes aspectos não sejam deixados completamente de lado, podem sofrer algum tipo de alteração ou acréscimo conforme as impressões afetivas produzidas em cada espaço social.

Coscioni (2017) aponta que os projetos de vida individuais estão relacionados ao termo “expectativa de futuro” que se diferencia do termo “projeto de vida”, ao se pautar em expectativas ou perspectivas futuras construídas com bases na motivação e vontade, mas que não estabelece o como e a maneira de ser materializado por diversos motivos, como ausência de oportunidades no seu campo de possibilidades, impedimentos estruturais de raça, gênero ou condição social e ainda falta de conexão com seu eu ou meio social.

Segundo Castro (2004): “a capacidade de se encantar, de se rebelar, de lutar por futuros individual ou coletivamente, é um dos constructos que caracterizam a juventude, como universal-plural, e que deveria ser enfatizada na busca por enfoques geracionais em política” (p. 296).

Nesse sentido, nessa pesquisa se assume uma perspectiva de colocar em evidência como os projetos de futuro se constroem enquanto produzidos por sujeitos que estão re (inventando) seu modo de vida a todo momento, com a visão de que são múltiplas as escolhas que fazem ao longo de sua permanência no programa, assim como suas experiências e vivências pessoais.

2.3 Políticas públicas para juventude: o caso da socioeducação

2.3.1 Socioeducação e termos associados

Os conceitos relacionados ao termo *socioeducação* sofreram diversas alterações ao adquirir concepções, ideias, perspectivas e práticas de intervenção que com o passar do tempo foram se reinventando conforme contexto e história que de acordo com Cunha e Dazzani (2018):

eles não estão prontos à espera de descoberta. Antes, são construções, são fabricados no afã de responder aos problemas. Há um problema deparando-se com o qual o ser humano, na ambição de entender e de interpretar o mundo intrínseco a sua condição se vê impelido a explicá-lo. O conceito é imanente à realidade, dela emergindo no intuito de fazê-la cognoscível (p. 71).

E por serem construções “*herdam resíduos*” dos territórios em que circularam e que fazem fronteira com tantos outros incorporando hábitos e valores com diferentes sentidos de intervenção.

Através do ECA o termo *socioeducação* foi usado pela primeira vez na legislação brasileira. De acordo com a análise produzida por Cunha e Dazzani (2018) essa nova nomenclatura teve origem através do pedagogo mineiro Antônio Carlos Gomes da Costa e Maria José Gomes da Costa que na direção de uma das unidades da Febem: Fundação Estadual do Bem-Estar de Minas Gerais, viu a necessidade de novos conceitos e metodologias que dessem conta da realidade vivenciada dentro da unidade e assumissem um formato pedagógico visando evitar a reincidência em ato infracional.

No livro intitulado *Aventura Pedagógica* de 1990 os autores escrevem em formato de diário suas experiências e vivências na unidade e propõem uma relação democrática, crítica e diretiva com os/as jovens onde cada um saiba e reconheça seus direitos e deveres abrindo margem para que possam contribuir para seu processo de aprendizagem ao disponibilizar condições e espaços para que eles se tornem responsáveis sobre ele.

Assim a socioeducação assume um papel que segundo Cunha e Dazzani (2018), apoiando-se em Gomes (2009), possui uma dupla finalidade que “é de um lado, responsabilizar

o adolescente pelo ato cometido, mediante sanções, como a privação de liberdade e, do outro, garantir-lhe uma educação para a não reincidência. Todavia, o acento continua na dimensão correcional” (Cunha e Dazzani, 2018, p. 77).

Os autores relatam ainda que à implementação dessa nova concepção, o verbo *educar* antes de ser adjetivado ao termo “socio” foi utilizado em sentidos diversos quando associado a jovens que cometeram algo tipo de delito. Maraschin e Raniere (2011) destacam sete modelos de intervenção que serviram para construir aos poucos o significado da socioeducação, sua estrutura e seu caráter de ação. Esses modelos são definidos pelos autores como híbridos que podem ser analisados enquanto *sistemas planos-platôs socioeducativos*. Vamos explicar brevemente sobre cinco planos-platôs que consideramos mais importantes.

O primeiro modelo proposto pelos autores é o *Platô Religioso-Correcional-Resgatante-Salvacionista* que marca o primeiro período histórico de construção dos direitos da criança e do adolescente nas primeiras décadas do Brasil Republicano. Ele se pauta em valores essencialmente cristãos de salvar as crianças e adolescentes que praticavam ações consideradas viciosas e imprudentes e “trabalha-se no sentido de lhes converter a uma nova vida” (Maraschin e Raniere, 2011, p. 96).

Havia um entendimento de que era necessário salvar crianças que estavam com esse espírito delitivo antes que fossem levados pelo “mundo do crime”. Aqui há um resquício evolucionista que parte do princípio de que essas crianças e adolescentes já teriam uma predisposição em assumir uma posição no “mundo do crime”.

Cunha e Dazzani (2018) relatam que “a situação da pobreza era incompatível com o projeto civilizatório do Brasil republicano que, espelhando-se nas nações europeias, ambicionava se tornar um país moderno e desenvolvido” (p. 74). Ainda, temos nesse período a difusão das ideias iluministas da elite intelectual europeia no Brasil trazidas por estudantes das elites brasileiras na perspectiva das produções da Escola Positiva de Criminologia em contraposição à Escola Clássica Iluminista com seu paradigma de indiferenciação/discernimento.

O paradigma da indiferenciação/discernimento é marcado a partir das perspectivas promulgadas do começo do século XVII ao final do século XIX com a ideia de punição generalizada de natureza retributiva onde cada um é responsável por seus atos e deve “pagar” de alguma maneira por ter colocado a segurança dos demais em risco. Essa punição é associada a uma percepção de que é através do sofrimento que o outro passa ao ser punido, que os demais aprenderão a não fazer o mesmo.

Na Escola Clássica Iluminista esse paradigma era defendido por pensadores como Cesare Beccaria, Jeremy Bentham, Francesco Carrara e Gian Domenico Romagnosi que segundo França (2014) concebiam:

Estabelecer racionalmente um regime jurídico de cunho humanista, levando-se em consideração a defesa do princípio do contrato social, de modo que a pena servisse para a proteção desse pacto e da própria sociedade, evitando assim o dano a essa última. Estamos diante de pensadores da filosofia iluminista a partir da qual “a escola Clássica entendia que todos os indivíduos são iguais, têm livre-arbítrio e controle sobre suas ações. A ação criminosa seria produto da liberdade de decisão do homem (p. 155).

A perda de liberdade surge associado a responsabilidade racional segundo a qual cada indivíduo é responsável por seus atos e tem consciência das consequências de cada escolha, caso decida por agir de forma contrária é de forma deliberativa e deve receber as devidas punições ao ter violado o contrato social estabelecido socialmente.

Ao contrário dessa perspectiva, a Escola Positiva de Criminologia coloca a preocupação na causa e determinantes que levariam o indivíduo a praticar algum tipo de delito rompendo com o pensamento da escola anterior de atribuir culpa e punição ao indivíduo. Aqui há uma preocupação em compreender quais as causas que levam o indivíduo a praticar o que é considerado crime e que o tornaria alguém com potencial de cometê-lo. Cunha e Dazzani (2018) resumem:

Nessa conjuntura, os positivistas se propõem a tratar cientificamente as questões concernentes ao crime e à pena, modificando radicalmente o foco do sistema jurídico-penal – de um corpo a ser punido a uma alma a ser conhecida e corrigida. Já não bastava punir, era preciso obter um conhecimento acerca do delinquente e das razões que o levaram ao delito (instintos, distúrbios, traços de personalidade, efeitos da genética e do meio ambiente etc.), o qual deveria orientar intervenções voltadas à neutralização de sua periculosidade e à mudança de suas disposições criminosas. O foco se desviava da transgressão para o transgressor (p. 74).

A predominância das ideias de Cesare Lombroso, Enrico Ferri e Raffaele Garófalo traziam determinantes mais amplos para pensar as causas para um comportamento considerado delitivo que poderiam ser de origem biológica, psicológica ou social. Cada uma dessas determinantes teve espaço de discussão nas ciências até então naturais.

Nessa época as elites brasileiras passam a assumir uma nova postura frente a situação criminológica com um pensamento influenciado também pelo modo europeu de atuação em defesa dos pobres e mais necessitados tensionando o Estado a assumir essa responsabilidade.

Assim, o Estado passa a se posicionar como responsável em formular políticas públicas para crianças e adolescentes, categorizados nessa época enquanto “menores”. O Código de Menores de 1927 assume num primeiro momento esse espírito salvacionista. Na legislação temos a introdução do Direito Penal do Menor, aplicável aos “menores” de 14 a 18 anos incompletos, que prescreve “a imputação de uma pena ao infante-juvenil acusado de crime ou contravenção, ainda que considerasse as especificidades da população a qual se dirigia” (Daminelli, 2017, p. 34).

Os critérios para o uso da categoria “menor delinquente” ficavam a cargo das forças policiais responsáveis por identificar e enquadrar nos termos da legislação quem estaria em uma atividade considerada criminosa. Os menores de 14 anos que se encontrassem nessa situação seriam enviados (após análise contextual) a Colônias Correcionais para serem reeducados.

É importante observar que nessa fase temos também a concepção higienista que atribui à rua um sentido negativo associado aos males sociais que prejudicariam o desenvolvimento pleno da sociedade. Isso torna esse espaço e as pessoas que circulavam por ele, alvos de ação investigativa e intervencionista.

O segundo modelo proposto por Maraschin e Raniere (2011) é o *Platô-Assistencialista-Protecionista* que ainda na década de 20 até meados da década de 50 assumia também um caráter filantrópico assistencialista preocupado em atender famílias que tinham crianças e jovens com problemas de socialização, de modo a tentar protegê-los daquilo que a rua poderia oferecer e ofertar novas espaços com boas condições para seu desenvolvimento. Segundo Rizzini (2006),

O discurso adotado pelos reformadores sociais interessados na salvação da criança era respaldado em amplo debate internacional sobre o movimento de reforma da Justiça, o qual preconizava a importância da regeneração do indivíduo através da educação, em detrimento da simples penalização pelo crime cometido. Mais sentido ainda fazia pensar-se na aplicação desse movimento para crianças e jovens, cuja plasticidade de caráter, tornavam maiores as chances de recuperação (p. 17).

Esse trecho relaciona-se ao período no qual o poder disciplinar é visto enquanto “domínio da polícia, que incluía preocupação pedagógica com a correção/ transformação dos “menores” a ser realizada nas instituições para onde eram remetidos e internados” (Marafon, 2014, p. 521) com a intenção de disciplinar seus pensamentos e condutas em instituições correcionais.

Essa conjuntura caracteriza a década de 40 e os autores Cunha e Dazzani (2018) a identificam como paradigma tutelar/correcional no qual a educação é reformulada e passa a ser vista como importante instrumento de regeneração social visto que os juristas positivistas reposicionam o direito da infância ao definir crianças e adolescentes como indivíduos facilmente manipuláveis e sujeitos a corrupção externa diante da qual a educação - “o grande dispositivo corretor de condutas delitivas” (p. 75) – seria entendida como fator significativo para mudança nas posturas individuais.

De acordo com Maraschin e Ranieri (2011) o *Platô Escolar-Disciplinar-Profissionalizante* ganha forma ao pressupor condições ideais no mundo do trabalho. O ensino profissionalizante produziria uma lógica de ordenamento disciplinar para o cumprimento das normas e se pauta num viés “educativo” que pretende tirar o jovem de uma possível trajetória para o crime. É nesse período que começa a surgir uma ideia Educação Social que:

Destinada às pessoas, que vivem alguma situação conflitiva, a exemplo do envolvimento com o crime, visa qualificação do indivíduo para a convivência social, mediante o desenvolvimento de competências sociais, que lhe permitam uma efetiva integração à comunidade (Cabanas, 1997).

A ação educativa está posta como uma tentativa de garantir a coesão social através do esforço estatal de ofertar uma educação profissionalizante que resolveria o “problema” da delinquência fornecendo uma educação social, ainda formatada nos moldes da educação adequada as necessidades latentes do mundo do trabalho.

É no começo da década de 70 que temos o surgimento da Escola Crítica baseada no paradigma responsabilizador/garantista para o qual as relações de poder estabelecidas na sociedade devem ser consideradas como “uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir” (Foucault, 2001, p. 8). A partir dessa perspectiva associa-se os comportamentos sociais reproduzidos por indivíduos considerados “propensos a práticas delinquentes” a fatores econômicos, de gênero e raça.

A educação social começa a ser reformulada quanto a seu conceito, uso e aplicação baseando-se agora na escola teórica crítica da primeira geração de cientistas sociais da Escola de Frankfurt, rompendo com a ideia que se tinha de que os indivíduos seriam passivos e displicentes, ignorantes sobre o mundo que os cerca e passa a vê-los como protagonistas com subjetividades particulares com direito a participar do seu contexto social.

O caráter presente no *Platô Romântico-Humanista* definido por Maraschin e Ranieri (2011) demonstra uma transformação no modo de perceber crianças e adolescentes como produtores de significados sociais que não só aqueles definidos pela sociedade ou por instituições sociais numa lógica verticalizada de imposição de medidas restritivas e pouco dialogadas.

Quando o ECA foi promulgado, no final dos anos 80, essa ideia estava muito presente. O período de abertura política trazia consigo um ideal democrático pluralista que visava dialogar com todas as esferas da sociedade e assumir que cada uma delas poderia ter espaço na construção do novo projeto de nação. Aqui temos a mudança significativa do termo “menor” por criança e adolescente e “infrator” para autor de ato infracional.

A esse período, Maraschin e Ranieri (2011) associam a consolidação do *Platô Jurídico-Garantista* que se preocupava em criar uma legislação de proteção integral em torno de crianças e adolescentes que através das medidas socioeducativas, da atribuição de responsabilidades sociais permitisse que o jovem em conflito com a lei tivesse chances reais de se desenvolver como sujeito autônomo. Dessa maneira, passam de mero objetos do processo jurídico para uma nova categoria, a de sujeito do respectivo processo.

Uma mudança significativa está no descentramento do Estado como único responsável por decidir medidas de cunho socioeducativo ou políticas de atendimento social a crianças e adolescentes. No Estatuto está previsto que também a comunidade da qual o jovem faz parte é

responsável pelo seu bem-estar social, bem como os demais espaços em que ele circula. Agora na socioeducação de acordo com Cunha e Dazzani (2018) ...

Tal como a educação formal, é promovida por leis e políticas e opera em ambientes institucionais, conquanto não vise à formação acadêmica. Com a educação social, a socioeducação compartilha o objetivo de educar para o desenvolvimento da sociabilidade e para a harmonização social, mas se além à esfera da delinquência juvenil, enquanto a primeira se insere em diversos contextos, abarcando várias outras demandas. Nesse sentido, a socioeducação pode ser concebida como uma das formas possíveis de educação social (p. 78).

Cabe observar que no Código de Menores de 1927 consta que as ações voltadas para menores delinquentes estão colocadas com a nomenclatura “medidas”, já com o ECA temos o acréscimo da “socioeducação” tornando as ações voltadas para autores de ato infracional como “medidas socioeducativas” que segundo os Caderns do Iasp (2007):

Qualquer tipo de educação é, por natureza, eminentemente social. O conceito de socioeducação ou educação social, no entanto, destaca e privilegia o aprendizado para o convívio social e para o exercício da cidadania. Trata-se de uma proposta que implica em uma nova forma do indivíduo se relacionar consigo e com o mundo (p. 19).

Zanella (2018) realiza uma análise teórico-metodológica em torno do termo “socioeducação” e observa que “o termo sócio vem do latim *socius* e remete a alguém que vive e pertence a uma sociedade, que se associa com outro, que é parceiro, que é cúmplice” (p. 105). A educação tem a mesma origem e corresponde à ação ou efeito de educar sendo que “qualquer tipo de educação é, por natureza, eminentemente social” (Cadernos do Iasp, 2007, p. 19). Assim, a socioeducação é vista como um termo relacional que se efetiva através de uma perspectiva social.

A autora faz um exercício importante de reflexão ao observar que a educação nos ensinaria conceitos essenciais de autonomia e liberdade sobre a base de deveres e direitos de uma sociedade construída a partir dos princípios de cidadania com sujeitos teoricamente livres. Mas como aplicar essa percepção a sujeitos que foram privados de sua liberdade temporariamente?

Pappámikail (2010), faz uma análise desses dois termos, tratando primeiramente da liberdade e observa que:

Liberdade diz respeito à capacidade de agir sem constrangimentos e com os recursos e o poder necessários para objectivar as intenções que motivam a

acção em primeiro lugar. As intenções podem ser autónomas, sem haver liberdade para as pôr em prática, por via de um constrangimento material ou simbólico (imposição parental ou falta de recursos, por exemplo) ou um constrangimento legal (conduzir um automóvel ou votar antes da maioridade, nomeadamente). Em qualquer destes cenários, desejar encetar uma acção para a qual não se tem independência ou liberdade, três opções se perfilam: a aceitação e conformação, a ruptura e transgressão ou o desenvolvimento de estratégias que permitam negociar/conquistar/adquirir quer a sua liberdade quer a sua independência e assim possibilitar o desempenho da acção (p. 405).

Quando se aplica essa concepção a sujeitos privados de liberdade vemos que é exatamente isso que pode ocorrer. Em acordo com o que está dito acima, a liberdade de ação pode ser negociada, conquistada ou adquirida e a autonomia conquistada dependendo do tipo de ação que cada um escolher ou das estratégias que estiverem disponíveis.

Por sua vez a autonomia:

Situa-se no primeiro plano, pois diz respeito ao modo como as intenções e motivações são construídas, o que está implícito na definição que Christman, por exemplo, fornece de liberdade: “ser livre significa que há uma ausência de constrangimentos entre a pessoa e a concretização dos desejos formados autonomamente” (Christman, 1988, p. 112). Esta afirmação condensa importantes traços teóricos da autonomia como conceito que valem a pena, resumidamente, recordar. A autonomia pode ser entendida como uma competência (ou conjunto de competências) do sujeito, ou seja, uma condição eminentemente subjectiva e interior, ao passo que a liberdade situar-se-ia no espaço que vai do indivíduo e suas motivações ao exterior e aos potenciais constrangimentos à acção (Pappámikail, 2010, p. 405-406).

A autonomia é trabalhada aqui como uma condição subjectiva de cada sujeito construída de acordo com suas motivações, desejos e aspirações pessoais. Pode ser gerada no contato com o mundo externo, naquilo que cada um interpreta como significativo a ponto de querer que isso faça parte do seu mover-se no mundo.

A liberdade possibilita exteriorizar e materializar as aspirações em atitudes concretas, “deve ser sempre entendida no contexto intersubjectivo do diálogo com a(s) alteridade(s), com as quais se estabelece, também, dinâmicas de poder simbólico que podem pôr em causa a simetria implícita à dignidade de cada indivíduo na interacção” (Pappámikail, 2010, p. 406).

A socioeducação, em que pese os ideais de autonomia que busca promover, absorve e associa outros dois termos de difícil conciliação: punição e educação. A associação dos dois

termos num primeiro momento representa a lógica de que é através da condenação que o indivíduo terá a oportunidade de repensar suas atitudes e ser reeducado a não as reproduzir.

Com advento da Lei do Sinase de 2012, que regulariza a execução das medidas socioeducativas, há um entendimento de que os jovens não estão à margem da sociedade nem perderam seus direitos e prerrogativas como cidadãos. Por conta disto, devem ter um atendimento humanizado através de um plano individual de atendimento (PIA) que provoque a reflexão sobre planos futuros, suas vontades e desejos pessoais para o convívio social.

2.3.2 As medidas socioeducativas e suas aplicabilidades

Em se tratando especialmente das medidas socioeducativas, o ECA determina que aquele que pratica alguma conduta que esteja prescrita como crime ou contravenção penal e que tenha entre 12 a 18 anos será responsabilizado judicialmente por suas ações através da aplicação das seguintes medidas socioeducativas: advertência, obrigação de reparação de dano e prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação.

Ainda, as medidas socioeducativas são divididas entre medidas de meio aberto: advertência, obrigação de reparação de dano, prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida, que são executadas sob responsabilidade dos municípios; e de meio fechado (ou privação de liberdade): semiliberdade e internação, sendo a execução de responsabilidade do Estado.

Tratando-se das medidas de meio fechado, ambas (semiliberdade e internação) são aplicadas mediante sentença judicial que observará a condição social e o histórico infracional de cada adolescente; a duração da medida não pode ultrapassar três anos e deve ser revista a cada seis meses. Sua aplicação deverá ocorrer em centros ou unidades de atendimento socioeducativos⁷ (Art. 121 do ECA).

⁷ No Rio Grande do Sul são 24 Centros de Atendimento Socioeducativo disponíveis para atendimento socioeducativo de ambas as medidas.

Diferente da medida de internação, a semiliberdade se caracteriza por uma medida socioeducativa que apesar de restringir a liberdade do jovem permite saídas externas pré-estabelecidas de modo que o jovem não perca o contato com seus familiares e sua comunidade de convivência como um todo, e ainda prevê a obrigatoriedade participação em atividades educativas e profissionalizantes.

Já a medida de internação por se tratar da medida mais grave, em tese, só deveria ser aplicada em casos excepcionais de grave ameaça ou violência à pessoa, por descumprimento de medida já imposta anteriormente ou pela repetição do mesmo ato ou outras infrações graves.

Essa medida deve ser aplicada observando os três princípios elencados pelo Art. 121 do ECA, sendo eles: princípio de brevidade, no intuito de diminuir ao máximo o tempo de permanência do jovem na internação por ser um espaço recluso, segregado e limitador da liberdade individual para um bom desenvolvimento social; princípio da excepcionalidade, que leva em consideração essa medida como sendo realmente a última opção e a coloca em aplicação considerando a possibilidade a longo prazo de mudança, por considerar que a internação não é a melhor medida para se reintegrar alguém a sociedade; e por fim o princípio do respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, que considera como primordial o respeito ao desenvolvimento pessoal de cada jovem e que a medida deve ser compreendida e aplicada como um espaço pedagógico efetivo.

Compreende-se que esses três princípios são os pilares da aplicabilidade, se necessária, da medida de internação, justamente porque qualquer estágio do processo de desenvolvimento socioeducativo não pode ocorrer sem o convívio e contato no meio social, assim como qualquer processo que se propõe educativo.

Essas medidas, então, agem (ou deveriam agir) a partir de um princípio pedagógico. As instituições por onde os jovens passam, durante o cumprimento dessas medidas (temporário ou não), geram expectativas sobre os jovens e do cumprimento de suas medidas.

Segundo Sudbrack (2003) quando inseridos em um processo socioeducativo, os jovens devem ser percebidos como sujeitos e agentes de transformações social, e não meros reprodutores de expectativas sociais. A autora observa que para que os jovens possam ter acesso e conquistar espaços onde tenham condições de tomar decisões que não se baseiam apenas em suas experiências de institucionalização, a socioeducação deve compartilhar em sua premissa um sentido de reconhecimento dos modos de ser de cada jovem.

Esses espaços não poderiam agir, segundo a autora, como lugares que não reconhecem esses sujeitos como pessoas que perderam o seu direito à liberdade e precisam merecê-la novamente, e sim como pessoas que sempre tiveram direito à liberdade, mas que precisam ter acesso a recursos e oportunidades que lhes permitam reconhecer territórios onde a liberdade possa se desenvolver e ganhar um novo sentido. Segundo Costa (2006):

As ações educativas devem exercer uma influência edificante na vida do adolescente, criando condições para que ele cumpra duas tarefas bem peculiares dessa fase de sua vida: i) plasmar sua identidade, buscando compreender-se e aceitar-se; ii) construir seu projeto de vida, definindo e trilhando caminhos para assumir um lugar na sociedade e um papel na dinâmica sociocomunitária em que está inserido (p. 57).

Essas duas tarefas necessitam se complementar; auxiliar os jovens a construir uma identidade que faça sentido para os seus projetos de vida é reconhecer como válidas as construções realizadas por eles em seus outros territórios de trânsito. O desafio seria tecer uma teia de diálogo com o que é produzido naqueles espaços, de modo que a experiência socioeducativa além da ideia de responsabilização e participação, inclua o espaço do questionamento e da experimentação que reconhece no outro suas potencialidades de vida. Segundo Bisinoto, Oliva, Arraes, Galli, Amorim, [Stemler \(2015\)](#):

a prática socioeducativa refere-se ao modo como a medida socioeducativa pode ser experimentada pelo adolescente no percurso de sua vida, com atenção particular à reflexão e ressignificação das trajetórias infratoras. As medidas socioeducativas são, portanto, ações pedagógicas e intencionais que materializam a concepção de socioeducação (p. 583).

Dessa maneira, fazendo uma síntese, cabe observar que crianças e adolescentes estiveram em segundo plano, numa posição onde não havia espaço para influência e agência pessoal. Nas últimas décadas, e principalmente após a promulgação do ECA há um processo lento para reverter essas posições e tratá-los enquanto sujeitos que necessitam participar da vida social e das tomadas de decisão.

Vale aqui mencionar, produções científicas que relacionam o conceito de medida socioeducativa com as trajetórias de sujeitos que passaram pelo sistema socioeducativo.⁸ O

⁸ Demais pesquisas que evidenciam elementos para pensar na relação entre as medidas socioeducativas e trajetórias juvenis estão presentes também no artigo das autoras Luisa Bertrami D'Angelo e Jimena de Garay Hernández intitulado *Sexualidade, um direito (secundário)? Atravessamentos entre sexualidade, socioeducação e punição* (2017), no artigo de Keliane Batista com nome de *Vidas que importam: narrativas de jovens autores (as) de ato infracional em privação de liberdade na cidade de Fortaleza-CE* (2020), e por fim no artigo de Jana Zappe (2015)

artigo de Luciana Gomes de Limas Jacques e Beatriz Gershenson: “Por entre significados: as Medidas Socioeducativas através dos sujeitos que as vivenciaram” (2016), tem como objetivo analisar quais as percepções e significados que os sujeitos (adolescentes, familiares, gestores, técnicos entre outros) que estão envolvidos na execução das medidas socioeducativas possuem sobre as referidas medidas. A intenção foi analisar se existem contradições entre as normativas presentes na MSE-MA (medidas socioeducativas de meio aberto) e no SINASE a partir das narrativas de sujeitos que estiveram por dentro do sistema socioeducativo no município de Guaíba/RS. As autoras da mistificação criada em torno do ECA enquanto um projeto de sociedade, visto que ele só teria sido colocando enquanto uma reforma do antigo Código de Menores. Apoiadas em Freixo (2006) as autoras analisam que:

No contexto de implementação dessa nova perspectiva de garantia de direitos, estava em curso, mundialmente e sob a fundamentação da Teoria Neoliberal, o processo de extinção ou diminuição de investimentos do Estado no campo social. Nos anos de 1990, contexto de implementação de políticas com referencial neoliberal, as políticas públicas de combate à pobreza sofreram um forte processo de precarização - marcado pelo agravamento da exclusão e da criminalização do segmento jovem, negro e favelado na sociedade brasileira (s/p).

Diante disso, na tentativa de verificar se essa perspectiva trabalhada no início da citação permanece presente, realizou-se a observação a partir da análise dos relatos de sujeitos envolvidos com as medidas socioeducativas e o que se pode verificar é que essas medidas são executadas de forma mista com ações de proteção e ações de punição voltadas para o paradigma da defesa social que promove um ajustamento social, a partir de ações e práticas como educação formal e profissionalizante e a tentativa de formar “novamente” um núcleo familiar burguês no qual todos sejam produtivos e adaptados ao sistema capitalista onde para Jacques e Gershenson (2016):

Essas ações podem ser insuficientes para o alcance desse fim, posto que podem não ser garantias reais de que os receptores dessas ações – materializadas, especialmente, dentro das políticas públicas – conseguirão se manter dentro de padrões de sobrevivência que lhes garantam uma vida digna, com acesso permanente a direitos (p. 285).

sobre nome de *Risco e proteção no desenvolvimento de adolescentes que vivem em diferentes Contextos: família e institucionalização* (2015).

Ao finalizar as autoras observam que é necessário pensar para além dessa perspectiva de ajustamento social e promover uma compreensão por parte daqueles que executam essas medidas que parta de uma compreensão da realidade social sobre um olhar multicausal que rompa com o processo de culpabilização e criminalização da pobreza.

A pesquisa de Bruna Koerich (2018) se pauta na análise e observação de trajetórias e narrativas de jovens em medida socioeducativa em meio aberto numa Casa da Juventude inserida em um projeto social de prevenção à criminalidade e a letalidade juvenil. Esse projeto, assim como o programa analisado nessa pesquisa, oferece uma série de atividades culturais e oficinas profissionalizantes que visam ofertar oportunidades de inserção social que distanciem os jovens da trajetória criminal. A partir de sua pesquisa a autora constrói uma nova perspectiva para se pensar a violência juvenil a partir da análise dos projetos de futuro constituídos pelos jovens dentro desse projeto.

Os projetos constituídos pelos jovens, segundo a autora, estão orientados por uma concepção de futuro aberto que nas narrativas dos jovens traduz-se por construir possibilidades de vida no agora. Esse embate com a perspectiva ocidental de construir um objetivo de vida a ser alcançando num futuro próximo pode ser vivido de maneiras diferentes pelos jovens que constroem outras possibilidades de experiências.

As concepções apresentadas nesse capítulo nos auxiliará a compreender, afinal, quais são as expectativas criadas por sujeitos que descrevem sua passagem no programa e quais as percepções que os jovens constroem em sua prática diária.

Capítulo 3 – REDES DE SUSTENTAÇÃO: TRAJETÓRIAS E PERSPECTIVAS

Esse capítulo se concentra em descrever alguns aspectos da trajetória de vida de quatro jovens que passaram pelo programa. Trata-se de percursos emblemáticos que permitem demonstrar a desenvoltura que tiveram durante seu período de permanência, bem como os desejos, vontades e as escolhas que fizeram. Esses percursos são considerados emblemáticos para uma análise apoiada nas noções de configuração social e de interdependência. As passagens desses jovens pelo programa foram marcadas por vivências diversas construídas para além da experiência institucional experienciada. Os jovens escolhidos serão denominados Ana Luiza, João Miguel, Matheus Henrique e Pedro Daniel. A escolha dos nomes duplos pretende indicar que não somos definidos apenas por uma nomenclatura e não podemos estar limitados ao espaço que constroem em torno dela. Assim, o nome duplo busca indicar uma maneira de pensar de forma mais plural acerca do que constitui cada sujeito. As descrições feitas aqui foram retiradas e trabalhadas em uma narrativa mais fluida a partir dos relatórios produzidos pelos técnicos/as da entidade O Pão dos Pobres. Portanto, refletem a visão desses profissionais diante dos atendimentos e acompanhamentos realizados com cada jovem, familiar e companheiro/a durante sua permanência no programa. Os relatórios trazem percepções pessoais e descrição das falas e ações realizadas pelos jovens, bem como combinações e acertos feitos no tempo de permanência de 12 a 18 meses. Compreendemos que esses relatórios são uma visão das experiências vivenciadas, formulada na interlocução com os agentes de execução do programa, por isso a importância em descrever aqui de maneira mais fluida observando como essas trajetórias se desenvolveram e foram inscritas nos relatórios técnicos.

3.1 Ana Luiza

Ana Luiza é uma jovem de 18 anos que mora no interior do Estado, com a mãe e uma irmã com quem tem pouca relação de afeto. A jovem tem pouco contato com o pai que possui sua guarda legal e reside na região metropolitana de Porto Alegre, contudo demonstra estar aberta a fazer uma reaproximação com ele, depois de conversar com a equipe do Pão dos Pobres e perceber a importância que isso teria em sua vida já que trabalha e estuda no município do pai. Como pretendia morar com uma prima que estava com mudança prevista, a ideia de reaproximação se tornava mais urgente.

Ela tem a preocupação em morar em algum lugar seguro onde se sinta minimamente acolhida, pois a maior parte de seus familiares são envolvidos com tráfico de drogas ou estão detidos, dificultando o acesso a um espaço de acolhimento próximo e implicando em grandes deslocamentos, pois os parentes restantes moram no interior.

Na data de seu ingresso no POD, no final de agosto de 2016, Ana Luiza estava matriculada na Faculdade de Direito na FADERGS, mas precisava de auxílio pessoal e financeiro bem como contato e proximidade com outras pessoas em sua vida que apoiassem sua decisão e acreditassem e investissem em sua capacidade para realizar seus planos. Além da faculdade realiza estágio no TRF de Porto Alegre.

Ao considerar as narrativas e posturas relacionadas às decisões e iniciativas da jovem, os técnicos perceberam que ela mesma tem consciência da grande transformação que fez em sua vida e do quanto a sua desenvoltura pessoal contribuiu para abrir oportunidades de realização individual naquilo que desejava, como conseguir uma formação educacional de qualidade.

Essa nova etapa de vida na realidade não é tão nova assim, considerando apenas novo o espaço que o programa oferece dando apenas condições para que continue progredindo dentro das construções que vem fazendo.

Diante disso, seu acompanhamento no programa foi feito de forma a adaptar e facilitar a vida da jovem, com atendimentos quinzenais, aos quais ela comparecia para conversar e procurar ajuda para resolver conflitos e angustias corriqueiras. Ela frequentava as oficinas que se mostravam extremamente necessárias para sua formação pessoal.

Ainda, quando os técnicos abordaram a questão da aproximação do pai, o aspecto afetivo estava fora de questão, sendo que a jovem comentou que já havia morado com o mesmo, mas que a relação tinha sido difícil, mas como ele ainda detinha sua guarda legal, a aproximação ainda assim se fazia necessária na perspectiva da equipe..

Na visão da equipe, a jovem compreende o papel que este deveria ter tido em sua vida e das responsabilidades que ele deveria assumir, mas ainda assim, ele se encontra ausente e sem possibilidade de dar abertura para uma acolhida ou ajuda relevante. Diante desse cenário, ela entrou com um processo solicitando ajuda financeira, obrigando-o de alguma maneira, a contribuir para sua formação.

Ana Luiza não demonstra estar incomodada com essa situação ou com o envolvimento dos parentes em atividades ilícitas. Durante o seu cumprimento de medida e em conversa com a equipe, relatou que foi internada de forma injusta, pois não estaria envolvida em nada disso, apenas foi ligada aos casos já ocorridos. Mesmo assim, evidencia uma postura passiva e contundente com essa parte de sua vida, tentando deixar a experiência de internação para trás e procurando focar nos seus planos já em desenvolvimento.

As oportunidades que buscou refletem a maneira de encarar sua experiência enquanto uma forma de continuar acreditando em sua capacidade de mudança e construir para si um projeto de futuro que a torna independente e dona de suas próprias escolhas. A ausência de familiares e conhecidos próximos não abala sua trajetória, pelo contrário, serve como força motivacional para construir ela mesma um novo estilo de vida.

Durante todo o acolhimento Ana Luiza se manteve numa rotina apertada revezando de moradia entre o interior do estado e a residência da prima que mora em Porto Alegre, demonstrando autonomia ao saber coordenar sua inserção em diferentes espaços e os compreendendo como trampolim para seus objetivos.

Ao finalizar o programa em meados de agosto de 2017, a jovem ainda estava cursando Direito, expressando tranquilidade nessa reta final, considerando que a finalização dessa grande etapa de vida é fruto de sua persistência em acreditar em sua capacidade e mesmo diante das dificuldades de moradia e convivência familiar, continuou insistindo em permanecer nos espaços que lhe oportunizavam progredir e permanecer confiante.

3.2 João Miguel

João Miguel é um jovem de 18 anos que ingressou no programa no começo de agosto de 2016. Residente da Vila Maria Conceição no município de Porto Alegre, já no momento de seu acolhimento no POD a equipe percebeu que o jovem tinha muitos planejamentos futuros, sendo um deles o ingresso no exército brasileiro. Demonstra, ainda, consciência da necessidade de se permitir fazer planos para os quais não dependa apenas dos “outros” e tem interesse em fazer algo que sempre gostou que é ser cozinheiro.

Até então, teve experiências curtas em trabalhos informais como entregador de água, e compreende que precisa ter uma experiência laboral mais formal e com menos riscos, em algo

que realmente goste de fazer. Por isso, planeja ingressar no quartel e se profissionalizar enquanto cozinheiro.

O jovem cumpriu um ano e quatro meses de medida socioeducativa na Fase e atualmente sua medida se encontra em extinção. Nos atendimentos, demonstra receio de que essa passagem pela Fase seja um marco que limite e coloque barreiras a ponto de não conseguir realizar o que deseja. Porém, conta com grande incentivo por parte do pai e da namorada para acreditar que dará tudo certo.

Aqui temos um jovem sonhador que tem interesse em se inserir em espaços de aprendizado que possibilitem alcançar seus desejos pessoais. Por conta disso demonstra querer afastar-se das antigas práticas de delito. Essa intenção é confirmada na fala do pai que ao acompanhar o acolhimento relata que deve partir do jovem essa vontade de mudança.

Apesar de não residir com o pai, mantém uma relação muito próxima com ele. O jovem mora com a mãe e com o padrasto com quem mantém uma relação estável, mas complicada. A mãe de João Miguel possui labirintite e é dependente de álcool em tratamento. Segundo o jovem, ela teve várias recaídas enquanto ele esteve internado na Fase; daí o sentimento de culpa que ele carrega em relação a sua internação e o forte desejo de fazer uma mudança significativa confiando que as outras pessoas que fazem parte de sua vida vão melhorar também.

Atualmente João Miguel se encontra na Totalidade 3 EJA (5º ano do ensino fundamental) e demonstra à equipe a necessidade e relevância de se manter estudando como etapa importante para a realização de seus objetivos empenhando-se em participar das oficinas e atividades ofertadas pelo Programa.

De modo geral, no momento do ingresso, temos um jovem que espera fazer grandes transformações em sua vida futura, que conta com o apoio do Programa e também do pai e da namorada para conseguir chegar onde deseja. Expressa consciência da responsabilidade que precisa ter para ingressar nos espaços que almeja e acredita que pode conseguir tudo isso com empenho e dedicação.

Do final de 2016 até o relatório de janeiro de 2017 vários acontecimentos fizeram com que João Miguel assumisse uma postura mais séria e mais autônoma. A convivência com a mãe ficou mais difícil por conta de suas questões pessoais de saúde e o pai se afastou demonstrando pouco interesse em permanecer e acompanhar a vida do jovem.

Mesmo com o pouco apoio da mãe e do distanciamento do pai, o jovem continuou perseverante em suas convicções e desejos futuros. Temos também a presença de um irmão mais velho de 38 anos fruto de outra relação da mãe, que serve como guia para o jovem e o incentiva a permanecer acreditando em si mesmo.

Apesar de relatar situações de violência e risco no bairro onde mora, João Miguel permanece frequentando a escola e realizando as atividades propostas pelo programa, demonstrando que permanece viva a ideia de que é necessário que ele se insira nesses espaços de forma responsável para alcançar seus objetivos futuros.

Nesse meio tempo, João Miguel revelou que sua namorada estava grávida, e para dar maior suporte e apoio, decidiu morar com ela e acompanhar a gestação de perto, evidenciando ansiedade e empolgação com a vinda do primeiro filho.

Ao longo dos meses finais de sua participação no programa até agosto de 2017, João Miguel participou ativamente dos espaços socioeducativos realizando oficinas de preparação para o mundo do trabalho e o curso de Auxiliar Administrativo, bem como atividades esportivas e de lazer. A conclusão do curso de Gastronomia – Lanches Rápidos foi um desejo expresso pelo jovem e que pode ajudá-lo para ter oportunidades futuras e realizar sua vontade de ser cozinheiro. Nesse meio tempo João Miguel conseguiu avançar para o 6º ano do Ensino Fundamental.

Acompanhou, como era de sua vontade, toda a gestação da namorada, e ambos tiveram uma filha que ao final do programa completava 4 meses. Esse novo formato de família foi muito importante para o jovem, pois a vinda da filha e o compromisso de ser responsável por mais alguém, fizeram com que ele visse a vida de maneira mais aberta enquanto cheia de possibilidades, vivências e experiências que ainda estão disponíveis e em curso em sua vida.

João Miguel e a namorada tiveram que se mudar para perto da mãe novamente, em um espaço disponível no pátio da casa. Mesmo com a mudança de volta ao espaço onde não se sentia tão bem acolhido, a nova experiência familiar foi um estímulo para o jovem se dedicar ainda mais para conseguir realizar o que deseja e melhorar sua condição atual.

Como ainda não conseguiu ingressar no mercado de trabalho, ambos sobrevivem com o auxílio da bolsa que João Miguel recebe pelo programa e com a ajuda dos familiares e amigos próximos. Mesmo assim, nenhum dos dois quer acomodar-se nessa situação e demonstram interesse em conseguir um emprego que os ajude a sustentar a família.

João Miguel consegue enxergar e perceber que houve transformações significativas na sua vida desde que decidiu mudar. Consegue se ver como uma pessoa comunicativa e interessante que se relaciona mais, a ponto de fazer novas amizades e construir relações estáveis, bem como ver que os espaços que estão disponíveis a sua frente são importantes para a construção de sua trajetória pessoal.

Se mantém presente na vida de sua nova família, e vê essa nova relação como muito importante para sua formação pessoal bem como um ponto de apoio para conseguir continuar acreditando na mudança que espera e para construir perspectivas de futuro melhores.

3.3 Matheus Henrique

Matheus Henrique é um jovem de 15 anos, residente no Morro da Cruz no município de Porto Alegre com ingresso no 7º ano do Ensino Fundamental. Passou por um período complicado em que esteve em acolhimento institucional dos quatro aos onze anos de idade, por não haver nenhum familiar que pudesse se responsabilizar por ele. A mãe esteve reclusa no sistema penitenciário, e por conta disso, só conseguiu assumir novamente a responsabilidade pelo filho após garantir um espaço organizado e propício para acolher a família, já que ela tinha mais dois outros filhos.

O vínculo que Matheus Henrique possui com a mãe é muito forte, sendo que os dois mantem uma postura de tentar melhorar a situação de vida em que se encontravam após circularem por espaços que não permitiam aproximação de ambos e um desenvolvimento pessoal saudável.

Após sair da internação da Fase aos 14 anos, o jovem tentou organizar melhor a sua vida enquanto residia na casa de uma tia materna próxima, procurando frequentar novos espaços e adquirindo experiência em trabalho informal como parte do que considera importante para sua formação. Assim auxiliou financeiramente a família e criou mais responsabilidade em relação aos outros familiares, já que agora também contribuía para o bem-estar e sobrevivência da casa, somando ao benefício que recebem do Bolsa-família, o aluguel social e algum apoio eventual externo.

O jovem demonstrou interesse em se inserir em um trabalho formal ou ingressar em estágio, chegando a fazer entrevista no CIEE buscando outras oportunidades de inserção no mundo do trabalho para construir uma vida estável e continuar auxiliando a família de forma positiva. Apesar de ainda não saber qual área sente vontade de seguir, considera a profissionalização importante para o seu desenvolvimento.

Apesar da volta da mãe e de constituírem novamente um núcleo familiar, é Matheus Henrique quem assume uma postura de cuidar e manter a família, pois a mãe sofre de problemas de saúde tendo episódios psíquicos, precisando ser internada e se ausentar da casa e dos cuidados referentes a ela.

Diante disso, o jovem se sente responsável pelos irmãos e o restante da família e procura assumir um compromisso sério e mais responsável em casa se colocando como principal responsável em organizar a dinâmica constituinte.

Em acordo com essa postura, de se colocar enquanto alguém sério e comprometido não só com os projetos futuros, mas também pelos que dependem de sua ajuda e apoio, é com dedicação que a equipe percebe que participa das atividades que lhe são propostas, chegando a realizar o curso de Auxiliar Administrativo e ingressar no Projeto Pescar oferecido pelo Banrisul. Também conseguiu um emprego informal aos finais de semanas em um clube na capital, que rendia uma quantia extra e contribuía dando um certo “alívio” às demandas da casa.

Ao término do seu período no programa, no final de agosto de 2017, Matheus Henrique ingressou no 1º ano do ensino médio, avançou no Projeto Pescar e se manteve firme nos espaços que exigiam sua presença, servindo de exemplo não só para seus familiares, mas para os colegas de curso e conhecidos próximos.

A descrição feita pela equipe sobre Matheus Henrique é a de alguém empenhado e consciente de que a mudança que espera deve partir da maneira como ele enxerga a situação em que se encontra e o que pode fazer para mudá-la. Ao ir conquistando espaços e avançando nas diversas áreas de sua vida, percebeu que apesar de não ter muita certeza do que deseja para o futuro e nem ter grandes ambições, manter-se empenhado e acreditar no seu potencial é importante para conseguir novas oportunidades.

3.4 Pedro Daniel

Pedro Daniel no seu ingresso afirma que “quer ser alguém na vida”. Na sua fala para a equipe, ser alguém é ter oportunidades de realizar aquilo que deseja, como ser cabelereiro. Durante o período de internação na Fase teve a oportunidade de experienciar esse desejo cortando o cabelo de outros jovens, e desde então pretende desenvolver melhor essa técnica.

O jovem tem um círculo familiar de apoio grande e muito presente em sua trajetória, sendo a mãe a figura familiar de maior proximidade do jovem e que o acompanhou no acolhimento em agosto de 2016, e também na internação na Fase.

Sua avó é outra figura importante e presente no seu círculo familiar. A família é composta pelo padrasto, dois irmãos e dois primos e é moradora da Vila Augusta em Viamão. Demonstram um carinho especial pelo jovem e a família se mantém atenta, firme e disponível para ajudá-lo a organizar melhor essa nova etapa de vida.

Da sua rede familiar participam também a namorada e um filho de um ano de idade fruto de um relacionamento anterior do jovem. Pedro Daniel se deixa afetar bastante pelo filho, estando presente sempre que pode com a consciência de que o vínculo entre os dois é importante para manter o foco na realização de seus desejos. Ele vê na relação dos dois, um vínculo familiar importante de cuidado e atenção que desenvolve com o restante de sua família.

Aos 17 anos, na Totalidade 6 (8º ano do Ensino Fundamental), Pedro Daniel tem um grande interesse em ingressar no mercado de trabalho formal para conseguir se estabilizar em uma vida melhor e contribuir com as demandas da casa.

Com grande facilidade de comunicação e interação, participa com interesse e proatividade nas oficinas e atividades ofertadas pelo programa e se relaciona com entusiasmo e cordialidade tanto com seus familiares quanto com colegas e pessoas mais próximas. Diante dessa característica tão marcante, a equipe acredita que mantendo-se comprometido com suas obrigações e tarefas, ele conseguirá abrir novas oportunidades de mudança.

Por conta de conflitos em sua região e pelo fato de pessoas vinculadas a atos ilícitos tentarem constantemente contato com ele, foi necessário que se mudasse do lugar onde morava para outra região mais afastada indo residir na casa de uma tia próxima à família.

Conforme registrado nos relatórios, essa mudança teria sido muito significativa, porque exigiu uma postura mais madura de sua parte, além de o mesmo se ver sem o amparo constante que tinha do núcleo familiar, apesar de o visitarem sempre que possível. Houve também a mudança de escola e dos novos círculos de amizade que vinha desenvolvendo, o que gerou ansiedade e preocupação ao perceber que estaria um pouco mais sozinho e dono de si, necessitando de um acompanhamento maior para lidar com tudo isso.

O auxílio financeiro do programa bem como a mesada que recebe da família ajudam o jovem a se estabilizar e fazem com que ele pense melhor em como administrar sua vida e rotinas diárias, como por exemplo dar conta de cuidar da própria alimentação até comprar coisas do seu interesse, o que num primeiro momento o deixava aflito, somado ao fato de que não se sentia muito bem acolhido no local em que estava morando.

Porém, por outro lado essa mudança teria feito com que assumisse uma postura um pouco mais reservada demonstrando que as experiências de vida que teve o deixavam com um ar mais sério de quem sabe “coisas da vida” e tem mais “sabedoria” do que o resto das pessoas. Essa postura foi destacada pelos técnicos ao observarem que o jovem demonstrava resistência a aprender coisas novas, conhecer e compartilhar experiências com os outros jovens e pessoas que fazem parte do seu círculo de convivência.

Permanece na fala do Pedro Daniel a vontade de “ser alguém na vida”, “viver bem” e “agregar conhecimento”, acreditando que possuiu apoio suficiente para realizar o que escolher, e procurando se manter aberto e encarar de forma positiva os percursos que a vida vem lhe trazendo.

Quando se refere a “ser alguém” espelha-se na família e no desejo de ser um pai melhor para seu filho; o “agregar conhecimento”, vem da preocupação em terminar os estudos; e o “viver bem” é ter um emprego formal que o mantenha estável e que possibilite apoiar sua família e seus planos.

Nos diferentes espaços em que circula, realizou os cursos de informática e auxiliar administrativo oferecidos pelo programa, bem como finalizou o curso de “Ocupações administrativas” do CIEE. Além disso se inscreveu para o programa jovem aprendiz ofertado pela Instituição Calábria para as áreas de mecânica e design multimídia, além de comparecer a entrevistas de estágio no CIEE e no DAER.

Ao final de sua permanência no programa, em novembro de 2017, Pedro Daniel teria amadurecido e conseguido ingressar no 1º ano no Ensino Médio, uma realização importante e que traz muito peso à sua formação pessoal. O próprio jovem percebe o quanto isso afetou a sua desenvoltura pessoal contribuindo para que valorizasse esse progresso enquanto experiência de algo que só progride por conta de sua insistência e desenvoltura pessoal.

Refletindo sobre a situação de risco que esteve no bairro em que morou, teria percebido que agiu de maneira madura, e a procura de ajuda nos familiares e conhecidos foi um importante passo para compreender que a mudança de cenário é uma transição importante, apesar de difícil, para continuar buscando aquilo que deseja.

A mobilização da família foi muito importante nesse trajeto e o jovem reconhece e a considera como um pilar significativo no seu desenvolvimento, pois apesar “das coisas” e das escolhas “erradas” que já havia feito continuaram acreditando no seu melhor e o apoiando em seus projetos.

Circular por espaços em que não estava acostumado e poder se descobrir dentro deles enquanto alguém que tem real chance de conseguir mudar, é um feito importante para o jovem e apreciado pela equipe. Segundo ela, Pedro Daniel tentava sempre tirar o máximo de aproveitamento possível dedicando-se para não apenas ser visto como alguém que está tentando o seu melhor, mas para o reconhecimento da família e daqueles que estão presentes em sua vida.

A partir das descrições destes quatro percursos no POD sugiro observar como a construção da identidade individual de cada jovem no âmbito dos registros produzidos ao longo de suas passagens pelo programa produz-se a partir e nos diferentes territórios em que circularam e circulam e que permanecem significativos em seus planejamentos de futuro. A leitura dos documentos proporciona a percepção de vidas em trânsito cujas ações e movimentos adequam-se aos espaços e oportunidades que estão sendo colocados.

Dos percursos apresentados acima cabe ressaltar a recorrência e a importância que a “força de vontade” e a “resiliência” ganham nas narrativas, à medida que cada um dos jovens, aparentemente, consegue superar suas “dificuldades” a partir de uma força interna e uma

percepção pessoal das necessidades que precisam ser contornadas; de uma percepção de mundo construída para que pensem para frente e os faça acreditar na capacidade de perseverar, aqui inserida numa lógica de um sujeito autossuficiente.

As redes externas ao POD, familiares e afetivas, se mostram também importantes nessa valorização da “força de vontade”. O programa tenta fazer uma aproximação entre essas redes para ajudá-lo a construir algum propósito ou conseguir algo que seja do seu interesse. A presença e contato com o filho em algumas narrativas, serve para pensar em como isso é construído no sentido de que a criança pode contribuir para a “organização” do jovem. Isto contrasta com a interpretação possível de que seu nascimento fosse mais uma evidência da irresponsabilidade do jovem.

A oferta de oportunidades e a inserção em outras instituições permitem observar que em alguns casos parece haver uma dependência dessa vinculação para que os jovens consigam elaborar e colocar em prática seus projetos. Claro que não deixam de ser essenciais e significativas para sua formação, mas não são eles os únicos espaços onde cada um deles constrói suas percepções e práticas.

Dessa maneira, no capítulo seguinte, iremos explorar melhor esses aspectos dentro de cada uma das redes constituídas: institucional, participação familiar, inserção no mercado de trabalho e mantida pelo jovem, explanando o percurso dos demais jovens que tem aproximação com os aspectos explorados acima, e que nos farão observar melhor quais categorias são produzidas, como se articulam, e que tipo de visão e sentido podem determinar.

Capítulo 4 – REDES DE PERMANÊNCIA: TRAJETÓRIAS, ACORDOS E INTERDEPENDÊNCIAS

No capítulo anterior descrevemos separadamente as trajetórias de Ana Luiza, João Miguel, Matheus Henrique e Pedro Daniel. Nesse capítulo optamos por outras trajetórias serão entrecruzadas a partir do foco nas noções de configuração social e interdependência. Faz sentido deixar o texto correr e entrelaçar uma trajetória à outra como maneira de visualizar os percursos realizados pelos jovens, as conexões estabelecidas, na tentativa de observar o papel que o programa pode ter tido nessas ligações. A partir daqui é importante ler esses percursos utilizando o Apêndice C. Os números entre parêntese depois dos nomes remetem à sistematização do percurso no apêndice.

4.1 VISUALIZANDO A(S) REDES(S)

As quatro trajetórias do capítulo anterior têm em comum a importância dada pela equipe à construção de um projeto de vida que possibilite uma mudança significativa na vida dos jovens e que oportunize uma reinserção social com autonomia frente suas escolhas. Entretanto o sentido que cada jovem atribui para a construção do seu projeto de vida varia de acordo com as redes que considera mais importante, as relações e situações que se mostram relevantes no decorrer de suas vidas. Cada jovem parece procurar o programa com demandas variadas.

Na trajetória de Ana Luiza (10) vimos que ela tinha escolhas acertadas e utilizava o programa para conseguir organizar melhor suas rotinas pessoais. João Miguel (12) pode ser descrito como um jovem que tem muitos sonhos e está procurando no programa uma possibilidade de crescimento pessoal e profissional. Matheus Henrique (33) manifesta a preocupação e a vontade de ‘ser alguém na vida’ ao conseguir se sustentar e ser referência para sua família. Pedro Daniel (23) expressa uma preocupação em torno da família e a ansiedade em se tornar alguém responsável e autônomo.

Cada um desses elementos está pulverizado nas trajetórias abaixo que se dividem em quatro subtítulos: a busca pela autonomia, possibilidades de crescimento pessoal e profissional, formação de família e organização da rotina e demandas pessoais. Esses elementos nos dão

condições de verificar melhor como se apresentam e configuram para os demais jovens que também permaneceram no programa.

4.1.1 A busca pela autonomia

Começamos por Paulo Eduardo (2). Ele é um jovem de 20 anos em MSE de extinção que chega ao programa com um histórico de institucionalização que, segundo relatórios, demandou da equipe um importante trabalho de fortalecimento da autonomia do jovem já que ele tinha receio de tomar decisões em sua vida necessitando de um acompanhamento mais pontual.

O histórico de institucionalização começou quando Paulo Eduardo tinha 11 anos em um episódio no qual a mãe em uso de substâncias psicoativas (SPAs) teria causado um incêndio na casa onde a família vivia. O jovem então foi acolhido em um abrigo institucional e desde a sua saída permanecia de forma ociosa na casa de primos, tios e avós já que os pais são moradores de ruas. Na medida do possível tenta manter contato com eles comentando que a mãe fornecia uma pequena quantidade de dinheiro a ele proveniente do Programa Bolsa-Família.

Um dos medos trazidos pelo jovem durante seus atendimentos é relacionado à “nova” família que estava tentando manter. O jovem havia adotado em cartório a filha de 3 meses da companheira Daniela e tinha receio de não conseguir sustentar a família além do sentimento de abandono somado ao fato que se sentia muito sozinho, pois não teria referências familiares próximas e significativas em sua vida além dessa.

A equipe compreendeu que o jovem precisava realizar atendimentos que o auxiliassem a refletir sobre a própria história de vida além de ajudá-lo a pensar em investimentos que produzissem uma segurança e maior estabilidade emocional.

Logo no início de seu acolhimento o jovem estava respondendo criminalmente por um arrastão ocorrido em um transporte público fato esse que não se mostrava verídico já que estava em atendimento no programa na data em questão. A equipe técnica trabalhou com o jovem fazendo acompanhamento aos órgãos públicos competentes e ajudando-o a produzir os documentos de comprovação necessários.

Esse tipo de acompanhamento, bem como o trabalho de sensibilização realizado pela equipe para que o jovem voltasse a fazer os exames e consultas necessários para tratar o vírus

HIV, contribuíram para que, segundo os relatórios, o jovem construísse um projeto de vida mais sólido:

Desta forma, ao pensar o acompanhamento de Paulo Eduardo, a equipe técnica entende a necessidade da continuidade, para dar sentido aos investimentos feitos nos aspectos educativo e profissional, dando seguimento aos atendimentos para a construção de um projeto de vida com autonomia e responsabilização.

A continuidade diz respeito à solicitação de prorrogação do acompanhamento por mais 6 meses sem auxílio financeiro, já que o jovem, aparentemente, estava conseguindo administrar bem a sua vida. A partir dos auxílios financeiros do POD ele mudou-se para uma casa própria junto com sua companheira e filha. Além disso conseguiu um emprego na função de Auxiliar de Serviços Gerais e “faz bicos” guardando carros sempre que possível entre outras atividades.

André Luis (3) tem 18 anos e também chegou ao programa em MSE de extinção com histórico de institucionalização e demandas parecidas com a de Paulo Eduardo. Aos 15 anos foi acolhido institucionalmente, porque seus pais não conseguiam prover o que era necessário para seu cuidado. Durante o período de residência em abrigos passou por períodos de internação em clínica psiquiátrica decorrente do uso de SPAs.

Após internação na FASE, já com 17 anos, ele solicitou voltar para o acolhimento institucional, pois tinha dificuldades de se relacionar com os pais. Entretanto em uma das audiências foi informado que teria que voltar a morar com eles o que gerou muita insatisfação no jovem. Durante todo o período de acolhimento foram feitas tentativas de reaproximação dos pais com o jovem manifestando dificuldades na relação familiar. Observava-se, muitas cobranças por parte dos pais em relação as atitudes anteriores de André Luís e suas escolhas futuras, enquanto ele jovem discordava de tudo apresentando dificuldade de escuta.

O jovem passou por alguns períodos de afastamento do programa e esteve envolvido em atividades ilícitas. Nesse período acabou conhecendo sua atual companheira Amanda e essa relação fez com que ele quisesse reconstruir seus projetos de vida aproximando-o novamente do programa, onde segundo a equipe vinha “*demonstrando autonomia e organização pessoal*”.

Nesse período de afastamento quando retorna informando estar em um relacionamento sério com Amanda decide sair da casa dos pais e ir morar com a companheira, na casa de uma

amiga. André Luís fala que conheceu Amanda quando trabalhava em um restaurante e que a relação deles fez com que tivesse forças para se afastar das atividades ilícitas.

A equipe considerou essa relação importante para que o jovem se mantivesse firme em seus compromissos. No relatório lê-se:

percebemos que o jovem se beneficia dos atendimentos individuais, espaço onde consegue promover alguma crítica sobre sua situação atual e as consequências de escolhas feitas no passado: “Me envolvi e hoje não tenho nada”. (sic) Nestes espaços, buscamos salientar as potencialidades de André Luís para que ele consiga perceber-se de forma a dar conta de sua vida, sem necessitar retornar ao universo delitivo.

A respeito desse trecho e suas potencialidades, cabe destacar que segundo o relato dos educadores do local onde o jovem frequentou as oficinas do programa, ele sempre se mostrava engajado e crítico diante de seus aprendizados.

Mas o destaque fica na sua relação com a companheira que o ajudou a manter no programa além de fazer com que pensasse em outras possibilidades de futuro vistas como positivas pelos técnicos, já que o jovem mencionava que a companheira o ajudava a pensar de forma mais crítica sobre suas escolhas e exigia dele uma postura mais séria em relação ao seu futuro.

O jovem André Otávio (22) que ingressou no programa com 18 anos em MSE de extinção tinha uma difícil relação com seus familiares. O jovem morava com a mãe, avó e dois primos. Segundo relato era bastante dependente emocionalmente e financeiramente da família que assumiu uma postura mais rígida após o ato infracional e o processo de institucionalização limitando, assim, as decisões do jovem:

Nesse contexto, ao longo do acompanhamento do jovem foi investido no diálogo com a família, especialmente seus pais, sobre a necessidade de construírem relações que permitissem ao jovem maior responsabilidade, bem como construção de planos futuros. Entretanto, a família não tem conseguido sustentar mudanças no modo como tratam André Otávio, mantendo relações de dependência e pouco amadurecimento.

Em seus atendimentos estão presentes a mãe e avó materna que se mostram apreensivas e preocupadas com o futuro do jovem tendo dificuldades de aceitar o ato infracional cometido. A equipe tenta utilizar os atendimentos para trabalhar a possibilidade de um maior espaço de

ação para o jovem salientando, junto a família, a importância do desenvolvimento de independência e responsabilidade, por parte do jovem, necessários para mudanças significativas.

O espaço de atendimento fornecido pelo programa também parece funcionar enquanto um mediador de relações, onde o jovem é apoiado a “puxar os fios” daqueles que quer manter próximos ou afastados em sua rede de relações.

Podemos trazer com isso o jovem Augusto Thomas (8). Ele tem 17 anos e em seus atendimentos teve a presença constante da mãe e do pai, ambos preocupados com o desenvolvimento pessoal do filho e utilizando o espaço do atendimento para dialogar com o jovem. Os pais são separados, e tentam através dos atendimentos resolver suas demandas com o filho.

Como a casa em que a mãe mora é pequena e não há possibilidade do jovem ficar com o pai foi acordado que ele ficaria com a tia materna até que a mãe providenciasse um espaço. Assim, o apoio da família ou das relações que estão próximas ao jovem é visto pela equipe como algo positivo para que ele consiga se organizar e realizar seus planos.

Mas essas relações não funcionam de forma unilateral na rede de apoio dos jovens, visto que há outras redes consideradas importantes para que consigam realizar seus projetos futuros (que é o esperado pelo programa). A profissionalização e busca de possibilidades no mundo do trabalho é um fio importante para gerar autonomia e responsabilização.

4.1.2 Possibilidades de crescimento pessoal e profissional

O jovem Pedro Lucas (7) foi acolhido no programa com 21 anos em MSE de extinção e manifesta motivações para mudança em seu contexto de vida. Essas motivações são reforçadas pelos relatos de sua mãe que observa que o filho tem passado longos períodos em casa mantendo-se longe das “más companhias”.

Os desejos de mudança do jovem se expressam em sua inserção em cursos rápidos ofertados pelo programa onde concluiu o curso de Auxiliar de Pizzaiolo. Também foi matriculado no curso de informática básica do programa e selecionado para um curso de aprendizagem no CEP Pão dos Pobres.

Essas inserções trazem à tona a importância dada a profissionalização enquanto um caminho que pode abrir novas possibilidades, além de auxiliar o desenvolvimento individual:

Neste sentido, avalia-se que Pedro Lucas está em pleno processo de amadurecimento, implicando-se cada vez mais em seu propósito de autonomia. Por isto, o acompanhamento do Programa poderá beneficiá-lo positivamente, pois neste momento Pedro Lucas mostra-se aberto para reescrever sua própria história de vida, desvinculado de atos infracionais e condutas de risco.

O aprendizado e conseqüente profissionalização são espaços de emancipação que auxiliam o jovem a gerenciar sua própria vida. A organização da rotina com demandas pontuais em circuitos de formação mostrou-se relevante para abrir possibilidades de mudança.

Na trajetória de Pedro Afonso (9) acolhido com 17 anos em MSE de extinção vemos que o programa é utilizado enquanto o único espaço de escuta e acolhimento possível. Nessa trajetória, a família e as relações próximas da mãe e do pai são marcadas por situações e experiências muito difíceis.

O tio do jovem foi confundido com o seu irmão, que está preso, e foi assassinado. Em função disso Pedro Afonso teve que se manter afastado dos pais e da região em que circulava indo morar com os avós maternos (os pais têm mais oito filhos de idades variadas entre 4 e 25 anos de idade). Diante dessa situação a equipe relata:

Percebemos o quanto o fato de residir afastado dos seus pais acaba por colocar o jovem como protagonista de sua vida, mesmo que as vezes ainda fosse necessário um acompanhamento familiar mais efetivo para lhe garantir dar conta de todas as suas demandas

Esse protagonismo teria amadurecido o jovem e feito com que tivesse mais clareza em relação ao seu futuro vendo na profissionalização um caminho importante para alcançar novos horizontes. A equipe conseguiu inseri-lo em cursos de qualificação profissional em consonância com o desejo do jovem em fazer cursos relacionados à área de informática oferecidos pelo programa e pelo CEP Pão dos Pobres.

Apesar das ofertas de cursos serem limitadas vemos que alguns jovens se inserem em espaços profissionais que vão além do que é ofertado pelo programa. Essas inserções são maleáveis e dinâmicas e podem ser alternadas ao longo de suas vidas dependendo do que cada

um achar melhor para si. Ou seja, há espaço para mudança e dúvida. E há espaço para mais de uma inserção ou formação em áreas diferentes.

Arthur Henrique (14) é um jovem de 19 anos que já possuía experiências profissionais anteriores (construção civil, confeitaria, restaurantes entre outras) e desejava se inserir em algo que possibilitasse trabalhar com o público. Também manifestava querer trabalhar em restaurante devido suas experiências prévias. Como não havia conseguido vaga na área trabalhou informalmente com o padrasto em construção civil. Diante dessa escolha a equipe mostra sua capacidade de adequação,

Dessa forma, devido a situação de trabalho combinou-se com Arthur Henrique a sua participação nos atendimentos individuais. Quando tivesse liberação do trabalho, frequentaria as oficinas socioeducativas.

Meses depois, o jovem havia conseguido um trabalho formal como leiturista no Departamento Municipal de Água e Esgoto de Porto Alegre (DMAE). Nesse interim estava auxiliando financeiramente sempre que possível o filho de nove meses que teve com sua ex companheira e expressava a vontade de ter a guarda compartilhada. Tem desejo de ter casa própria junto a namorada atual.

Desejos e sonhos fazem parte dos projetos de vida dos jovens e a inserção profissional é uma das possibilidades colocadas pela equipe para que consigam construir maiores oportunidades de inserção e colocar em prática seus planos futuros.

O jovem Paulo Daniel (4) de 16 anos em MSE de LA tem na presença da mãe um vínculo forte que serviu como estímulo para o jovem durante seus atendimentos e nos planejamentos futuros que incluem a aproximação da filha de uma ex companheira (não fica claro a idade da filha):

A presença da mãe vem dando conforto para que o adolescente sinta-se protegido e estimulado a construir um projeto de vida desvinculado de atos ilícitos.

Há uma percepção de que o jovem necessita de atendimentos pontuais para dialogar a respeito do papel que teria na vida da filha. Nisso reside sua preocupação e empenho em ter uma qualificação profissional que possibilite dar uma qualidade de vida melhor para ela. Por

conta disso Paulo Daniel apresenta um bom desempenho nas oficinas mostrando à equipe senso de responsabilidade e preocupação com seu futuro.

Para explorar melhor esse uso do programa temos Gustavo Emanuel (27) de 17 anos que traz como referência a avó com quem reside e com que tem uma relação de afetividade. Informa durante seus atendimentos individuais, a vontade de estudar e futuramente trabalhar como policial, De acordo com a síntese “*gosta de aventuras e espelha-se em familiares*”, porém em um dos atendimentos o jovem surge com uma nova vontade e,

disse gostar de culinária, pois havia aprendido a cozinhar alguns pratos com sua avó. Solicitou inserção em curso de gastronomia.

A vontade inicial de ser policial não foi deixada de lado pelo jovem, que durante os outros atendimentos continua a ressaltar o desejo de continuar nessa profissão, porém isso não o impediu de querer experimentar um novo curso que é fruto de uma experiência positiva construída com a avó.

Lorenzo Felipe (30) é um jovem de 18 anos que ao ingressar no programa informou que faz curso de Produção de Áudio Visual e que um dos seus sonhos é ter carteira de motorista. Ao ser acolhido pelo programa informa que tem interesse em realizar o curso de mecânica. Ao final das considerações em sua síntese de acolhimento é descrito que

Lorenzo Felipe durante seu acolhimento relatou o sonho de ter a própria casa, as próprias coisas e de trabalhar para isso. Relata, porém, que vem procurando emprego e entregando currículos sem sucesso, o que às vezes o deixa bastante frustrado. Acredita que participar do Programa seria uma boa oportunidade para alcançar seus objetivos e coloca-se interessado em fazer parte dos cursos oferecidos, assim como avançar em sua escolaridade.

Neste relato temos a ideia de que Lorenzo Felipe tem vários sonhos e não se limita a querer escolher e realizar apenas um deles, como por exemplo o curso de mecânica, dito como uma aspiração pessoal momentânea. O interessante é a parte do “*acredita que participar do Programa seria uma oportunidade para alcançar seus objetivos e coloca-se interessado em fazer parte dos cursos oferecidos*”. Fica claro que o jovem considera o programa como um lugar onde pode colocar em prática aquilo que deseja, e que tem interesse ver o que ele oferece,

4.1.3 Formação de família

Douglas Fernandoo (31) de 18 anos chega ao programa com a necessidade de ser incluído no mercado de trabalho, pois havia planejado ter um filho com sua companheira e no momento do seu ingresso ela já estava grávida. O jovem queria morar com ela e ter seu próprio espaço:

Ainda nos atendimentos psicossociais, Douglas Fernando trouxe a necessidade de ser inserido em um espaço de trabalho, uma vez que sua companheira estava grávida e tinham planos de morar juntos. O processo de tornar-se pai também foi acompanhado pela equipe, que percebeu no jovem o desejo em viver a paternidade, inclusive dizendo que a gravidez da companheira havia sido planejada.

Durante sua trajetória no programa ele finalizou o curso de gastronomia e conseguiu vaga como jovem aprendiz no Projeto Pescar. Nas considerações finais que constam em sua síntese informativa lê-se:

Tendo em vista que os objetivos no acompanhamento pelo Programa de Oportunidades e Direitos foram alcançados durante a trajetória do jovem, solicitamos o desligamento do adolescente Douglas Fernando.

Podemos considerar então que os objetivos do programa foram cumpridos não apenas porque o jovem conseguiu uma inserção no mercado de trabalho e engajou-se num projeto de vida “positivo”. Para além da participação no programa isso relaciona-se também com suas escolhas pessoais e a experiência da paternidade por ele desejada.

O Programa ganha visibilidade aqui enquanto mais um espaço de trânsito desses jovens que o utilizam como maneira de organizar melhor suas possibilidades de futuro e definir ou questionar as direções colocadas na sua frente.

Alan Diego (20) é outro exemplo desse argumento. Ele permaneceu no programa por 12 meses (os técnicos ainda pediram prorrogação por mais 6 meses) sem receber bolsa-auxílio (devido alguma dificuldade interna) utilizando os atendimentos para conseguir definir melhor seus objetivos. Tinha o sonho de se tornar mecânico, a partir de experiência previa com o padrasto e queria conseguir algum tipo de inserção profissional, no ramo ou não, que ajudasse

a dar conta de suas demandas pessoais, como por exemplo conseguir estruturar melhor a família que estava construindo com a companheira grávida.

Na trajetória de Douglas Fernando (31) de 18 anos isso fica bem em evidencia. Ele chega ao programa com a necessidade de ser incluído no mercado de trabalho, pois havia planejado ter um filho junto com sua companheira fruto do seu desejo pessoal de viver a paternidade (a companheira no momento do ingresso já estava grávida) e queria morar junto com ela e ter seu próprio espaço,

Ainda nos atendimentos psicossociais, Douglas Fernando trouxe a necessidade de ser inserido em um espaço de trabalho, uma vez que sua companheira estava grávida e tinham planos de morar juntos. O processo de tornar-se pai também foi acompanhado pela equipe, que percebeu no jovem o desejo em viver a paternidade, inclusive dizendo que a gravidez da companheira havia sido planejada.

Durante a sua trajetória no programa finalizou o curso de gastronomia e conseguiu vaga como jovem aprendiz no Projeto Pescar.

O objetivo dos jovens parece o de conseguir sim uma inserção profissional, mas não possuem uma área tão definida. Quando isso está mais definido, parece não haver problema em circular por outros meios para descobrir o que eles têm a ofertar ou para adquirir mais conhecimento.

A respeito desse objetivo Ana Paula (18) de 18 anos em MSE de extinção que chega ao programa cursando Mecânica de Box Rápido na escola de educação profissional SENAI Automotivo e estava aguardando ser chamada para um estágio no TRF e o início de um curso de cabeleireiro do SENAC. Além disso recentemente fez a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e ao ingressar no programa se inscreveu no curso de informática.

Poucos meses depois, a jovem descobriu que estava grávida e se encontrava em dificuldade financeira, já que a mãe não possuía renda e o pai havia perdido o emprego recentemente. Como alternativa ela começou a vender pastel e pizza junto com seu companheiro (que esteve presente durante todo o seu acompanhamento junto com a mãe da jovem) a partir de um conhecimento sobre preparação de lanches aprendido na FASE.

No pedido de prorrogação do acompanhamento da jovem a equipe solicita a continuidade para dar maior suporte às novas demandas da família e por um desejo verbalizado da jovem em continuar recebendo acompanhamento ao perceber a importância do espaço do programa para sua organização pessoal.

Um mês depois, a jovem informou seu desligamento do programa, pois teria começado a trabalhar como motorista particular e tinha mais tempo para estar presente nos atendimentos. A equipe descreve que os objetivos de seu acompanhamento foram alcançados ao proporcionar, de forma plena à jovem e sua família, o espaço do atendimento para administração de demandas e rotinas.

Vemos mais uma vez que os atendimentos ganham perfil de um espaço que auxilia na organização de pensamentos e escolhas à medida que tenta escutar e dialogar com as diferentes relações e aspectos do contexto de cada jovem.

4.1.4 Organização da rotina e demandas pessoais

Assim como Paulo Daniel a jovem Maria Isabel (5) de 19 anos tem uma filha de três meses de um ex companheiro e tenta, através dos atendimentos do programa, maneiras de organizar sua vida pessoal e profissional sem deixar de lado os cuidados com a filha. Como na época do ingresso no POD a jovem fazia estágio no Tribunal Regional Federal (TRF) de Porto Alegre, sua participação no programa foi acertada de forma que pudesse participar dos atendimentos psicossociais, fazer o estágio e cuidar da filha. Os atendimentos giraram em torno da relação da jovem com a filha e visaram proporcionar um esse espaço para seus planejamentos a fim de que consiga assumir suas responsabilidades.

Maria Isabel tentou morar com a mãe, parente mais próxima e que compareceu algumas vezes nos atendimentos, mas as tentativas de aproximação não foram bem-sucedidas. Elas se desentendiam muito, ainda que segundo relatórios, parte desses desentendimentos seriam por uma reivindicação de maior afeto e preocupação da mãe que pressiona para que a filha faça escolhas melhores de futuro. A equipe percebe que isso servia para jovem como uma espécie de incentivo, já que durante sua estadia no programa Maria Isabel sempre tentou se inscrever e participar de cursos variados.

Alguns meses após seu ingresso no programa ela informou que estava grávida novamente e nos meses que se seguiram a equipe fez acompanhamento ao hospital em exames e consultas, além de intensificar atendimentos psicossociais já que a jovem saiu da casa da mãe e tentou voltar com ex companheiro. Essa tentativa não deu certo e novamente ela teve que retornar à casa da mãe onde já havia muitos problemas.

Frente às demandas com as duas filhas a equipe solicitou prorrogação do vínculo com o programa por mais 6 meses sem apoio financeiro visto que a jovem ainda precisava dar continuidade ao acompanhamento psicossocial, da necessidade de inserção profissional e auxílio para acessar o judiciário a fim de solicitar pensão alimentícia para a filha mais velha, demanda essencial para sua reinserção social.

Podemos perceber nessas trajetórias que os atendimentos servem como um espaço de acolhida e diálogo sobre as diferentes relações das quais cada jovem participa. É exigida uma postura de cada um em relação ao vínculo e uma tentativa de fazer com que essa rede de apoio ganhe ou deixe de fazer sentido ou ainda funcione como um “trampolim motivacional”.

Na solicitação para prorrogação do acompanhando e apoio financeiro de Pedro Afonso (9), por exemplo, consta um relato final da equipe:

Neste cenário, o próprio jovem expressou seu desejo de continuar sendo acompanhado pela equipe, para poder frequentar os atendimentos individuais e assim ter uma possibilidade de escuta que não vem encontrando em outros espaços.

Esse cenário onde o programa é visto enquanto lugar de escuta, ajuda a promover diálogos necessários para aproximações familiares ou afetivas, encaminhamentos para atendimentos em outras áreas, resoluções de problemáticas e outros conflitos que estejam de alguma maneira impedindo o jovem de construir um novo projeto de vida.

Essa concepção do programa enquanto um espaço que auxilia a organização pessoal de cada jovem em suas escolhas está presente nas descrições feitas até aqui e pode ser observada através da descrição feita pelos técnicos de Pedro Vinicius de 17 anos em MSE de LA,

Considera-se que Pedro Vinicius apresenta desejo em reorganizar-se, como também acredita em seu potencial. Demonstra que o passado deverá ficar em segundo plano, e que agora irá retornar aos estudos criando assim, uma nova

rotina pessoal. Neste sentido, avalia-se que o Programa de Oportunidades e Direitos, contribuirá para que este adolescente possa reorganizar-se, bem como contribuirá para que este obtenha novos aprendizados.

A organização em torno dos estudos e novos aprendizados corresponde ao desejo manifesto pelo jovem de se profissionalizar e ser inserido em oficinas culturais. Além disso ele necessitava de apoio para encaminhamentos em saúde mental, pois estava fazendo uso de psicofármacos para ansiedade sem devido acompanhamento. A equipe, junto com o jovem, e a mãe que se mostrava presente, procura atendimentos na rede pública ou particular para retomar seu tratamento para ansiedade.

Esses encaminhamentos e acompanhamentos de acessos a saúde e a justiça são comuns nos relatórios e fazem parte do apoio ao jovem sendo o programa o ponto em comum entre diferentes ações que visam a resolução de problemáticas e de demandas pontuais. A busca por esses pontos de apoio vai constituindo os fios que sustentam o jovem dentro do programa.

Em quase todas as sínteses temos menção de acompanhamentos feitos a pelo menos um desses espaços mencionados. Como exemplo no trecho abaixo retirado da síntese informativa de 1 ano de Carlos Eduardo (1) de 17 anos,

Em janeiro de 2017, Carlos Eduardo ingressou no curso rápido de Gastronomia, oferecido aos adolescentes do programa. Entretanto, após uma viagem à casa de parentes no interior do estado, começou a apresentar sintomas graves de sofrimento psíquico. A equipe trabalhou na perspectiva de encaminhamento à rede de saúde mental do município (CAPS AD Cristal), realizando discussões de caso, atendimentos compartilhados, com objetivo de facilitar a vinculação do jovem àquele espaço. O jovem apresentava grande resistência ao uso de medicação, demandando das equipes de ambos os serviços a possibilidade de trabalhar com outras perspectivas de atendimento, como o acompanhamento terapêutico.

Esse acompanhamento realizado junto com ao jovem para verificar sua inclusão e discutir suas demandas além de posterior averiguação de desenvolvimento tecem aqui um fio importante. Ele teve dificuldades de permanecer no programa devido seu quadro de saúde mental, entretanto o acompanhamento realizado pela equipe foi significativo para que junto a sua família conseguisse um espaço de cuidado.

Luís Otávio (17) de 14 anos em MSE de extinção precisou da equipe para acionar diferentes redes de apoio. O jovem tem uma história de rompimentos familiares que foi uma constante em sua vida e nos atendimentos. Luís Otávio morou até os cinco anos de idade com a mãe e depois com a avó no Maranhão. A mãe não tinha condições de cuidar do filho e o ex companheiro era distante não fornecendo suporte. Aos treze anos ele voltou para Porto Alegre e cinco meses depois foi internado na Fase. Posteriormente a equipe da Fase relatou que o jovem havia sofrido diversos abusos no Maranhão.

Na sua saída da Fase e inserção no POD a equipe cultivou a possibilidade de uma maior aproximação com a mãe para tentar entender que tipo de relação poderiam ter, pois entendiam que a proximidade com a mãe o ajudaria a se organizar.

A equipe acompanhou de perto essa dinâmica, pois o Conselho Tutelar tinha sido acionado na época de seu retorno a Porto Alegre já que nenhum familiar queria responsabilizar-se pelo jovem. Logo sua mãe entrou com pedido de encerramento responsabilizando-se pelos cuidados com o filho, entretanto ainda estava aguardando audiência e necessitava de acompanhamento. Além disso houve encaminhamento para unidade de saúde, pois o jovem fazia uso de SPAs e manifestava sofrimento psíquico necessitando com urgência de atendimento. A respeito dos demais encaminhamentos houve a ajuda prestada à mãe para instaurar um processo de pedido de pensão alimentícia ao ex companheiro.

Em relação a trajetória de Luís Otávio todas as redes possíveis tiveram que ser acionadas e a equipe buscou movimentos que pudessem garantir condições mínimas para o jovem estruturar sua vida e ter condições de fazer escolhas futuras. A garantia de condições mínimas está descrita em seu pedido de prorrogação de acompanhamento como condição essencial para melhoria da qualidade de vida do jovem e sua família, para garantia de direitos básicos e melhoria as condições socioeconômicas do seu contexto.

Para finalizar, podemos ver que a partir do programa são vários os espaços de trânsito observados em quase todos as sínteses apresentadas. Além disso percebemos que os jovens veem o programa como um ponto de apoio importante para pensarem sobre suas escolhas. Esse aspecto pode ter contribuído de forma significativa para a permanência desses 33 jovens no programa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dessa pesquisa procurei trazer alguns elementos para análise que auxiliariam a reflexão e crítica sobre os diferentes sentidos produzidos em torno da socioeducação e como isso está relacionado com a maneira como as políticas públicas para juventude se comportaram, em especial essa a qual é um dos aportes dessa pesquisa o Pod Socioeducativo. O foco centralizou-se na análise da permanência dos jovens em uma tentativa de verificar quais elementos foram construídos e como se configuravam na passagem pelo programa.

Em relação ao referencial teórico para essa dissertação foi importante trazer os estudos em torno do conceito de juventude e identidade de Pappámikail (2010) e Weisheimer (2009). Essas abordagens foram importantes na medida em que as construções sociais produzidas pela modernidade colocavam a juventude enquanto uma categoria representada pela instabilidade identitária e os adolescentes como sujeitos que teriam dificuldade em definir quem são. Ferreira (2010) e Maia (2010) tensionam essa perspectiva ao argumentarem que a juventude não é um conceito dado e sim um constructo social criado e recriado constantemente.

Ao trabalhar com trajetórias foi indispensável rever o conceito de “projetos de vidas” que segundo Gilberto Velho (1981) são interiorizados pelos sujeitos a partir de suas memórias de vida a partir daqueles acontecimentos que fazem mais sentido em suas experiências. Para autores como Koury (2015) e Villas e Notato (2014) aquilo que faz mais sentido para cada sujeito está presente nesse transito social estabelecido por ele nos diversos espaços em que circula e nas conexões sociais, culturais, institucionais entre outras.

Diante disso foi possível analisar a partir trajetórias que o programa funciona como um articulador de redes viabilizando que o jovem consiga ter acesso a diversos serviços e atendimentos em um único lugar. É nesse espaço que ele encontra possibilidades de pensar e construir ações voltadas para o seu desenvolvimento pessoal naquilo que considera fazer mais sentido para sua vida.

Enfatizo ainda o quão necessário é dar uma importância equivalente, se não maior, às redes que são construídas nos espaços escolhidos e vivenciados pelos jovens durante sua passagem no programa e na construção de seus projetos de vidas. Como vimos eles trazem uma

série de potencialidades que faz diferença em suas vidas e para os objetivos que o programa busca cumprir e para além dele.

Por conta disso a base para pesquisa foi o referencial teórico de Norbert Elias trabalhando em torno dos conceitos de configurações sociais e interdependência visto que os jovens foram vistos enquanto sujeitos que não apenas estão sofrendo influência dos padrões e concepções presentes pelo programa e das expectativas reproduzidas pela equipe, como também esses jovens modificam os espaços que são colocados a eles trazendo suas próprias observações e ideias.

Talvez o programa possa ser pensado como uma fronteira aberta onde há um fluxo intenso de intenções e aspectos sendo construídos e reconstruídos o tempo todo quando uma parte entra no território da outra.

Dando continuidade essa pesquisa teve como objetivo geral analisar as trajetórias juvenis de jovens egressos do sistema socioeducativo que tiveram permanência de um ano a um ano e 6 meses no Pod Socioeducativo. Nossa hipótese propôs que a permanência no programa durante todo o período estipulado é potencializada pela inserção do jovem em redes de apoio construídas e/ou fortalecidas pelo programa.

Os objetivos específicos da dissertação foram: i) identificar os diferentes espaços de trânsito dos jovens e as relações construídas a partir desses deslocamentos. Os espaços de trânsito são diversos e combinam diferentes redes de relações. Há jovens que buscam ter uma família própria e utilizam o programa e seus benefícios para realizar esse sonho. Há jovens que visam organizar sua vida pessoal para viabilizar planos futuros e usam as oficinas e os atendimentos nesse sentido.

A partir da análise dos percursos de passagem pelo POD consegui identificar a rede familiar, institucional e profissionalizante enquanto espaços que fornecem referências importantes para que cada jovem consiga definir o que considera mais importante para si. O programa é um ponto de encontro em comum entre diferentes contextos de vida e fornece pontes de acesso a eles.

O segundo objetivo foi o de ii) perceber em que medida os objetivos do Pod foram incorporados pelos jovens em suas práticas e escolhas durante sua passagem no programa e se há contradições.

Pode-se verificar que os objetivos do Pod são cumpridos quando os jovens conseguem ter autonomia de escolha e responsabilidade de ação. É necessário que saibam que suas escolhas, passadas e presentes, produzem consequências e que só a partir de uma reflexão crítica há possibilidade de mudança. No entanto, percebe-se que os jovens não são passivos diante desse objetivo, pois tentam dialogar e negociar expondo suas vontades na construção de seus projetos de vida.

A respeito dos elementos apresentados capítulo 3 que foram divididos e trabalhados como categorias no capítulo 4 cabe relacioná-las com análise realizada sobre os aspectos do programa apresentados no subcapítulo 1.3. A primeira categoria “busca por autonomia” parece ser um aspecto importante e primordial para que as outras categorias sejam colocadas em prática a medida que funciona a partir da valorização da maneira como cada jovem realizou uma crítica sob os aspectos de sua trajetória de vida aliado a escolhas responsáveis. Com isso a categoria “formação de família” é possível de acontecer a medida que os jovens parecem estar se tornando protagonistas de suas vidas dispostos a construir novos projetos de vida.

A segunda categoria “possibilidade de crescimento pessoal e profissional” mostrou que o incentivo a profissionalizante por parte dos técnicos ou a forma como os jovens se impõem diante das opções disponíveis a sua frente funciona sim como um aporte importante para sua ressocialização e integração social além de auxiliá-los na quarta categoria no que diz respeito a organização da rotina e demandas pessoais.

O que é constante e permanente dentro de cada uma dessas categorias é a maneira como os técnicos utilizam dos espaços dos atendimentos para negociar a forma como cada uma dessas categorias poderia ser colocada em prática na vida dos jovens através de vários diálogos com a presença de diferentes redes.

Assim programa é considerado pelos jovens como um espaço importante de desenvolvimento pessoal quando o situam como um território de acolhimento e/ou oferta de oportunidades. A permanência aconteceu porque o jovem dentro de cada uma dessas categorias:

a busca pela autonomia, possibilidades de crescimento pessoal e profissional, formação de família e organização da rotina e demandas pessoais, procurou estabelecer conexões na quais foi possível conseguir viver da forma que lhes parecia melhor e possível.

Por fim, para fechar essas ponderações trazidas considero que não podemos pensar em produzir práticas socioeducativas junto a esses jovens sem considerar o sentido que é atribuído em cada conexão estabelecida por eles além de dar visibilidades aos seus próprios ideários e percepções construídos no trânsito de relações. Esse aspecto transitório traz elementos fundamentais a respeito de quem são que é fundamental para pensar em um projeto de vida que os contemple e valorize seus percursos.

A socioeducação deve assim atuar para além de suas premissas básicas de responsabilização social e garantia de educação para não reincidência, que visam um ajustamento social com práticas e ações pautadas na educação formal e acrescentar em sua base uma atuação voltada para educação social pautada na promoção de direitos e na valorização dos sujeitos a quem se destinam.

Espero que os elementos trazidos através da análise dos percursos sirvam para inquietar e deslocar perspectivas, assim como trazer novos questionamento a agentes e pesquisadores de políticas públicas para juventude, especificamente relacionados a área da socioeducação bem como aqueles vinculados ao programa aqui estudado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.

AREIAS, Helena; MARQUES, Ana Paulo. Redes e reconfiguração organizacional: o contributo de Norbert Elias. *Configurações: Revista de Sociologia*, n. 9, p. 1-19, 2012. <https://doi.org/10.4000/configuracoes.1101>.

AUGUSTO, Nuno Miguel. A juventude e a(s) política(s): desinstitucionalização e individualização. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 81, p. 155-177, 2008.

Avaliação de Impacto POD Socioeducativo. Disponível em: <<https://estado.rs.gov.br/upload/arquivos//pesquisa-pod.pdf>> Acessado em: 10 set. 2020.

BISINOTO, Cynthia; OLIVA, Olga Brigitte; ARRAES, Juliana; GALLI, Carolina Yoshii; AMORIM, Gustavo Galli de; STEMLER, Luana Alves de Souza. Socioeducação: origem, significado e implicações para o atendimento socioeducativo. *Revista Psicologia em Estudo*, v. 20, n. 4, p. 575-585, 2015. <https://doi.org/10.4000/rccs.658>.

CADERNOS DO IASP - Pensando e Praticando a Socioeducação, 2007.

CABANAS, J. M. Q. Antecedentes históricos de la educación social. In: PETRUS, A. (Org.). *Pedagogia Social*. Espanha: Ariel, 1997.

CASTRO, Mary Garcia. Políticas públicas por identidade e de ações afirmativas: acessando gênero e raça, na classe, focalizando juventudes. In: Regina Novaes e Paulo Vanucchi (orgs.). **Juventude e sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2000.

COSCONI, Vinicius. **Projetos de vida e relações interpessoais de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação**. Vitória, 2017. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo.

COSTA, A. C. G. (coord.). **Socioeducação**: estrutura e funcionamento da comunidade. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006.

COSTA, Maria Rosa da. A sociologia configuracional de Norbert Elias e os estudos sobre a infância. XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara, 2007.

CUNHA, Eliseu de Oliveira; DAZZANI, Maria Virgínia Machado Dazzani. O Que é Socioeducação? Uma Proposta de Delimitação Conceitual. *Rev. Adol. Confl*, n.17, p. 71-81, 2018. <http://dx.doi.org/10.17921/2176-5626.n17p71-81>.

DAMINELLI, Camila Serafim. História, legislação e ato infracional: privação de liberdade e medidas socioeducativas voltadas aos infantojuvenis no século XX. *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*, v. 35, n. 1, p. 31-50, 2017. <https://doi.org/10.22264/clio.issn2525-5649.2017.35.1.do.02>.

DE SOUZA, Regina Magalhães. **O discurso do protagonismo juvenil**. Tese de doutorado. São Paulo, 2006. Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

DIAS, Marcelo Couto. Repensar o lugar da família nas políticas públicas. *Revista Encontros Teológicos*, v. 31, n. 2, p. 357-368, 2016. <https://doi.org/10.46525/ret.v31i2.66>.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**: a questão cardeal da sociologia. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2004.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FERREIRA, Roberta Medeiros. **O discurso do protagonismo juvenil e as políticas públicas de juventude**: o projeto agente jovem e a formação das identidades juvenis. Recife, 2010. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco.

FREIXO, Marcelo. Imprensa reforça lógica da criminalização. [20 de fevereiro, 2006]. Entrevistador: Núcleo Piratininga de Comunicação, ed. 369 entrevista. São Paulo: Observatório da Imprensa. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/imprensa_reforca_logica_da_criminalizacao> Acessado em: 26 set. 2018.

FORTUNA, Carlos. AS CIDADES E AS IDENTIDADES: narrativas, patrimônios e memórias. Maria de Lourdes Lima dos Santos (org.). In: **Cultura e Economia**. Lisboa: ICS, 1994.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

FRANÇA, Fábio Gomes de. A gênese do indivíduo perigoso: A crítica filosófica foucaultiana às escolas clássica e positivista de criminologia. *Revista Sistema Penal & Violência*, v. 6, n. 2, p. 152-162, 2014. <https://doi.org/10.15448/2177-6784.2014.2>.

GOMES, O. G. F. Ato Infracional, Legalidade e Consenso: estudo acerca das diretrizes para a justiça juvenil. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídico-criminais) – Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal, 2009.

GRANATO, Natália Cristina. A teoria social de Norbert Elias e suas contribuições para a sociologia do poder. *Brasilíade – Revista de Filosofia*, v 1, n. 2, p. 51-62, 2019. <https://doi.org/10.35357/2596-092X.v1n2p51-62/2019>.

GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. LAURA, Lutiane de; AZAMBUJA, Marcos Adegas de; GONZALES, Zuleica Köhler. Por uma Lógica do Desassujeitamento: O Pensamento de Michel Foucault na Pesquisa em Ciências Humanas. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, n. 6, v. 2, p. 196-202, 2011.

JACQUES, Luciana Gomes de Lima; GERSHENSON, Beatriz. Por entre significados: as medidas socioeducativas através dos sujeitos que as vivenciaram. *Revista Emancipação*, v.16, n. 2, p. 273-288, 2016. <https://doi.org/10.5212/Emancipacao.v.16i2.0006>.

KOERICH, Bruna Ross. **Entre trajetórias, desejos e (im)possibilidades:** projetos de futuro em jovens da socioeducação de meio aberto. Porto Alegre, 2018. Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Gilberto Velho: um precursor da antropologia das emoções no Brasil. V Reunião Equatorial de Antropologia, XIV Reunião dos Antropólogos do Norte e Nordeste, 2015.

LEÃO, Geraldo; DAYRELL, Juarez Tarcísio; REIS, Juliana Batista Dos. Juventude, projetos de vida e ensino médio. *Revista Educação e Sociedade*, v. 32, n. 117, p. 1067-1084, 2011. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302011000400010>.

LE BRETON, D. Escarificações na adolescência: uma abordagem antropológica. *Horizontes Antropológicos*, v.16, n. 33, p. 25-40, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832010000100003>.

MAIA, Romero Galvão. Juventude como valor: referencial e método para uma definição a partir do cotidiano. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 2, n. 4, p. 46-60, 2010.

MARASCHIN, Cleci; RANIERE, Édio. Socioeducação e identidade: onde se utiliza Foucault e Varela para pensar Sinase. *Revista Katál*, v. 14, n. 1, p. 95-103, 2011. <https://doi.org/10.1590/S1414-49802011000100011>.

MANNHEIM, Karl. O problema da juventude na sociedade moderna. In: Karl Mannheim (org.). **Diagnóstico de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARAFON, Giovanna. A maquinaria judicializante e o governo de infâncias desiguais. *Psicologia em Estudo*, v. 19, n. 3, p. 515-526, 2014. <https://doi.org/10.1590/1413-73725000114>

MEYER, Dagmar Estermann; KLEIN, Carin; FERNANDES, Letícia Prezzi. Noções de família em políticas de 'inclusão social' no Brasil contemporâneo. *Revista Estudos Feministas*, v. 20, n. 2, p. 433-449, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000200005>.

RUGGIERI NETO, Mário Thiago. A juventude como dispositivo das sociedades modernas. *Aurora*, v. 8, n. 2, p. 1-25, 2015. <https://doi.org/10.36311/1982-8004.2015.v8n2.4075>.

OLIVEIRA, Antonio Carlos de. Famílias, cuidados e políticas públicas no Brasil contemporâneo. *Revista Acervo*, v. 30, n. 1, p. 195-208, 2017.

PAPPÁMILKAIL, Lia. Juventude(s), autonomia e Sociologia: questionando conceitos a partir do debate acerca das transições para a vida adulta. *Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*, v. 10, p. 395-410, 2010.

PRANIS, Kay. **Processos Circulares. Teoria e Prática. Série da reflexão a prática**. São Paulo: Palas Athenas, 2010.

Relatório Trimestral de Atividades, Entidade executora: Pão dos Pobres Santo Antônio, Período: 21 de Junho a 30 de Setembro de 2016.

RIZZINI, Irene. Reflexões sobre pesquisa histórica com base em ideias e práticas sobre a assistência à infância no Brasil na passagem do século XIX para o XX. In: **Anais do I Congresso Internacional de Pedagogia Social**, 2006.

ROLIM, Marcos; BRAGA, Cristiane; WINKELMANN, Fernanda. POD RS Socioeducativo e a potência da prevenção terciária. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 11, n. 1, p. 148-162, 2017.

RUIZ, Castor. O (ab)uso da tolerância na produção de subjetividades flexíveis. In: Antônio Sidekum (org.). **Alteridade e multiculturalismo**. Ijuí: Editora UNIJUI, 2003.

SCHUCH, Patrice. Como a família funciona em políticas de intervenção social? *Civitas*, v. 13, n. 2, p. 309-325, 2013. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2013.2.15483>.

SCHUCH, Patrice. **Práticas de justiça**: antropologia dos modos de governo da infância e juventude no contexto pós-ECA. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

SCHÜTZ, Alfred. **Saggi sociologia**. Torino: Utet, 1979.

SILVA JUNIOR, Paulo Roberto da e MAYORGA, Claudia. Experiências de jovens pobres participantes de programas de aprendizagem profissional. *Revista Psicologia&Sociedade*, v. 28, n. 2, p. 298-308. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102016aop001>.

SINASE – Sistema Nacional de Socioeducação, 2015. Disponível em: http://www.ceag.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=303:sinase-sistema-nacional-de-atendimento-socioeducativo&catid=77&Itemid=310>. Acessado em: 13 jun. 2018.

SINASE. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, 2006. Disponível em: http://www1.direitoshumanos.gov.br/sedh/arquivos/spdca/sinase_integral.pdf>. Acessado em: 13 jun. 2018.

SPENILLO, Giuseppa. Comunicação e informação nas sociedades contemporâneas – caminhos metodológicos em Norbert Elias. XII Simpósio Internacional Simpósio Civilizador, 2009.

SPOSITO, Marília Pontes; CORROCHANO, Maria Carla. A face oculta da transparência de renda para jovens no Brasil. *Revista Tempo Social*, v. 17, n. 2, p. 141-172, 2005. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702005000200007>.

SUDBRACK, Maria Fátima Olivier. Da obrigação à demanda, do risco à proteção e da dependência à liberdade. In: Maria Fatima Olivier Sudbrack, Maria Inês Gandolfo Conceição, Eliane Maria Fleury Seidl e Maria Teresinha da Silva. **Adolescentes e drogas no contexto da Justiça**. Brasília: Editora Plano, 2003.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura. Representação no Brasil. **Políticas públicas de/para/com juventudes**. Brasília: Unesco, 2005.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VILLAS, Sara; NONATO, Symaira. Juventudes e projetos de futuro. In: Lincina Maria Correa, Maria Zenaide Alves e Carla Linhares Maia (orgs.). **Cadernos temáticos: juventude brasileira e Ensino Médio**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

ZANELLA, Maria Nilvane. Fundamentos teóricos metodológicos da socioeducação. In: **Caderno de socioeducação: fundamentos da socioeducação**, 2018.

WEISHEIMER, Nilson. A construção social da juventude. In: **Sociologia da Juventude**. Curitiba: Ulbra, 2009. p. 15-32.

APÊNDICES

Apêndice A- Ofício de autorização para pesquisa



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
 SOCIAL, TRABALHO, JUSTIÇA E
 DIREITOS HUMANOS

Ofício Nº. 01/2019/DJ/SDSTJDH

Porto Alegre, 04 de abril de 2019.

Ao Ilustríssimo Senhor,
Prof. Dr. Rafael Machado Madeira,
 Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - PUCRS

Assunto: **Autorização para Pesquisa: Vidas em Jogo: perspectivas e expectativas juvenis na socioeducação em meio fechado.**

Senhor Coordenador,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, informamos que a pesquisa referida acima foi autorizada por este departamento, que é o responsável pela execução do Programa POD Socioeducativo, no Estado do Rio Grande do Sul.

O interesse na pesquisa da mestranda Carla Luísa Kehl, nos deixa honrados; acreditamos que esta parceria terá resultados positivos, no sentido de avaliar e qualificar esta política pública.

Salientamos a necessidade da mestranda comparecer no Departamento de Justiça para ajustar cronograma e necessidades, conforme assinatura do Termo de Sigilo.

Sendo o que tínhamos para o momento, renovamos votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,


Ana Severo,

Diretora do Departamento de Justiça - SDSTJDH

Apêndice B – Termo de responsabilidade

TERMO DE RESPONSABILIDADE DIANTE DA CESSÃO DE DADOS NOMINAIS

Pelo presente termo, na qualidade de usuária de dados nominais provenientes do Pod-Socioeducativo, em conformidade com os preceitos do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal 8069/1990), assumo as seguintes responsabilidades:

1. Utilizar os dados única e exclusivamente para as finalidades descritas ao final desse documento;
2. Guardar sigilo e zelar pela privacidade dos indivíduos relacionados/listados;
3. Não disponibilizar ou permitir sem autorização específica e diante de assinatura de termo de responsabilidade, acesso a esses dados por pessoas ou instituições não autorizadas;
4. Não divulgar dados ou informações contendo o nome dos indivíduos ou outras variáveis que permitam a identificação do indivíduo e que afetem assim a confidencialidade dos dados;
5. Não praticar ou permitir qualquer ação que comprometa a integridade dos dados.

Os dados serão usados única e exclusivamente para realizar a tese de mestrado da pós-graduação em Ciências Sociais da PUCRS, de responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos.

A utilização de informações de identificação individual/nominal se justifica pelos aspectos metodológicos do trabalho.

Porto Alegre, 08 de março de 2019.

Estudante responsável pela uso e guarda dos dados nominais solicitados:

Nome:

Instituição

Email:

Telefone:

Data de nascimento:

CPF:

RG:

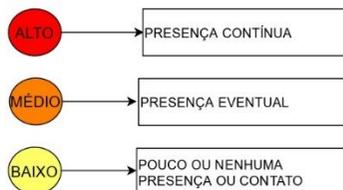
Assinatura: _____

Apêndice C – Sistematização das trajetórias

LEGENDA SIMPLES

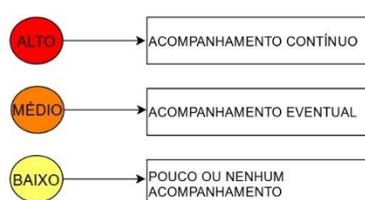
NÚCLO DE ACOMPANHAMENTO

*LAÇOS FAMILIARES
*BENEFÍCIO/AUXÍLIO



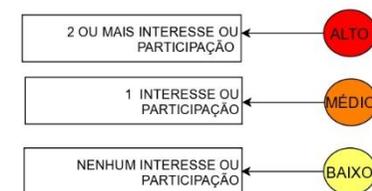
ATENDIMENTO INSTITUCIONAL

*PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
*PROTEÇÃO SOCIAL DE MÉDIA
E ALTA COMPLEXIBILIDADE
*ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL



INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO

*CURSOS PROFISSIONALIZANTES DO PROGRAMA (POD) E DO CENTRO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZANTE PÃO DOS POBRES (CEP/PÃO)
*OUTROS CURSOS
*ESTÁGIO/APRENDIZAGEM
*TRABALHO



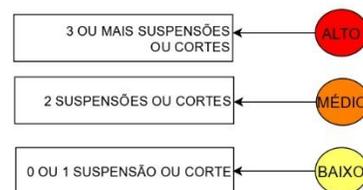
ACOMPANHAMENTO NO POD

*OFICINAS SOCIOEDUCATIVAS
*ACOMPANHAMENTO

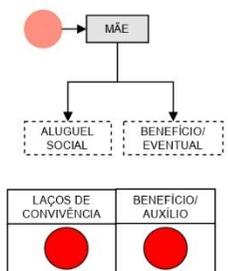


ACOMPANHAMENTO NO POD

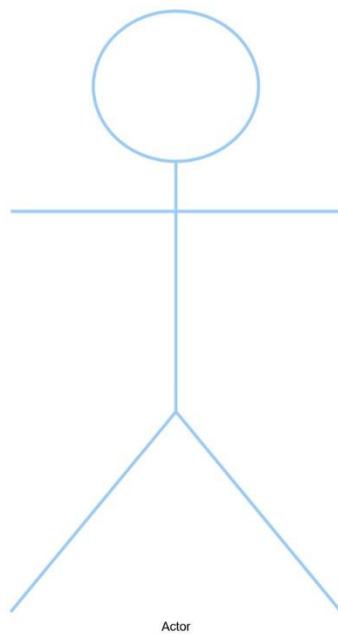
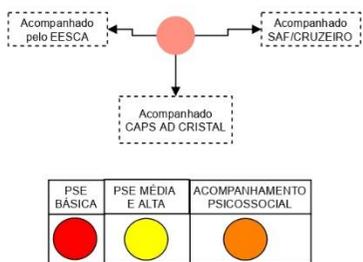
*SUSPENSÃO DO APOIO FINANCEIRO
*CORTE DO APOIO FINANCEIRO



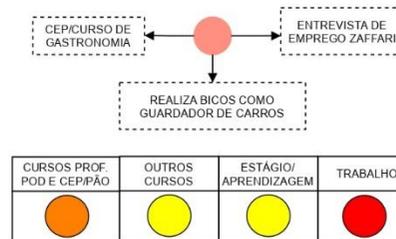
NÚCLO DE ACOMPANHAMENTO



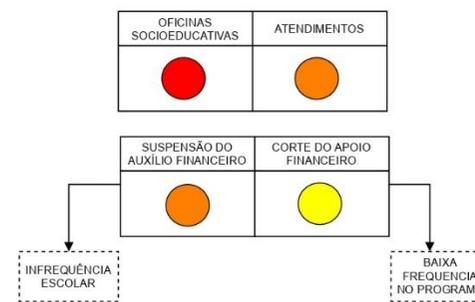
ATENDIMENTO INSTITUCIONAL



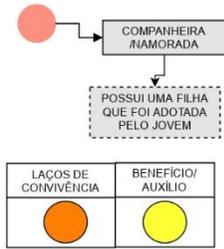
INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO



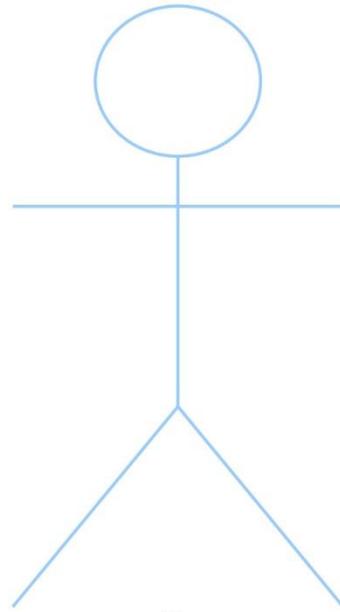
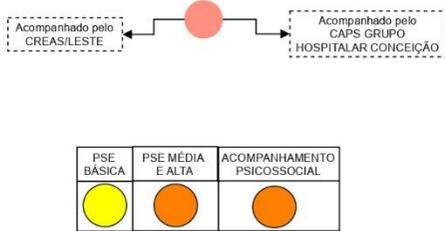
ACOMPANHAMENTO NO POD



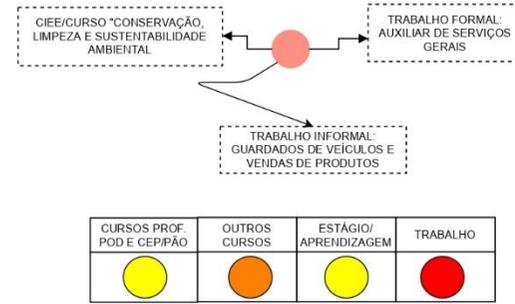
NÚCLO DE ACOMPANHAMENTO



ATENDIMENTO INSTITUCIONAL

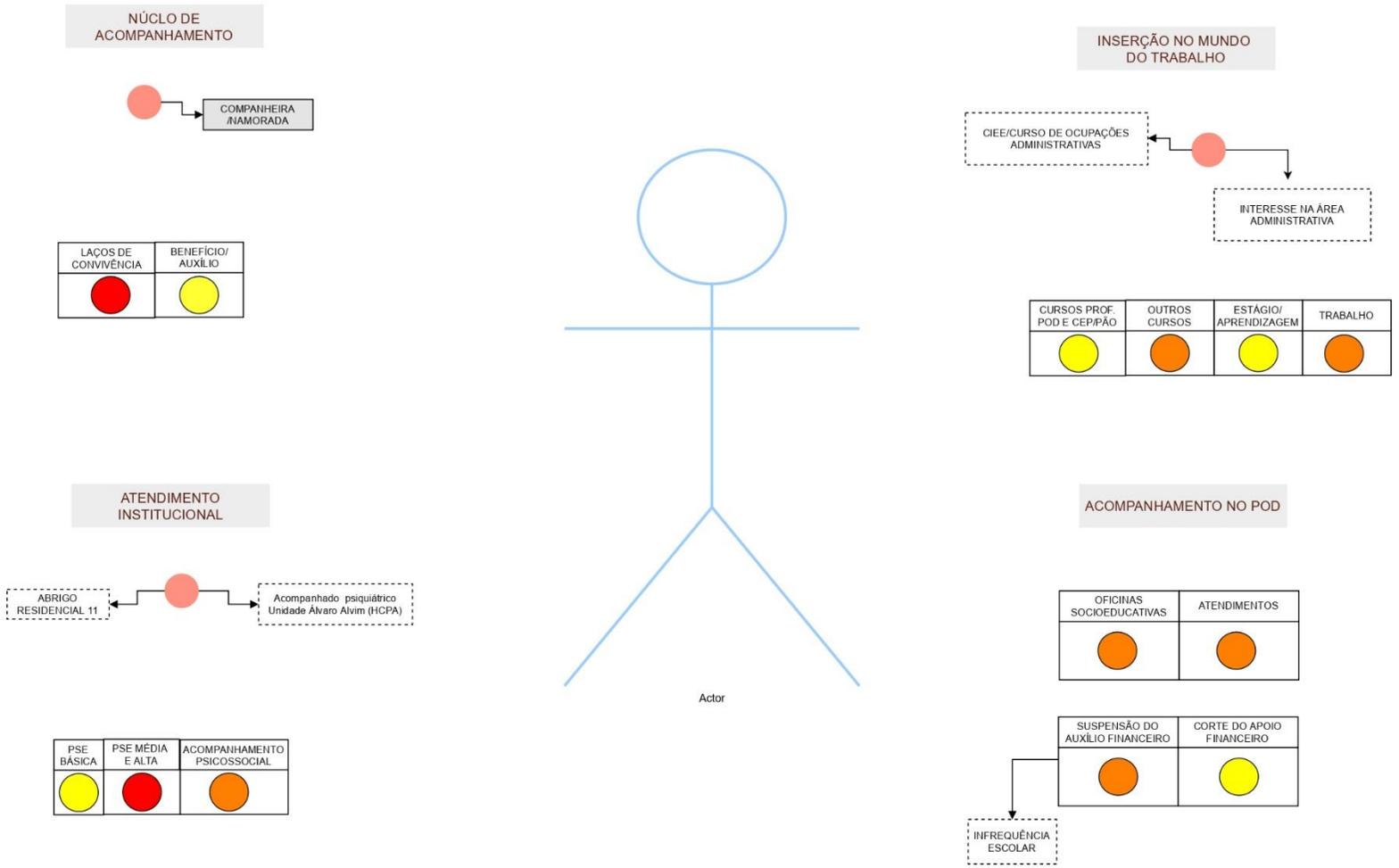


INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO

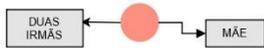


ACOMPANHAMENTO NO POD



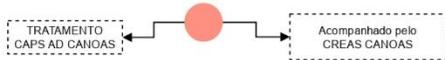


NÚCLO DE ACOMPANHAMENTO

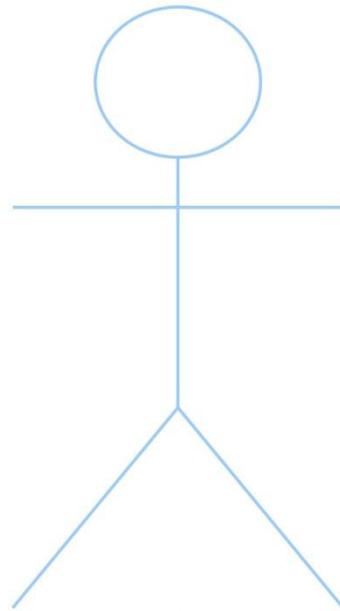


LAÇOS DE CONVIVÊNCIA	BENEFÍCIO/AUXÍLIO
●	●

ATENDIMENTO INSTITUCIONAL

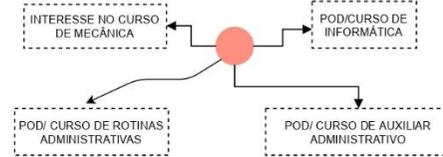


PSE BÁSICA	PSE MÉDIA E ALTA	ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL
●	●	●



Actor

INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO



CURSOS PROF. POD E CEP/PÃO	OUTROS CURSOS	ESTÁGIO/APRENDIZAGEM	TRABALHO
●	●	●	●

ACOMPANHAMENTO NO POD

OFICINAS SOCIOEDUCATIVAS	ATENDIMENTOS
●	●

SUSPENSÃO DO AUXÍLIO FINANCEIRO	CORTE DO APOIO FINANCEIRO
●	●

NÃO APRESENTOU ATESTADO DE FREQUÊNCIA ESCOLAR

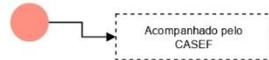
NÃO APRESENTOU ATESTADO DE FREQUÊNCIA ESCOLAR

NÚCLO DE ACOMPANHAMENTO

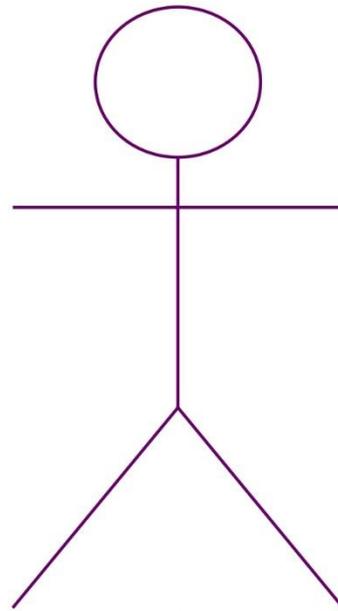


LAÇOS DE CONVIVÊNCIA	BENEFÍCIO/AUXÍLIO
●	●

ATENDIMENTO INSTITUCIONAL

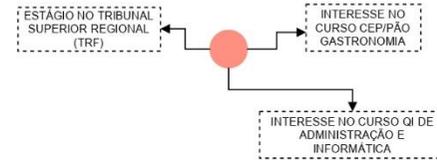


PSE BÁSICA	PSE MÉDIA E ALTA	ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL
●	●	●



Actor

INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO

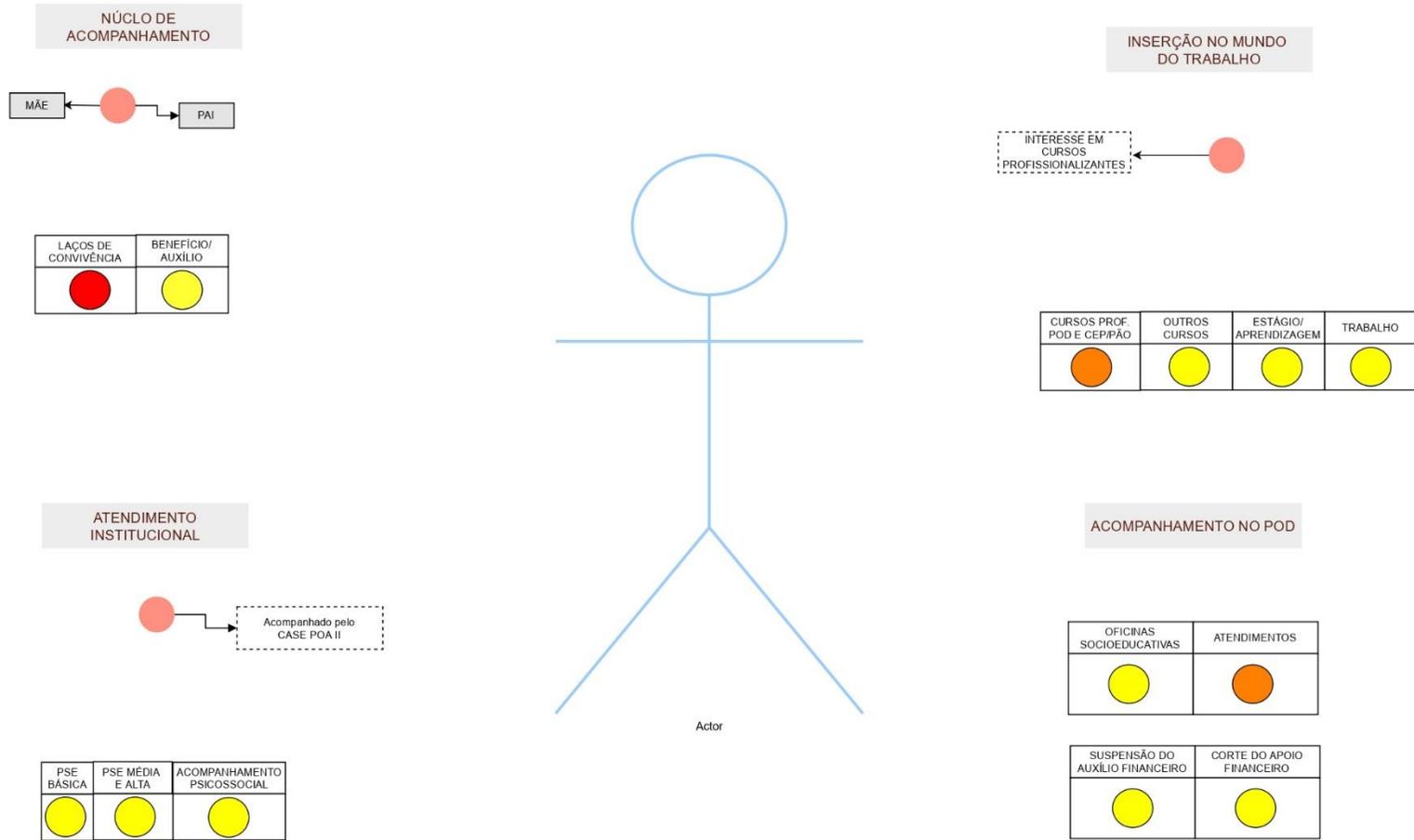


CURSOS PROF. POD E CEP/PÃO	OUTROS CURSOS	ESTÁGIO/APRENDIZAGEM	TRABALHO
●	●	●	●

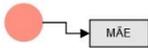
ACOMPANHAMENTO NO POD

OFICINAS SOCIOEDUCATIVAS	ATENDIMENTOS
●	●

SUSPENSÃO DO AUXÍLIO FINANCEIRO	CORTE DO APOIO FINANCEIRO
●	●



NÚCLO DE ACOMPANHAMENTO

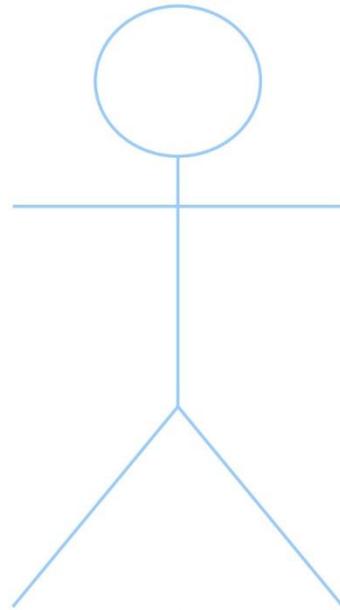


LAÇOS DE CONVIVÊNCIA	BENEFÍCIO/AUXÍLIO
●	●

ATENDIMENTO INSTITUCIONAL

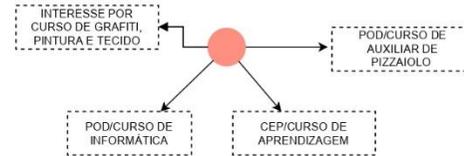


PSE BÁSICA	PSE MÉDIA E ALTA	ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL
●	●	●



Actor

INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO



CURSOS PROF. POD E CEP/PÃO	OUTROS CURSOS	ESTÁGIO/APRENDIZAGEM	TRABALHO
●	●	●	●

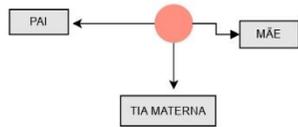
ACOMPANHAMENTO NO POD

OFICINAS SOCIOEDUCATIVAS	ATENDIMENTOS
●	●

SUSPENSÃO DO AUXÍLIO FINANCEIRO	CORTE DO APOIO FINANCEIRO
●	●



NÚCLO DE ACOMPANHAMENTO

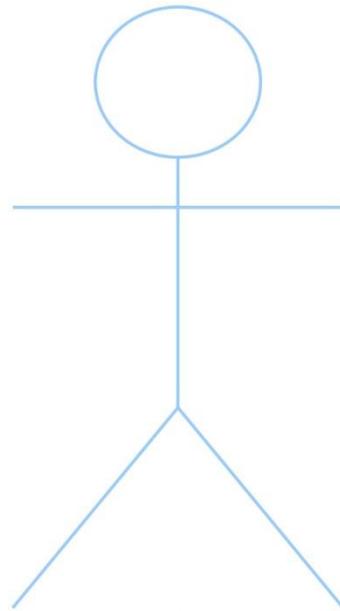


LAÇOS DE CONVIVÊNCIA	BENEFÍCIO/AUXÍLIO
●	●

ATENDIMENTO INSTITUCIONAL

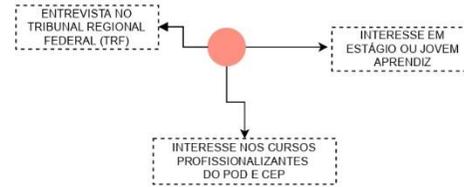


PSE BÁSICA	PSE MÉDIA E ALTA	ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL
●	●	●



Actor

INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO



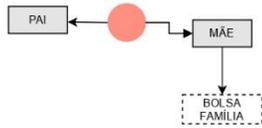
CURSOS PROF. POD E CEP/PÃO	OUTROS CURSOS	ESTÁGIO/APRENDIZAGEM	TRABALHO
●	●	●	●

ACOMPANHAMENTO NO POD

OFICINAS SOCIOEDUCATIVAS	ATENDIMENTOS
●	●

SUSPENSÃO DO AUXÍLIO FINANCEIRO	CORTE DO APOIO FINANCEIRO
●	●

NÚCLO DE ACOMPANHAMENTO

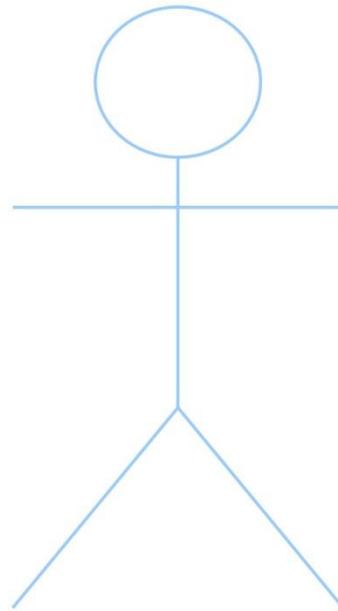


LAÇOS DE CONVIVÊNCIA	BENEFÍCIO/AUXÍLIO
●	●

ATENDIMENTO INSTITUCIONAL

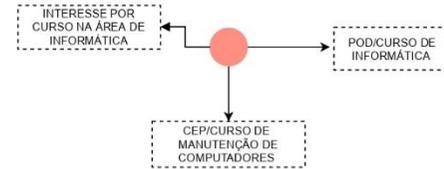


PSE BÁSICA	PSE MÉDIA E ALTA	ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL
●	●	●



Actor

INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO



CURSOS PROF. POD E CEP/PAO	OUTROS CURSOS	ESTÁGIO/APRENDIZAGEM	TRABALHO
●	●	●	●

ACOMPANHAMENTO NO POD

OFICINAS SOCIOEDUCATIVAS	ATENDIMENTOS
●	●

SUSPENSÃO DO AUXÍLIO FINANCEIRO	CORTE DO APOIO FINANCEIRO
●	●

NÚCLO DE ACOMPANHAMENTO



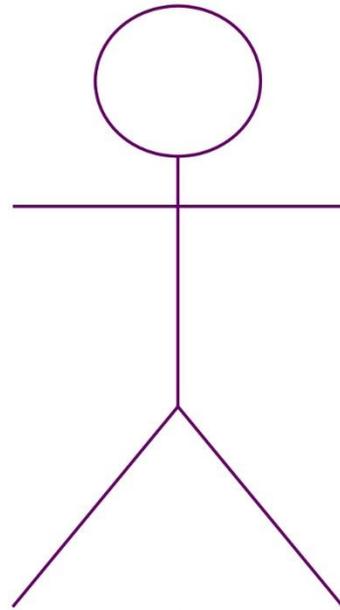
LAÇOS DE CONVIVÊNCIA	BENEFÍCIO/AUXÍLIO
●	●

ATENDIMENTO INSTITUCIONAL



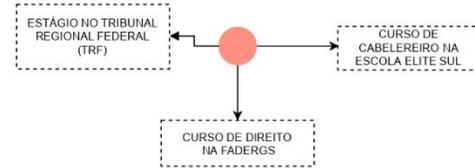
NEINHUM ATENDIMENTO RELATADO

PSE BÁSICA	PSE MÉDIA E ALTA	ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL
●	●	●



Actor

INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO



CURSOS PROF. POD E CEP/PÃO	OUTROS CURSOS	ESTÁGIO/APRENDIZAGEM	TRABALHO
●	●	●	●

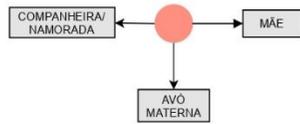
ACOMPANHAMENTO NO POD

OFICINAS SOCIOEDUCATIVAS	ATENDIMENTOS
●	●

SUSPENSÃO DO AUXÍLIO FINANCEIRO	CORTE DO APOIO FINANCEIRO
●	●

NÃO CUMPRIMENTO DE COMBINAÇÕES

NÚCLO DE ACOMPANHAMENTO

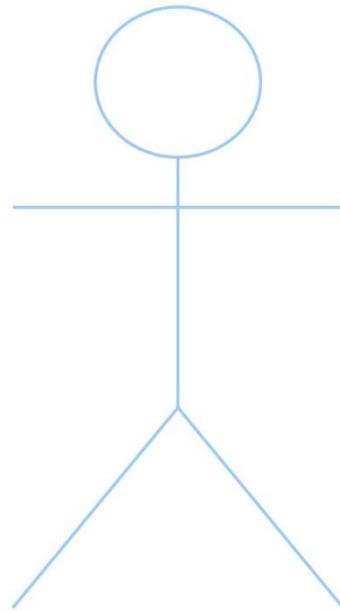


LAÇOS DE CONVIVÊNCIA	BENEFÍCIO/AUXÍLIO
●	●

ATENDIMENTO INSTITUCIONAL

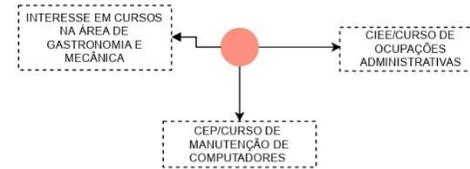


PSE BÁSICA	PSE MÉDIA E ALTA	ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL
●	●	●



Actor

INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO

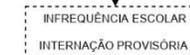


CURSOS PROF. POD E CEP/PÃO	OUTROS CURSOS	ESTÁGIO/APRENDIZAGEM	TRABALHO
●	●	●	●

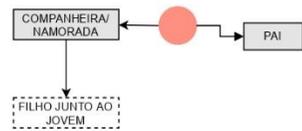
ACOMPANHAMENTO NO POD

OFICINAS SOCIOEDUCATIVAS	ATENDIMENTOS
●	●

SUSPENSÃO DO AUXÍLIO FINANCEIRO	CORTE DO APOIO FINANCEIRO
●	●

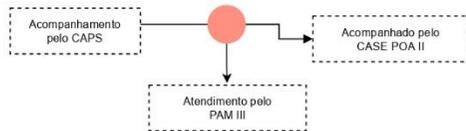


NÚCLO DE ACOMPANHAMENTO

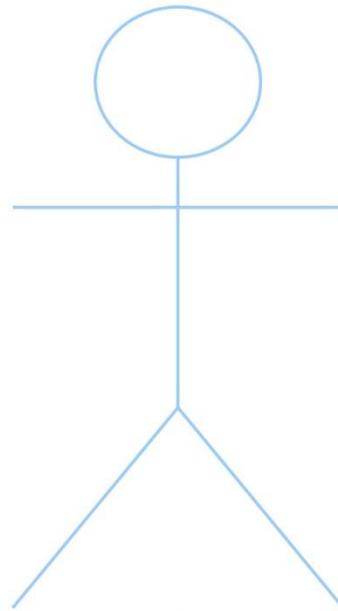


LAÇOS DE CONVIVÊNCIA	BENEFÍCIO/AUXÍLIO
●	●

ATENDIMENTO INSTITUCIONAL

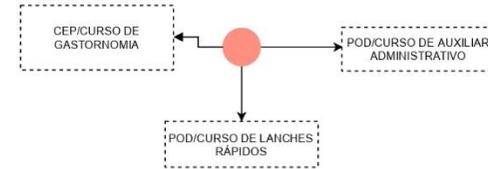


PSE BÁSICA	PSE MÉDIA E ALTA	ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL
●	●	●



Actor

INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO



CURSOS PROF. POD E CEP/PÃO	OUTROS CURSOS	ESTÁGIO/APRENDIZAGEM	TRABALHO
●	●	●	●

ACOMPANHAMENTO NO POD

OFICINAS SOCIOEDUCATIVAS	ATENDIMENTOS
●	●

SUSPENSÃO DO AUXÍLIO FINANCEIRO	CORTE DO APOIO FINANCEIRO
●	●

INFREQUÊNCIA ESCOLAR
INTERNAÇÃO PROVISÓRIA

NÚCLO DE ACOMPANHAMENTO



NENHUM ACOMPANHAMENTO RELATADO

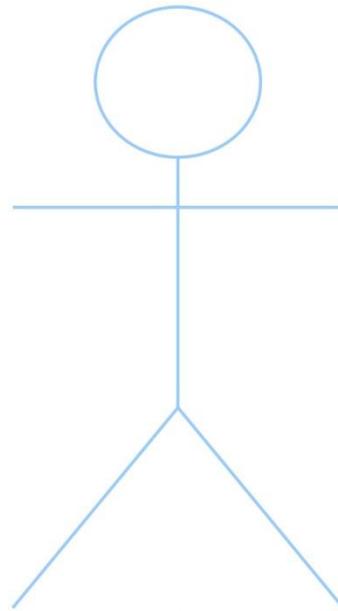
LAÇOS DE CONVIVÊNCIA	BENEFÍCIO/AUXÍLIO
●	●

ATENDIMENTO INSTITUCIONAL



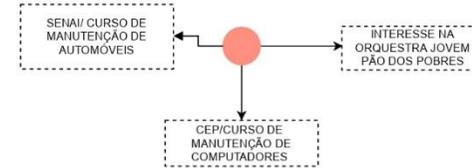
ABRIGO AR 10

PSE BÁSICA	PSE MÉDIA E ALTA	ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL
●	●	●



Actor

INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO



CURSOS PROF. POD E CEP/PÃO	OUTROS CURSOS	ESTÁGIO/APRENDIZAGEM	TRABALHO
●	●	●	●

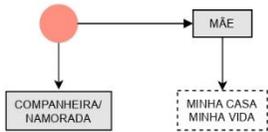
ACOMPANHAMENTO NO POD

OFICINAS SOCIOEDUCATIVAS	ATENDIMENTOS
●	●

SUSPENSÃO DO AUXÍLIO FINANCEIRO	CORTE DO APOIO FINANCEIRO
●	●

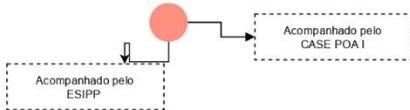
FORMALIZAÇÃO DA DOCUMENTO PARA ABERTURA DE CONTA
NÃO APRESENTOU ATESTADO ESCOLAR

NÚCLO DE ACOMPANHAMENTO

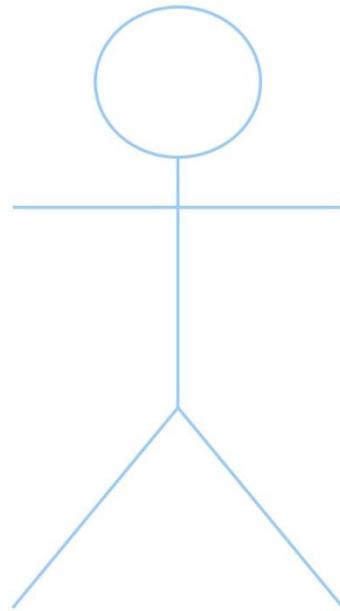


LACOS DE CONVIVÊNCIA	BENEFÍCIO/AUXÍLIO
●	●

ATENDIMENTO INSTITUCIONAL

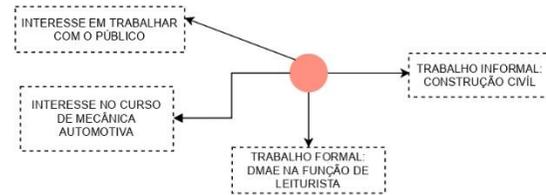


PSE BÁSICA	PSE MÉDIA E ALTA	ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL
●	●	●



Actor

INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO



CURSOS PROF. POD E CEP/PAO	OUTROS CURSOS	ESTÁGIO/APRENDIZAGEM	TRABALHO
●	●	●	●

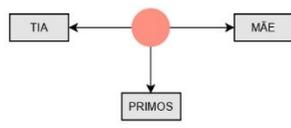
ACOMPANHAMENTO NO POD

OFICINAS SOCIOEDUCATIVAS	ATENDIMENTOS
●	●

SUSPENSÃO DO AUXÍLIO FINANCEIRO	CORTE DO APOIO FINANCEIRO
●	●

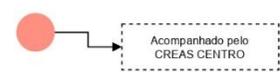


NÚCLO DE ACOMPANHAMENTO

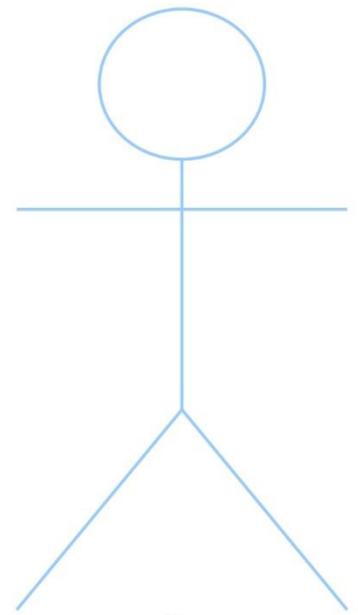


LAÇOS DE CONVIVÊNCIA	BENEFÍCIO/AUXÍLIO
●	●

ATENDIMENTO INSTITUCIONAL

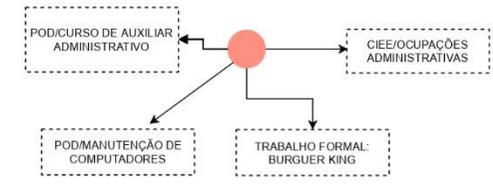


PSE BÁSICA	PSE MÉDIA E ALTA	ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL
●	●	●



Actor

INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO



CURSOS PROF. POD E CEP/PAO	OUTROS CURSOS	ESTÁGIO/APRENDIZAGEM	TRABALHO
●	●	●	●

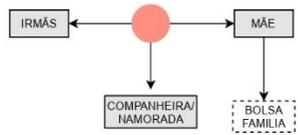
ACOMPANHAMENTO NO POD

OFICINAS SOCIOEDUCATIVAS	ATENDIMENTOS
●	●

SUSPENSÃO DO AUXÍLIO FINANCEIRO	CORTE DO APOIO FINANCEIRO
●	●

NÃO APRESENTOU COMPROVANTE DE MATRÍCULA ESCOLAR

NÚCLO DE ACOMPANHAMENTO

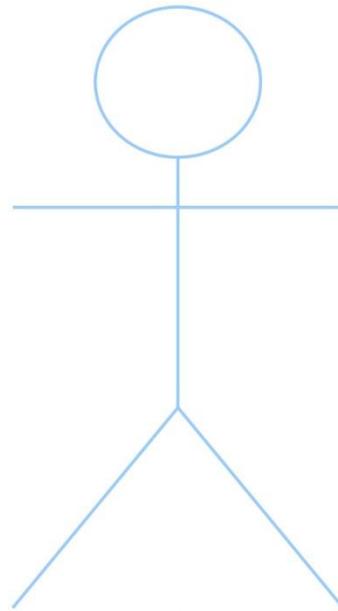


LAÇOS DE CONVIVÊNCIA	BENEFÍCIO/AUXÍLIO
●	●

ATENDIMENTO INSTITUCIONAL

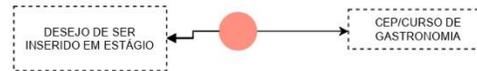


PSE BÁSICA	PSE MÉDIA E ALTA	ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL
●	●	●



Actor

INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO

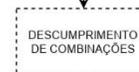


CURSOS PROF. POD E CEP/PÃO	OUTROS CURSOS	ESTÁGIO/APRENDIZAGEM	TRABALHO
●	●	●	●

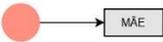
ACOMPANHAMENTO NO POD

OFICINAS SOCIOEDUCATIVAS	ATENDIMENTOS
●	●

SUSPENSÃO DO AUXÍLIO FINANCEIRO	CORTE DO APOIO FINANCEIRO
●	●



NÚCLO DE ACOMPANHAMENTO



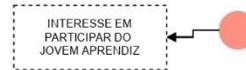
LAÇOS DE CONVIVÊNCIA	BENEFÍCIO/AUXÍLIO
●	●

ATENDIMENTO INSTITUCIONAL



PSE BÁSICA	PSE MÉDIA E ALTA	ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL
●	●	●

INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO

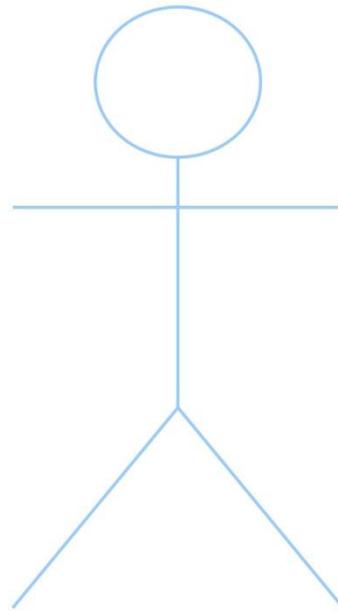
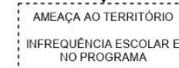


CURSOS PROF. POD E CEP/PAO	OUTROS CURSOS	ESTÁGIO/APRENDIZAGEM	TRABALHO
●	●	●	●

ACOMPANHAMENTO NO POD

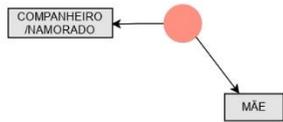
OFICINAS SOCIOEDUCATIVAS	ATENDIMENTOS
●	●

SUSPENSÃO DO AUXÍLIO FINANCEIRO	CORTE DO APOIO FINANCEIRO
●	●



Actor

NÚCLO DE ACOMPANHAMENTO



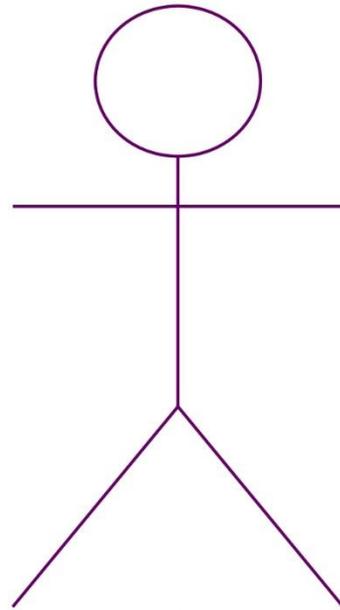
LAÇOS DE CONVIVÊNCIA	BENEFÍCIO/AUXÍLIO
●	●

ATENDIMENTO INSTITUCIONAL



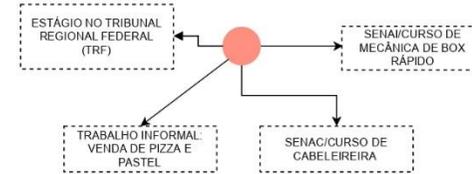
NINGUM ATENDIMENTO RELATADO

PSE BÁSICA	PSE MÉDIA E ALTA	ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL
●	●	●



Actor

INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO



CURSOS PROF. POD E CEP/PAO	OUTROS CURSOS	ESTÁGIO/APRENDIZAGEM	TRABALHO
●	●	●	●

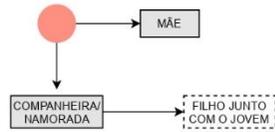
ACOMPANHAMENTO NO POD

OFICINAS SOCIOEDUCATIVAS	ATENDIMENTOS
●	●

SUSPENSÃO DO AUXÍLIO FINANCEIRO	CORTE DO APOIO FINANCEIRO
●	●

NÃO CUMPRIMENTO DE COMBINAÇÕES

NÚCLO DE ACOMPANHAMENTO

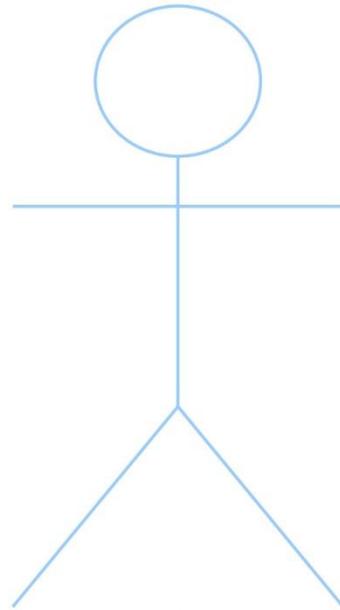


LAÇOS DE CONVIVÊNCIA	BENEFÍCIO/AUXÍLIO
●	●

ATENDIMENTO INSTITUCIONAL

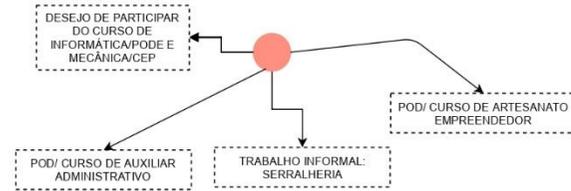


PSE BÁSICA	PSE MÉDIA E ALTA	ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL
●	●	●



Actor

INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO

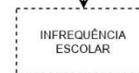


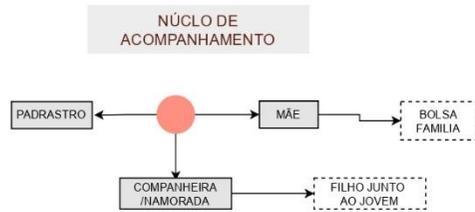
CURSOS PROF. POD E CEP/PÃO	OUTROS CURSOS	ESTÁGIO/APRENDIZAGEM	TRABALHO
●	●	●	●

ACOMPANHAMENTO NO POD

OFICINAS SOCIOEDUCATIVAS	ATENDIMENTOS
●	●

SUSPENSÃO DO AUXÍLIO FINANCEIRO	CORTE DO APOIO FINANCEIRO
●	●



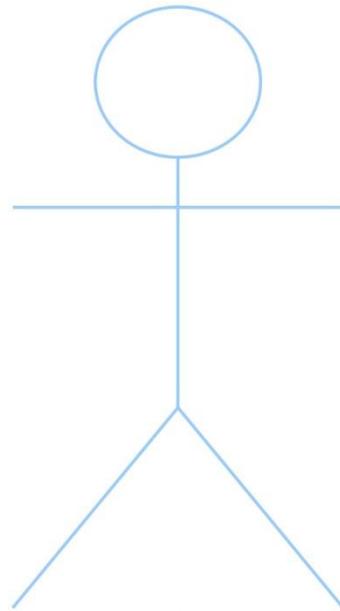


LAÇOS DE CONVIVÊNCIA	BENEFÍCIO/AUXÍLIO
●	●

ATENDIMENTO INSTITUCIONAL



PSE BÁSICA	PSE MÉDIA E ALTA	ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL
●	●	●



Actor

INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO

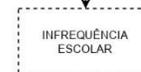


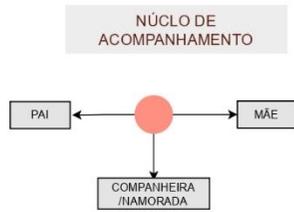
CURSOS PROF. POD E CEP/PÃO	OUTROS CURSOS	ESTÁGIO/APRENDIZAGEM	TRABALHO
●	●	●	●

ACOMPANHAMENTO NO POD

OFICINAS SOCIOEDUCATIVAS	ATENDIMENTOS
●	●

SUSPENSÃO DO AUXÍLIO FINANCEIRO	CORTE DO APOIO FINANCEIRO
●	●





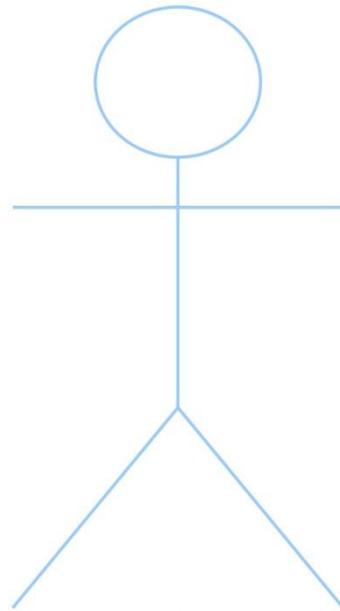
LAÇOS DE CONVIVÊNCIA	BENEFÍCIO/AUXÍLIO
●	●

ATENDIMENTO INSTITUCIONAL



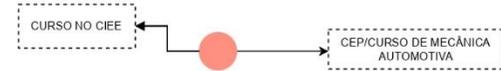
NEINHUM ATENDIMENTO RELATADO

PSE BÁSICA	PSE MÉDIA E ALTA	ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL
●	●	●



Actor

INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO



CURSOS PROF. POD E CEP/PÃO	OUTROS CURSOS	ESTÁGIO/APRENDIZAGEM	TRABALHO
●	●	●	●

ACOMPANHAMENTO NO POD

OFICINAS SOCIOEDUCATIVAS	ATENDIMENTOS
●	●

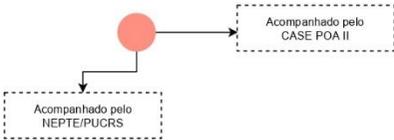
SUSPENSÃO DO AUXÍLIO FINANCEIRO	CORTE DO APOIO FINANCEIRO
●	●

NÚCLO DE ACOMPANHAMENTO



LAÇOS DE CONVIVÊNCIA	BENEFÍCIO/AUXÍLIO
●	●

ATENDIMENTO INSTITUCIONAL



PSE BÁSICA	PSE MÉDIA E ALTA	ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL
●	●	●

INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO

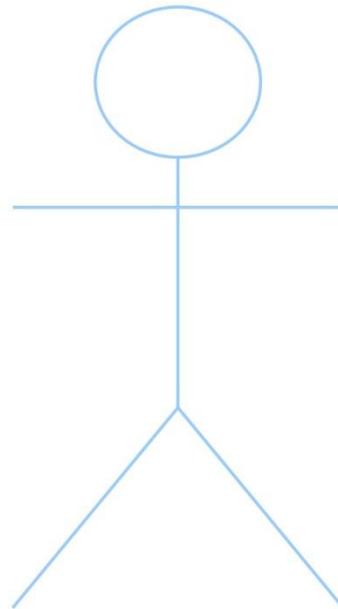
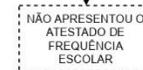


CURSOS PROF. POD E CEP/PÃO	OUTROS CURSOS	ESTÁGIO/APRENDIZAGEM	TRABALHO
●	●	●	●

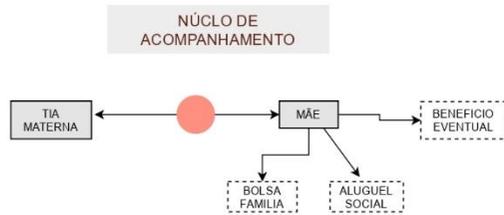
ACOMPANHAMENTO NO POD

OFICINAS SOCIOEDUCATIVAS	ATENDIMENTOS
●	●

SUSPENSÃO DO AUXÍLIO FINANCEIRO	CORTE DO APOIO FINANCEIRO
●	●

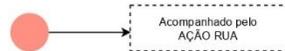


Actor

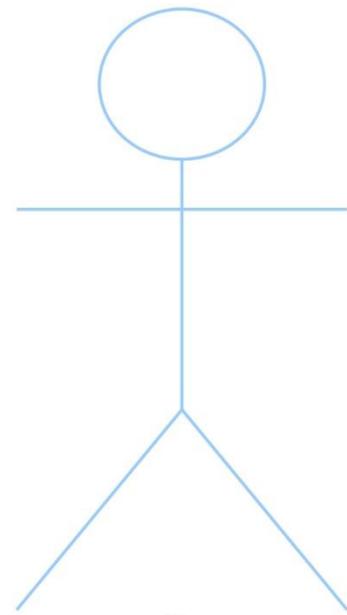


LAÇOS DE CONVIVÊNCIA	BENEFÍCIO/AUXÍLIO
●	●

ATENDIMENTO INSTITUCIONAL



PSE BÁSICA	PSE MÉDIA E ALTA	ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL
●	●	●



Actor

INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO

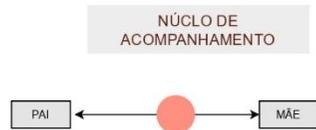


CURSOS PROF. POD E CEP/PÃO	OUTROS CURSOS	ESTÁGIO/APRENDIZAGEM	TRABALHO
●	●	●	●

ACOMPANHAMENTO NO POD

OFICINAS SOCIOEDUCATIVAS	ATENDIMENTOS
●	●

SUSPENSÃO DO AUXÍLIO FINANCEIRO	CORTE DO APOIO FINANCEIRO
●	●



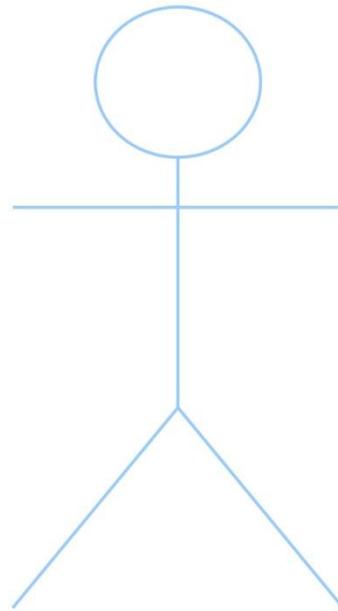
LAÇOS DE CONVIVÊNCIA	BENEFÍCIO/AUXÍLIO
●	●

ATENDIMENTO INSTITUCIONAL



NEINHUM ATENDIMENTO RELATADO

PSE BÁSICA	PSE MÉDIA E ALTA	ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL
●	●	●



Actor

INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO

DESEJO DE FREQUENTAR O CURSO DE MECÂNICA AUTOMOTIVA/PÃO

POD/CURSO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO

CEP/CURSO DE GASTRONOMIA

CURSOS PROF. POD E CEP/PÃO	OUTROS CURSOS	ESTÁGIO/APRENDIZAGEM	TRABALHO
●	●	●	●

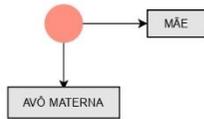
ACOMPANHAMENTO NO POD

OFICINAS SOCIOEDUCATIVAS	ATENDIMENTOS
●	●

SUSPENSÃO DO AUXÍLIO FINANCEIRO	CORTE DO APOIO FINANCEIRO
●	●

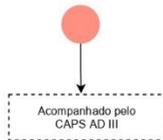
INFREQUÊNCIA NO PROGRAMA

NÚCLO DE ACOMPANHAMENTO

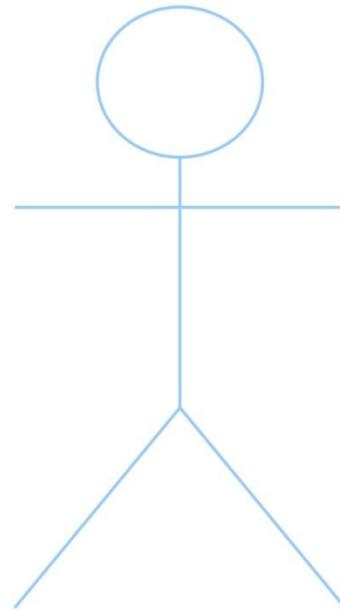


LAÇOS DE CONVIVÊNCIA	BENEFÍCIO/AUXÍLIO
●	●

ATENDIMENTO INSTITUCIONAL

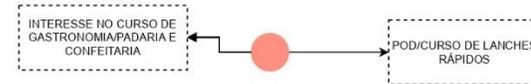


PSE BÁSICA	PSE MÉDIA E ALTA	ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL
●	●	●



Actor

INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO



CURSOS PROF. POD E CEP/PÃO	OUTROS CURSOS	ESTÁGIO/APRENDIZAGEM	TRABALHO
●	●	●	●

ACOMPANHAMENTO NO POD

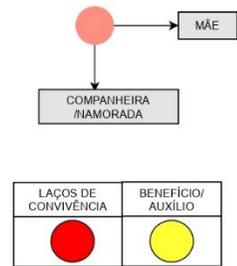
OFICINAS SOCIOEDUCATIVAS	ATENDIMENTOS
●	●

SUSPENSÃO DO AUXÍLIO FINANCEIRO	CORTE DO APOIO FINANCEIRO
●	●

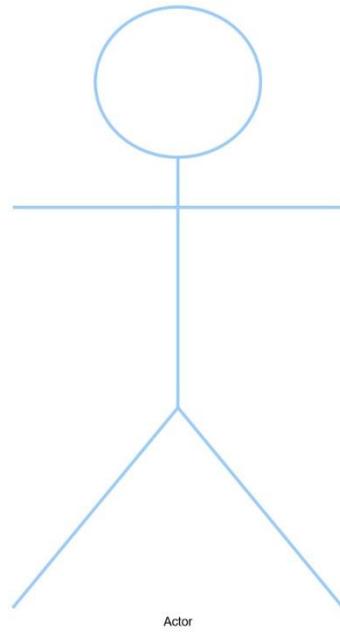
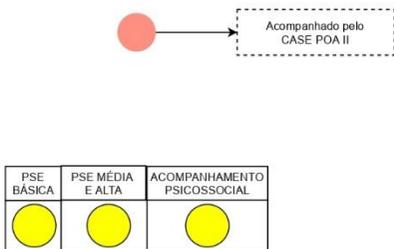
NÃO APRESENTOU COMPROVANTE DE MATRÍCULA ESCOLAR
INFREQUÊNCIA ESCOLAR E NO PROGRAMA

NÃO CUMPRIMENTO DE COMBINAÇÕES

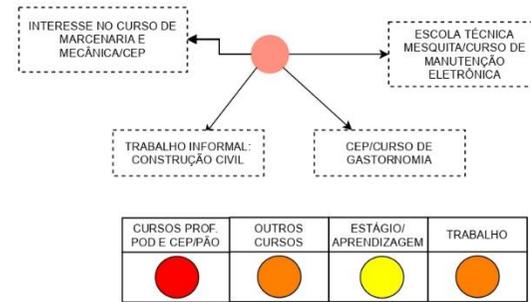
NÚCLO DE ACOMPANHAMENTO



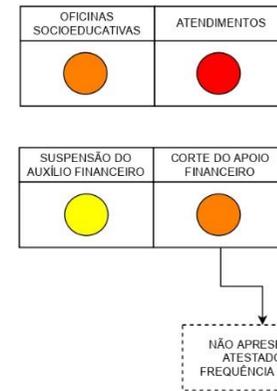
ATENDIMENTO INSTITUCIONAL



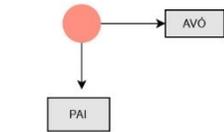
INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO



ACOMPANHAMENTO NO POD

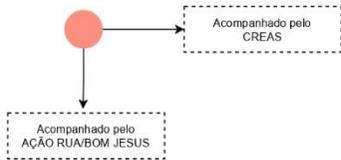


NÚCLO DE ACOMPANHAMENTO

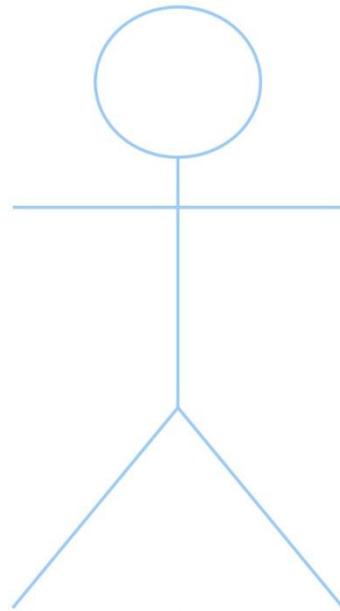


LAÇOS DE CONVIVÊNCIA	BENEFÍCIO/AUXÍLIO
●	●

ATENDIMENTO INSTITUCIONAL



PSE BÁSICA	PSE MÉDIA E ALTA	ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL
●	●	●



Actor

INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO



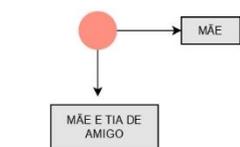
CURSOS PROF. POD E CEP/PÃO	OUTROS CURSOS	ESTÁGIO/APRENDIZAGEM	TRABALHO
●	●	●	●

ACOMPANHAMENTO NO POD

OFICINAS SOCIOEDUCATIVAS	ATENDIMENTOS
●	●

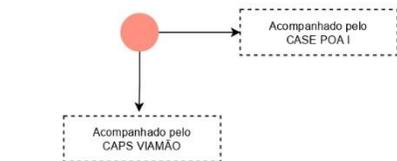
SUSPENSÃO DO AUXÍLIO FINANCEIRO	CORTE DO APOIO FINANCEIRO
●	●

NÚCLO DE ACOMPANHAMENTO

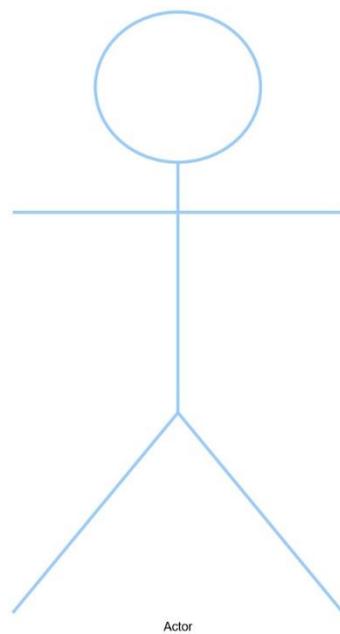


LAÇOS DE CONVIVÊNCIA	BENEFÍCIO/AUXÍLIO
●	●

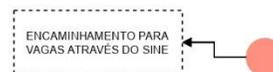
ATENDIMENTO INSTITUCIONAL



PSE BÁSICA	PSE MÉDIA E ALTA	ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL
●	●	●



INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO

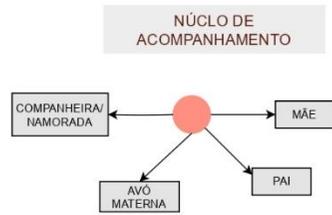


CURSOS PROF. POD E CEP/PAO	OUTROS CURSOS	ESTÁGIO/APRENDIZAGEM	TRABALHO
●	●	●	●

ACOMPANHAMENTO NO POD

OFICINAS SOCIOEDUCATIVAS	ATENDIMENTOS
●	●

SUSPENSÃO DO AUXÍLIO FINANCEIRO	CORTE DO APOIO FINANCEIRO
●	●

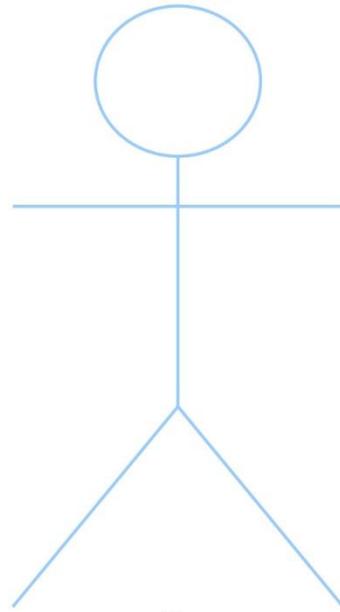


LAÇOS DE CONVIVÊNCIA	BENEFÍCIO/AUXÍLIO
●	●

ATENDIMENTO INSTITUCIONAL

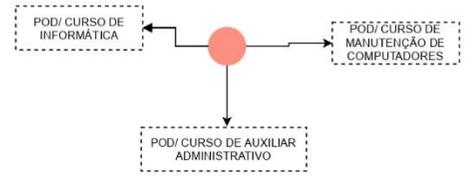


PSE BÁSICA	PSE MÉDIA E ALTA	ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL
●	●	●



Actor

INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO



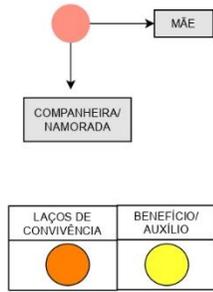
CURSOS PROF. POD E CEP/PAO	OUTROS CURSOS	ESTÁGIO/APRENDIZAGEM	TRABALHO
●	●	●	●

ACOMPANHAMENTO NO POD

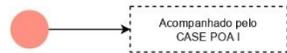
OFICINAS SOCIOEDUCATIVAS	ATENDIMENTOS
●	●

SUSPENSÃO DO AUXÍLIO FINANCEIRO	CORTE DO APOIO FINANCEIRO
●	●

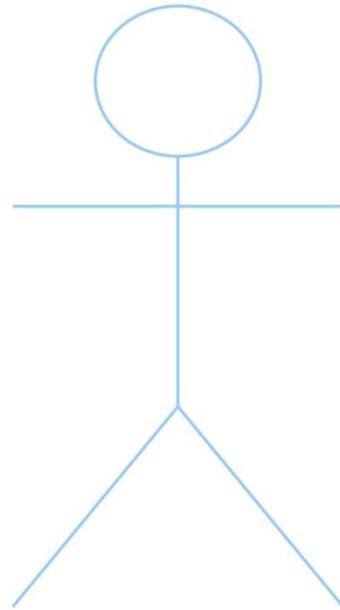
NÚCLO DE ACOMPANHAMENTO



ATENDIMENTO INSTITUCIONAL

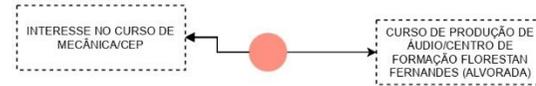


PSE BÁSICA	PSE MÉDIA E ALTA	ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL
●	●	●



Actor

INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO



CURSOS PROF. POD E CEP/PÃO	OUTROS CURSOS	ESTÁGIO/APRENDIZAGEM	TRABALHO
●	●	●	●

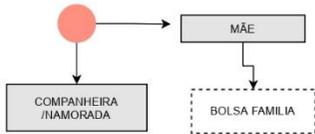
ACOMPANHAMENTO NO POD

OFICINAS SOCIOEDUCATIVAS	ATENDIMENTOS
●	●

SUSPENSÃO DO AUXÍLIO FINANCEIRO	CORTE DO APOIO FINANCEIRO
●	●



NÚCLO DE ACOMPANHAMENTO

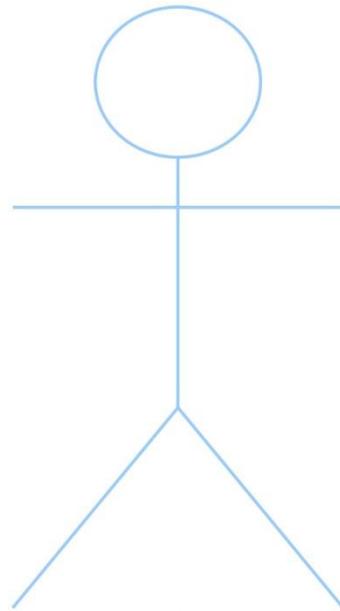


LAÇOS DE CONVIVÊNCIA	BENEFÍCIO/AUXÍLIO
●	●

ATENDIMENTO INSTITUCIONAL

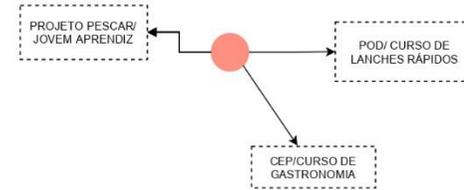


PSE BÁSICA	PSE MÉDIA E ALTA	ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL
●	●	●



Actor

INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO



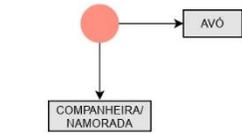
CURSOS PROF. POD E CEP/PÃO	OUTROS CURSOS	ESTÁGIO/APRENDIZAGEM	TRABALHO
●	●	●	●

ACOMPANHAMENTO NO POD

OFICINAS SOCIOEDUCATIVAS	ATENDIMENTOS
●	●

SUSPENSÃO DO AUXÍLIO FINANCEIRO	CORTE DO APOIO FINANCEIRO
●	●

NÚCLO DE ACOMPANHAMENTO

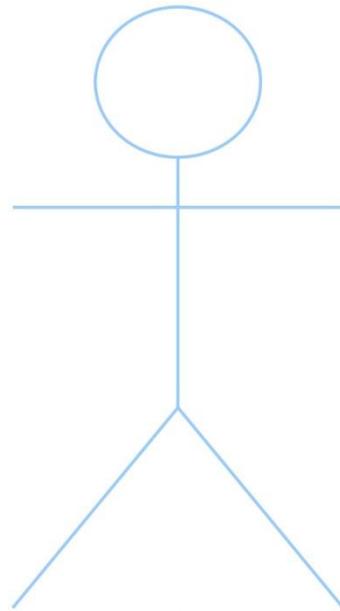


LAÇOS DE CONVIVÊNCIA	BENEFÍCIO/AUXÍLIO
●	●

ATENDIMENTO INSTITUCIONAL

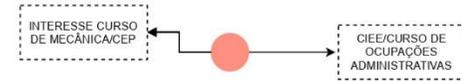


PSE BÁSICA	PSE MÉDIA E ALTA	ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL
●	●	●



Actor

INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO



CURSOS PROF. POD E CEP/PÃO	OUTROS CURSOS	ESTÁGIO/APRENDIZAGEM	TRABALHO
●	●	●	●

ACOMPANHAMENTO NO POD

OFICINAS SOCIOEDUCATIVAS	ATENDIMENTOS
●	●

SUSPENSÃO DO AUXÍLIO FINANCEIRO	CORTE DO APOIO FINANCEIRO
●	●

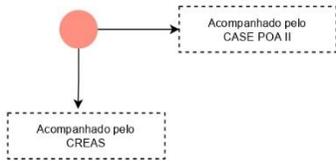


NÚCLO DE ACOMPANHAMENTO

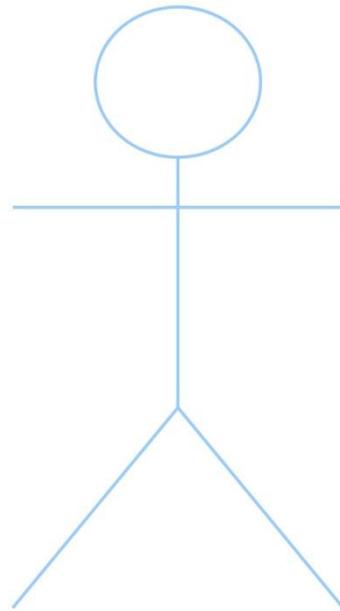


LAÇOS DE CONVIVÊNCIA	BENEFÍCIO/AUXÍLIO
●	●

ATENDIMENTO INSTITUCIONAL

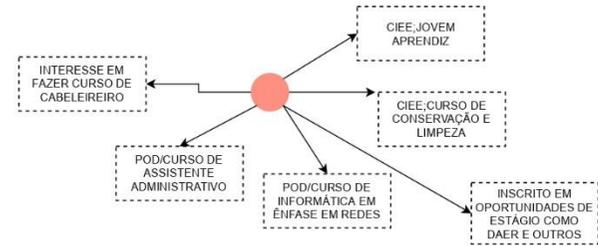


PSE BÁSICA	PSE MÉDIA E ALTA	ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL
●	●	●



Actor

INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO



CURSOS PROF. POD E CEP/PÃO	OUTROS CURSOS	ESTÁGIO/APRENDIZAGEM	TRABALHO
●	●	●	●

ACOMPANHAMENTO NO POD

OFICINAS SOCIOEDUCATIVAS	ATENDIMENTOS
●	●

SUSPENSÃO DO AUXÍLIO FINANCEIRO	CORTE DO APOIO FINANCEIRO
●	●

ENVOLVIMENTO COM O CRIME/PRISÃO PREVENTIVA

DESCUMPRIMENTO DE COMBINAÇÕES
INFREQUÊNCIA NAS ATIVIDADES DO POD
NÃO APRESENTOU COMPROVANTE ESCOLAR



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br